



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNAI E INCRA			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0493/17	DATA: 17/05/2017	
LOCAL: Plenário 6 das Comissões	INÍCIO: 11h14min	TÉRMINO: 20h03min	PÁGINAS: 136

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Continuação da Discussão e Votação do Relatório da CPI.

OBSERVAÇÕES

Há palavra ou expressão ininteligível.

Houve intervenções inaudíveis.

Houve intervenções ininteligíveis.

Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.

Houve tumulto no plenário.

Há oradores não identificados.

A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos relativos à Fundação Nacional do Índio e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, nos termos que especifica a CPI da FUNAI e do INCRA.

Requerimento de alteração da ordem dos trabalhos.

Encontra-se sobre a mesa o requerimento de alteração da ordem dos trabalhos, de iniciativa da Deputada Tereza Cristina, que passo a ler:

Nos termos do art. 50, § 1º, combinado com art. 117, do inciso XVI, do Regimento Interno, requeremos a inversão de pauta para a apreciação do item único: relatório.

Encaminhamento de votação.

Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, nós somos favoráveis ao requerimento e queremos subscrevê-lo. Isso é possível? Então, nós subscrevemos o requerimento.

Somos favoráveis. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Passo a palavra ao Deputado Nilto Tatto para manifestação contrária.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, acho que já começa a retomada da reunião numa tentativa de manobra, que é uma demonstração de todo o processo da CPI: calar a Minoria e tirar os espaços da Minoria nesta Comissão.

Com relação a esse pedido de inversão de pauta, o que se está querendo é, de forma atropelada, aprovar de qualquer modo este relatório. Como todos sabem, todos os Parlamentares que estão aqui presentes, todos os que estão nos ouvindo e acompanhando esta reunião pelos meios de comunicação da própria Câmara, perceberam claramente na última reunião que aqueles que comandaram esta CPI, que são a maioria, liderada inclusive pela Frente Parlamentar Mista da Agropecuária, conhecida como a bancada ruralista, tentam aprovar de qualquer forma um relatório que não podemos nem classificar como relatório.



O que ele tem de fundamental? Criminalizar mais de cem pessoas na medida em que pede o seu indiciamento. De quem que eles estão pedindo o indiciamento? De funcionários, técnicos do INCRA, da FUNAI, que estavam executando as suas atividades, fazendo aquilo para o qual foram contratados. Pelo fato de executarem bem as atividades, conforme a legislação determina, conforme a Constituição estabelece, eles estão sendo indiciados.

São vários Procuradores, 14 Procuradores da República, que, pelo fato de estarem desenvolvendo suas atividades dentro do marco legal, obedecendo à Constituição, fazendo o seu trabalho em defesa da causa indígena, eles estão sendo indiciados. Estão pedindo que esses Procuradores sejam também processados.

Neste relatório, o Arcebispo de Porto Velho, D. Roque, pelo fato de Presidente do CIMI — Conselho Indigenista Missionário, e o próprio Secretário-Executivo do CIMI estão sendo indiciados. O CIMI foi criado como uma pastoral da Igreja Católica de apoio e defesa das populações indígenas. Eles também estão pedindo o indiciamento dessas pessoas ligadas ao CIMI.

Outras pessoas dos quais eles estão pedindo o indiciamento são os antropólogos. Eles são contratados para fazer o laudo antropológico, que é um trabalho científico, um trabalho de campo. O próprio instrumento do processo de demarcação de terra indígena e de território quilombola foi uma criação proposta inclusive por este Congresso Nacional. E, pelo fato de eles executarem essa atividade e fazerem o seu laudo antropológico, também estão sendo incriminados neste relatório.

Enfim, o que eles estão querendo agora com este requerimento é passar por cima dos instrumentos que a Minoria tem, no seu exercício, no Parlamento e aqui na CPI; é atropelar esses instrumentos, como foi feito durante todo o processo da CPI, e aprovar de qualquer jeito este relatório, que tenta, então, criminalizar lideranças indígenas, antropólogos, religiosos, Procuradores da República.

O outro absurdo que há neste relatório, que eles também querem aprovar de qualquer maneira, são as proposições políticas. E o fundamental de uma das proposições é acabar com a FUNAI. De fato, o próprio Governo já vem acabando com a FUNAI, desestruturando-a.



A FUNAI tem um papel fundamental. Ela é uma autarquia que tem a responsabilidade de implementar política de Estado. Isso está garantido na Constituição. Refiro-me à implementação dos direitos dos povos indígenas quilombolas, também garantidos na Constituição. A FUNAI e o INCRA têm essa responsabilidade.

Então, com este requerimento, eles querem atropelar novamente aqui o processo da CPI da mesma forma como fizeram durante todos esses 500 dias da CPI.

Então, nós votamos contra esse requerimento de inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Passa-se à orientação de bancada.

Como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, eu acho que nós já discutimos bastante durante este processo. O relatório está aí para quem quiser ver e ouvir. Os argumentos levantados não procedem. Nós sabemos que o relatório é consistente. A quebra de sigilo de algumas ONGs não foi deferida por decisões judiciais. Ações foram impetradas para que não se visse a realidade. Mas apenas uma quebra de sigilo que apareceu já mostra que realmente nós tínhamos razão.

Por isso nós temos que avançar neste processo, tornar público o relatório aprovado por esta Comissão e encaminhar a quem de direito para tomar as providências.

Por isso, o PMDB é favorável ao requerimento e vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O PMDB vota “sim”.

Como vota o Partido dos Trabalhadores?

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, este requerimento é uma síntese da prática dos Deputados da bancada ruralista, do agronegócio, dos Deputados fazendeiros, daqueles que não são fazendeiros, mas que estão em sintonia com esta orientação do Presidente desta Casa. Esta é a síntese: é o trator, é a arrogância, é a manobra. Esse requerimento é uma manobra da bancada ruralista, é uma manobra daqueles que querem tratar a Minoria. Ele é uma manobra! V.Exas. não têm tradição democrática de respeitar a Minoria, de compreender o contraditório. V.Exas. não têm essa prática. E, por não terem essa



prática, V.Exas. se utilizam dessa manobra para poder inviabilizar a atuação da Minoria.

Mas nós vamos, durante todo este dia, fazer obstrução. Se for preciso, nós a faremos amanhã e, se necessário for, na segunda também. Nós não vamos aceitar esse trator que está presidindo e tentando passar por cima das convicções de todos nós que estamos aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está concluído o tempo de V.Exa.

Como vota a bancada do PP?

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - O Partido Progressista vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PSDB?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PR?

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PSD?

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, o nosso partido tem uma posição muito clara, até porque a missão cumprida por esta CPI é para colocar verdade à mesa.

É uma pena, como foi dito aqui pelo Deputado Valdir Colatto, que não foi possível quebrar ou abrir a caixa preta das ONGs. Até se percebeu no histórico do Governo do PT, nos últimos anos, que as ONGs tiveram um papel extremamente importante, muitas delas no que se refere a operações para tratar de campanhas eleitorais. Que pena que não foi possível!

Por outro lado, como Deputado Federal, muito claramente, sou a favor do setor produtivo deste País em respeito ao indígena. Aliás, quando se diz que querem acabar com o INCRA ou com a FUNAI, acredito que têm que renascer o INCRA e a FUNAI, com a missão pura, transparente, honesta e decente para o bem do produtor e com respeito ao indígena.

Por isso, o PSD vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PSB?

O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI - O PSB vota “sim”, Sr. Presidente.



-
- O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o DEM?
- O SR. DEPUTADO MANDETTA** - A bancada vota “sim”.
- O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PRB?
- O SR. DEPUTADO CÉSAR HALUM** - Com muita convicção, o PRB vota “sim”.
- O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PDT? (*Pausa.*)
Como vota o PTB?
- O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - O PTB vota “sim”.
- O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o SD? (*Pausa.*)
Como vota o PTN? (*Pausa.*)
Como vota o PCdoB? (*Pausa.*)
Como vota o PSC? (*Pausa.*)
Como vota o PPS?
- A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, este requerimento é a continuidade dos requerimentos de ontem, numa manobra clara de atropelar a Minoria, numa manobra clara de derrubar os próximos requerimentos e continuar na prática comum desta Comissão: atropelar, atropelar...
- Todos nós temos plena clareza de que esta é uma Comissão que foi criada, inicialmente, já no seu nascedouro, sem os elementos fundamentados para isso, sem objeto claro, sem foco, da previsão legal para a existência de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.
- O PPS vota “não”, Sr. Presidente, pelo bom funcionamento desta Comissão.
- O SR. PRESIDENTE** (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PHS? (*Pausa.*)
Como vota o PV? (*Pausa.*)
Como vota o PROS? (*Pausa.*)
Como vota o PEN? (*Pausa.*)
Como vota o PMB? (*Pausa.*)
Como vota o PRP? (*Pausa.*)
Como vota a Minoria?
- O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Sr. Presidente, este requerimento é a repetição da prática de todo o processo da CPI: tratoragem. Aliás, “trator” é um



nome bem simbólico para aquilo que representa a maioria desta CPI: tratoragem para cima da Minoria.

É importante ressaltar que esta prática que aqui foi adotada em relação à Minoria se reflete no próprio relatório do Deputado Nilson Leitão. O Deputado Nilson Leitão conseguiu ter a proeza de colocar no relatório aquilo que é histórico na sociedade brasileira, pelo menos por 450 anos da história brasileira, que foi a capacidade de projetar no relatório um futuro de massacre para as minorias, aquelas que foram marginalizadas durante toda a história do Brasil.

Então, parabéns ao Deputado Nilson Leitão pela capacidade de colocar e sintetizar o pensamento dessa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o seu tempo, Deputado.

Passa-se à votação.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado o requerimento.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O seu partido não tem número para isso.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Peço verificação conjunta, Presidente.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Verificação conjunta.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - A Minoria pede verificação conjunta, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Peço verificação conjunta, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Ou vai impedir também de se usar a palavra para pedir até verificação?

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Verificação conjunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está concedida a verificação.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eles querem aprovar de qualquer jeito?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Solicito que se abra o painel para manifestação de voto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Verificação conjunta, a pedido do PMDB.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - A Minoria está em obstrução.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - O PT está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Abra o painel para votação, por favor!

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - O PT está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está aberto o processo de votação pelo sistema eletrônico.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - O PT está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O PMDB vota “sim”, Presidente. Vamos votar!

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - O PT está em obstrução, Sr. Presidente. Esta máquina não está igual ao Presidente. (*Riso.*)

(*Intervenção fora do microfone. Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Há um problema no sistema. Não é um problema nosso. Já foi autorizada a votação pelo sistema eletrônico.

O SR. DEPUTADO CÉSAR HALUM - Vamos votar no boca a boca então! O PRB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Vai resolver o problema agora ou está difícil, meu irmão?!

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Estão fazendo obstrução para nós, Presidente. (*Riso.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Estão fazendo obstrução para o PT. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Estão fazendo obstrução. É isso mesmo. Só vai consertar daqui a 5 horas.

(*Pausa prolongada.*)



O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, eu estou inscrito.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, V.Exa. vai conceder a palavra ao Deputado Marcon?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Estamos em processo de votação.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Mas a fala de S.Exa. não estará obstruindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Estamos em processo de votação. Tenham calma! Tenham calma! V.Exas. já tiveram todo o tempo do mundo para falar e ainda terão muito tempo.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Vou proceder à chamada nominal em virtude de o sistema estar fora do ar. Isso é regimental.

Como vota o Deputado Alceu Moreira? Vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Mauro Pereira, como vota V.Exa? Peço que fale no microfone.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Sergio Souza.

(Pausa)

Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - “Sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Dilceu Sperafico.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - “Sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado João Rodrigues.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Expedito Netto.

(Pausa.)

Deputado Irajá Abreu. (Pausa.)

Deputado Marcos Montes. (Pausa)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Mandetta.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado César Halum.

O SR. DEPUTADO CÉSAR HALUM - "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Nelson Marquezelli.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Carlos Henrique Gaguim? (*Pausa.*)

Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Jair Bolsonaro.
(*Pausa.*)

Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - "Obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - "Obstrução".

Deputado Patrus Ananias. (*Pausa.*)

Deputado Paulão. (*Pausa.*)

Deputado João Carlos Bacelar. (*Pausa.*)

Deputado João Rodrigues.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Adilton Sachetti.

O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI - "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - "Obstrução", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada Tereza Cristina.
(*Pausa.*)

Suplentes:

Deputado Nilson Leitão.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - "Sim", Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Esta lista está repetida. Há vários nomes repetidos aqui.

Deputado Domingos Sávio. (*Pausa.*)

Deputado Ricardo Tripoli. (*Pausa.*)

Deputado Arnaldo Jordy. (*Pausa.*)

Deputado Assis do Couto. (*Pausa.*)

Essas listas estão misturadas.

Suplentes:

Deputado Celso Maldaner. (*Pausa.*)

Deputado Jones Martins. (*Pausa.*)

Deputado Newton Cardoso Jr. (*Pausa.*)

Deputado Beto Salame. (*Pausa.*)

Deputado Toninho Pinheiro.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - “Sim”.

Deputada Raquel Muniz. (*Pausa.*)

Deputado Elmar Nascimento. (*Pausa.*)

Deputado Abel Mesquita Jr. (*Pausa.*)

Deputado Lindomar Garçon. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Deputado Carlos Henrique Gaguim, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Sr. Presidente, eu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - “Sim”.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Eu voto “sim”, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, tem que seguir a lista! Isso está no Regimento, temos de seguir isso. Depois volta, é lógico!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Fabio Garcia. (*Pausa.*)

Deputado Paulo Foleto? (*Pausa.*)

Está concluída a votação.

Algum Parlamentar não foi chamado para a votação?



O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Eu não fui chamado, Sr. Presidente:
Deputado João Daniel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado João Daniel.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Voto “obstrução”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - “Obstrução”.

O Deputado João Daniel não está nesta lista aqui.

Como vota o Deputado Valmir Assunção?

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Os Deputados João Daniel e Valmir Assunção...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu sou suplente do Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Mas ele está?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Os Deputados Evandro Roman, Raquel Muniz, Professor Victório Galli, Fabio Garcia, Paulo Foleto, Eliziane Gama...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Obstrução, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obstrução.

Deputado Elmar Nascimento e Deputado Abel Mesquita Jr...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, V.Exa. já fez a chamada de todos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Marcon, como vota V.Exa.?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obstrução? Está em obstrução o Deputado Marcon.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - V.Exa. já me chamou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Sim, já chamei.

Como vota o Deputado Sergio Souza?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, voto “sim”.



O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, V.Exa. já não tinha chamado? Presidente, V.Exa. já chamou todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Sim, vou apurar o resultado.

Quando o voto é manual, eu preciso fazer a conferência. Isso não é normal aqui. Por isso, tenham calma. Esta é uma votação nominal, tem que haver todo o tempo do mundo para esperar.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Mas, quando o voto é manual, V.Exa. pode chamar várias vezes, *ad aeternum*?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Posso, sim. Posso ficar 1 hora inteira esperando para chamar os Deputados.

Como vota o Deputado Professor Victório Galli? Ligue o microfone, por favor.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR VICTÓRIO GALLI - Voto "sim".

O SR. DEPUTADO JOSUÉ BENGTON - Sr. Presidente, para evitar qualquer mal entendido, eu gostaria que alguém pudesse acompanhar a contagem desses votos, para não haver nenhum problema posterior.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O ideal, Sr. Presidente, é que V.Exa. anuncie voto a voto, porque há titulares e suplentes aqui.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Estou entendendo que já está encerrada a votação? É isso, Sr. Presidente?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então, para que não tenhamos nenhum tipo de confusão no resultado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não restará nenhuma dúvida. Nós estamos fazendo agora a apuração, para saber se não vão votar suplentes e titulares do mesmo partido. Certamente, será correto, só que precisamos do tempo necessário para fazer a conferência, em virtude de o sistema não estar funcionando. Nós não estávamos preparados para isso.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Inclusive, V.Exas. estão liberados, se estiverem com pressa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Estão todos liberados e podem sair, se quiserem.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Estão liberados, se estiverem com pressa.



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Venha aqui e me pergunte, e eu te respondo.

O SR. DEPUTADO MARCON - Não tenho nada escondido, minha vida é honesta.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Então, venha aqui, e eu te respondo. Pergunte!

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - O Colatto vai ser o fiscalizador dos votos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MARCON - Eu só queria fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pois não.

Peço silêncio, pessoal.

O SR. DEPUTADO MARCON - V.Exa. é do Município de Osório. A família do Dal Prá, funcionário público do INCRA, morto há 9 anos, é da sua cidade. Ele está sendo indiciado na CPI. Faço uma pergunta ao Presidente da CPI: é por disputa com a família ou com o morto V.Exa. ter indiciado ele?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu sequer tinha conhecimento de que esse cidadão estava no relatório. Quando uma pessoa entra no relatório e é falecido, o indiciamento ou a recomendação do indiciamento — nem recomendado está — ocorre porque é improbidade administrativa. Improbidade administrativa gera uma dívida em que o responsável pelo possível desvio de conduta pública arca com os bens para pagar, mesmo falecido. É normal que assim se faça. Senão, o cidadão rouba uma Prefeitura inteira, morre no dia seguinte, e ninguém é responsável.

Na questão de improbidade administrativa, mesmo assim, ele não está indiciado, ele não foi indiciado. Isso não passa de um discurso falso, tentando desmoralizar o nosso relatório.

O SR. DEPUTADO MARCON - É uma vergonha intimar pessoa que não pode se defender. Ele era funcionário público, ele ganhava pelo seu trabalho. Não tem nada a ver com a família. É uma vergonha, Relator!



O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Deputado Marcon, até...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A morte...

O SR. DEPUTADO MARCON - É uma vergonha, é a tua cara esta CPI, Presidente. É a tua cara esta CPI, Presidente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Deputado Marcon...

O SR. DEPUTADO MARCON - É a tua cara esta CPI.

Indiciar, morto, Nilson?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Deputado Marcon, até pelo respeito que tenho a V.Exa...

O SR. DEPUTADO MARCON - Mas vamos criar vergonha!

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Até pelo respeito que tenho a V.Exa...

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Fale da Erika Kokay aí, do MST, da morte do fazendeiro também. Vamos botar aí para investigar.

O SR. DEPUTADO MARCON - A conversa não chegou ao seu chiqueiro, Deputado.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Marcon, até pelo respeito que tenho a V.Exa...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Vamos encerrar esta votação, Presidente!

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu só quero falar ao Deputado Marcon que é possível, dentro de uma normalidade, qualquer Deputado do PT interpretar sem maldade...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Estou falando, V.Exa. me respeite!

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, já encerrou a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Um minuto.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A votação foi encerrada. V.Exa. está esperando a apuração, não é isso?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu queria...



O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu estou falando. Posso terminar de falar?

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - O Presidente concedeu a palavra a alguém?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Quem encerra a votação é o Presidente. Eu só vou encerrar quando eu achar que devo.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Eu só estou fazendo um questionamento a V.Exa. Não precisa ficar nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não foi encerrada.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu não queria trazer para este debate, antes do tempo, detalhes do relatório.

Ontem, V.Exas. falaram muitas mentiras. Se quiserem que eu seja mais educado, digo que foram muitas inverdades. Eu não quero trazer os detalhes.

Esse relatório precisa ter, de fato, um resultado que melhore a vida do índio e do assentado, que V.Exas. pioraram muito. Ficaram por 13 anos no poder e só aumentaram as mortes de índios e a miséria dos assentados. Mas o relatório vai falar por si. Ele vai falar por si.

Esse apelo que V.Exas. estão fazendo, se for através do diálogo, é possível fazer. Mas, se for por ataque pessoal, nós vamos começar a falar detalhes do relatório que a Polícia Federal vai investigar. Esse relatório não vai para nenhum órgão de imprensa, vai para a Polícia Federal e para o Ministério Público. Eles vão decidir se há crime ou não.

Agora, há um fato concreto, Deputado Marcon. Em respeito a V.Exa. e não a outros, que estão exagerando para fazerem palanque aqui, eu vou lhe dizer. Os indícios colhidos pela CPI apontaram para o fato de que o grupo de trabalho do INCRA responsável pelo reconhecimento do território de Morro Alto como remanescente de quilombo atuou em improbidade administrativa. Ocorre que o Sr. Carlos Antônio Dal Prá, integrante do grupo, faleceu em momento posterior ao ato. Destacamos que o referido cidadão não foi indiciado em nenhum momento, mas apenas consta como integrante de um grupo cujos atos indicam improbidade administrativa.



A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A Deputada Raquel votou “sim”.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Mesmo assim, acatando as sugestões, retiramos a menção expressa a seu nome da folha 2.971 do relatório, desde ontem. Assim, vamos retirar a menção a seu nome, cabendo aos órgãos de investigação verificar a possibilidade de responsabilização da herança por eventual prejuízo ao Erário.

O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER - Voto “sim”.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - É um problema do Ministério Público, isso faz parte da legislação brasileira. V.Exa. não pode vir com poesia aqui...

O SR. DEPUTADO MARCON - Não, ele só... A família...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Então, está bem. Se o Fernandinho Beira-Mar morresse, tudo o que ele roubou... Se houvesse alguém se beneficiando desse roubo, como V.Exa. agiria?

O SR. DEPUTADO MARCON - Agora, V.Exa. quer colocar o Fernando Beira-Mar junto com um funcionário público que eu conheço, que era sério.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Se um político roubou e houvesse alguém se beneficiando dessa herança dele, como V.Exa. agiria?

O SR. DEPUTADO MARCON - Não, espere aí! Parou.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - A herança pode ser proveniente de roubo. V.Exa. tem que entender que a Justiça vai fazer isso, não o discurso político de V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu preciso anunciar o resultado.

O SR. DEPUTADO MARCON - Não...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Temos o resultado?
(Pausa.)

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. não votou? Tenha calma. Vai dar palco para eles? Vá votar! Anuncie seu voto no microfone.



O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu já votei, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O seu voto não está computado, V.Exa. não o anunciou. Por favor, vote ao microfone.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Nilson Leitão vota “sim”. (Pausa.)

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Encerrada a votação.

Resultado: 17 votos “sim”; 5 votos pela obstrução.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Aprovado o requerimento.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, Sr. Presidente! Não, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, questão de ordem!

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Questão de ordem, art. 185...

Não, senhor! Não existe isso! Nós queremos saber quais Deputados votaram “sim”, para que nós, de fato, possamos fazer essa conferência, Presidente. Não é um processo normal. Houve um problema no painel. Nós precisamos saber claramente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A lista de votação com os Deputados que votaram “sim” e os que estão em obstrução está à disposição dos Srs. Parlamentares.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, não, não, Presidente!

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Não, Presidente!

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Questão de ordem, Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Questão de ordem! Tem que haver a leitura. Senão, vai haver manipulação, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, Presidente! Não!

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Tem que haver a leitura dos nomes dos que votaram “sim” e dos que estão em obstrução, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, V.Exa. tem que citar os nomes dos Parlamentares. Essa votação não foi eletrônica.



O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Esperem aí, tenho uma observação. Todos que votaram a favor se manifestaram. Está no áudio.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Os votos foram anunciados ao microfone, com a identificação do Parlamentar. Portanto, todos eles estão disponíveis.

(Tumulto no plenário).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Vou ler para V.Exas. não ficarem tristes, não há problema.

Alceu Moreira, “sim”; Mauro Pereira, “sim”; Sergio Souza, “sim”; Valdir Colatto, “sim”; Dilceu Sperafico, “sim”; Luis Carlos Heinze, “sim”; Mandetta, “sim”; César Halum, “sim”; Eduardo Bolsonaro, “sim”; Nelson Marquezelli, “sim”; Carlos Henrique Gaguim, “sim”.

Titulares: Jair Bolsonaro, “sim”; João Rodrigues, “sim”; Nilson Leitão, “sim”; Adilton Sachetti, “sim”.

Suplentes: Professor Victório Galli, “sim”; Evandro Roman, “sim”; Raquel Muniz, “sim”; Eliziane Gama, obstrução; Nilto Tatto, obstrução; Valmir Assunção, obstrução; João Daniel, obstrução; Janete Capiberibe, obstrução; Eliziane Gama, obstrução; Marcon, obstrução.

Li o voto, mas ele não foi contabilizado. Está disponível para V.Exas.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é o artigo?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Art. 187, § 4º.

Presidente, enquanto a Secretaria procura o artigo, eu só queria destacar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, questão de ordem é questão de ordem, é específico sobre o artigo. Primeiro, eu vou ver o seu artigo, e depois V.Exa. se manifesta.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é a questão de ordem, Deputado?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu vou ler o artigo:



“Art. 187 A votação nominal far-se-á pelo sistema eletrônico de votos, obedecidas as instruções estabelecidas pela Mesa para sua utilização.

.....
§ 4º Quando o sistema eletrônico não estiver em condições de funcionamento, e nas hipóteses de que tratam os arts. 217, IV, e 218, § 8º, a votação nominal será feita pela chamada dos Deputados, alternadamente, do norte para o sul e vice-versa (...)"

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Essa regra só vale para o Plenário, não vale para as Comissões. Está rejeitada a sua questão de ordem.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, eu queria fazer agora outra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Rejeitada a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu quero fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não tem observação mais.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, quero fazer outra observação. Houve uma acusação aqui pelo Deputado...

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Questão de ordem, Presidente.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Considerando o resultado da votação anterior, declaro prejudicados os requerimentos da Deputada Erika Kokay, que requerem inversão de pauta para tratar de expediente, e o requerimento de votação nominal para esse requerimento, dado o prejuízo. Os dois estão prejudicados.

Dando seguimento à reunião, vamos dar continuidade à fase de discussão.

A palavra está à disposição do Deputado Adilton Sachetti.

O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI - Sr. Presidente, eu permuto o meu tempo com o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, quais requerimentos foram prejudicados?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pessoal, nós estamos com alguns problemas de Secretaria. Há um requerimento de retirada de pauta sobre a mesa, do Deputado Valmir Assunção, que tem que ser votado antes deste processo.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de votação pelo processo nominal, apresentado pelo Deputado Valmir Assunção, que passo a ler:

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 186, § 2º, do Regimento Interno, votação nominal para apreciação do requerimento de retirada de pauta do relatório.

Para encaminhamento, concedo a palavra ao Deputado Valmir Assunção.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, quando apresentei esse requerimento, o objetivo central era que cada Deputado presente nesta CPI pudesse colocar sua digital, não precisasse se esconder.

Aqui, há alguns Parlamentares que dizem: “*Estamos nesta CPI para defender os índios, para melhorar a qualidade de vida dos índios*”. Esse é o discurso. Mas, na prática, é para criminalizar os índios, para criminalizar os quilombolas e, ao mesmo tempo, para inviabilizar o processo de reforma agrária e perseguir os servidores públicos. Esse é o objetivo central.

Não é possível, Sr. Presidente, que depois de 500 dias de CPI, de investigação e de alguns momentos de diligência, só se tenha ouvido um lado, justamente o dos fazendeiros. Os índios, para deporem, tiveram que implorar pelo direito de falar, e muitas vezes não foi aceitos.

Há uma série de documentos já encaminhados à Comissão de Direitos Humanos desta Casa por lideranças indígenas. Esta CPI, na sua grande maioria...

Os fazendeiros, o agronegócio, os ricos que atuam no campo têm essa compreensão de que o pobre, o indígena, o trabalhador, o sem-terra, o quilombola não precisam viver. Querem exterminar de uma vez por todas a população indígena. Essa é a realidade.

Então, nada mais justo do que nós votarmos aqui com a maior transparência possível, para que a sociedade possa acompanhar e saber quem é quem. Por isso, é importante colocar a nossa digital.

Esta CPI chega ao ponto de indicar o Presidente do CIMI. Pediu indiciamento do Presidente do CIMI, que é o Arcebispo Dom Roque. O que querem atribuir



responsabilidade a ele é simplesmente porque ele é o Presidente do CIMI. Querem prender um bispo! E boa parte aqui ainda diz que é religiosa. É preciso que a CNBB preste atenção a esse aspecto, é importante isso. O que a maioria desses Deputados aqui estão fazendo com a CNBB e com o Arcebispo Dom Roque não se faz. Isso é uma violência! Isso é um desrespeito! Isso é uma perseguição!

O Relator falou ainda há pouco algo revelador, ao dizer que não vai indicar o morto, porque o tirou do relatório no dia de ontem. Mas até ontem estava o relatório pedindo indiciamento de um morto, de uma pessoa que morreu em 2008. Essa é a qualidade do relatório.

É por isso que nós achamos fundamental que cada um aqui coloque a sua digital, para que seja um processo transparente, mesmo sabendo que não é uma prática da bancada ruralista e não é uma prática do Presidente desta Comissão ser transparente. Sem dúvida nenhuma, ele não tem nenhum princípio democrático, é simplesmente arrogante. Ele simplesmente senta-se à cadeira e utiliza o Regimento do jeito que lhe convém, utiliza todas as manobras para inviabilizar a Oposição nesta Comissão.

Eu quero afirmar que nós vamos continuar fazendo obstrução. Nós vamos enfrentar esse debate e vamos trabalhar muito para que a sociedade, cada vez mais, tenha consciência do prejuízo que a bancada ruralista está trazendo para a imagem do Brasil, para o povo brasileiro, para a população indígena, para os quilombolas, para os trabalhadores rurais, para os pequenos agricultores. A imagem dessa população essa bancada ruralista está destruindo.

É isso o que V.Exas. estão fazendo!

Então, no mínimo, vamos votar de forma transparente. Vamos botar a digital, cada um com suas convicções. É isso o que esperamos neste momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Eduardo...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - V.Exa. só precisava indicar qual é a página em que está indiciado o morto. V.Exa. não está falando a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tem a palavra o Deputado Eduardo Bolsonaro, para manifestação contrária.



O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, quero orientar contrariamente ao requerimento que pede a votação nominal da retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Orientação de voto.

Como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O PMDB vota “sim”, Sr. Presidente... Aliás, vota “não”, Presidente. “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Vota “não”.

Como vota o Partido dos Trabalhadores? (*Pausa.*)

Como vota o PP?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O Partido Progressista vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PR? (*Pausa.*)

Como vota o PSD? (*Pausa.*)

Como vota o PSB?

O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o DEM? (*Pausa.*)

Como vota o PRB?

O SR. DEPUTADO CÉSAR HALUM - O PRB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PDT? (*Pausa.*)

Como vota o PTB?

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o Solidariedade? (*Pausa.*)

Como vota o PTN? (*Pausa.*)

Como vota o PCdoB? (*Pausa.*)

Como vota o PSC? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - O PSC vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O PSC vota “não”.

Como vota o PPS?



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, o mínimo que nós podemos fazer é deixar o registro e demonstrar, sobretudo, a responsabilidade do Parlamentar nesta Comissão. Nós estamos vivendo um momento crítico no Brasil. Houve aumento, nos últimos anos, ano após ano, de conflitos agrários. Por exemplo, houve mais de 20% de aumento de violência no campo no período de 2015 a 2016. Nos primeiros dias deste ano, houve 15 assassinatos no campo. O relatório desta CPI vem para agravar este problema, vem aumentar o conflito no campo.

Portanto, é necessário que cada Parlamentar deixe a sua digital e mostre o seu nível de responsabilidade em relação a esses conflitos agrários no Brasil.

O PPS vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PHS? (*Pausa.*)

Como vota o PV? (*Pausa.*)

Como vota o PROS? (*Pausa.*)

Como vota o PEN? (*Pausa.*)

Como vota o PMB? (*Pausa.*)

Como vota o PRB? (*Pausa.*)

Como vota a Minoria? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - O PT, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O PT foi chamado no início.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Não, o PT não foi chamado ainda, Sr. Presidente. Quero fazer a orientação do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pois, não. Por favor...

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - O nosso partido, Sr. Presidente, deixará ao menos registradas nesta CPI a posição e a postura daqueles que em nenhum momento se curvarão ao defender os mais pobres neste País, ao defender as causas e os povos indígenas, ao defender os quilombolas, ao defender os assentados, ao defender os padres, os bispos, os procuradores e os defensores da luta histórica do povo brasileiro.

O nosso partido quer que todas as votações sejam nominais e, por isso, nós votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota a Minoria?



O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, é importante que cada um coloque a sua digital neste relatório, porque é este relatório que pede a extinção da FUNAI, que criminaliza a academia, através da Associação Brasileira de Antropologia — ABA e do trabalho dos antropólogos, e que criminaliza a Igreja Católica, através de sua pastoral indigenista, o CIMI.

Eu quero ver se o Deputado Nilson Leitão vai votar favorável àquele relatório. Nem ele tem coragem de defender publicamente o que está no relatório que ele fez.

Eu não consigo ver na maioria desta Comissão a defesa aberta deste relatório, porque aquele panfleto — o relatório é um panfleto — só está servindo para aumentar a violência no campo. Acredito piamente que nem todos nesta CPI querem aumentar a violência no campo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o tempo.

Em votação.

Os Srs. Deputados que votam contra o requerimento se manifestem; os Srs. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de retirada de pauta.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, deixe o microfone aberto para podermos usar os instrumentos da Minoria!

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Por favor, Sr. Presidente, V.Exa. poderia registrar os votos contrários?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Votos contrários dos Deputados: Valmir Assunção, Nilto Tatto, João Daniel, Marcon, Janete Capiberibe e Eliziane Gama.

O SR. DEPUTADO MOISÉS DINIZ - Deputado Moisés Diniz...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Moisés Diniz...

O SR. DEPUTADO MOISÉS DINIZ - Meu nome está naquele painel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está bem, meu amigo! Tudo bem, basta verificar. Pronto.

O SR. DEPUTADO MARCON - Não o cutuque, porque ele está brabo hoje. É o problema da babá do Presidente ainda.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Encontra-se sobre a mesa requerimento de retirada de proposição da Ordem do Dia, de iniciativa do Deputado Valmir Assunção:

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 117, inciso VI, e do art. 83, parágrafo único, inciso II, do Regimento Interno, a retirada da proposição da pauta da presente reunião.

Tem a palavra o Deputado Valmir Assunção para fazer o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Quer que eu faça, Deputado Valmir Assunção? (Pausa.)

Quanto tempo tenho, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A Mesa ficará atenta. São 5 minutos.

Por favor, pode começar.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Muito obrigado.

Sr. Presidente, nós acompanhamos desde o início esta CPI, que completou 500 dias. Jamais, na história da Câmara Federal, nós tivemos um rolo compressor como o que foi visto nesta CPI em prol dos interesses econômicos, dos interesses contrários aos povos indígenas.

Nós, aqui, hoje, iniciamos esta nova sessão para votação do relatório em pauta, e acompanhamos que os índios e seus representantes não conseguem entrar no Anexo II. Lá fora eles cantam seus hinos e relembram sua história.

Mas não foi diferente o que aconteceu em outros momentos da história do Brasil. Na história dos povos indígenas do Brasil, os índios foram dizimados, massacrados. Graças ao Governo do Presidente Lula e ao Governo da Presidenta Dilma...

E eu quero fazer justiça: a ex-Primeira-Dama Ruth Cardoso, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, tinha para os povos indígenas um olhar de respeito e carinho. Ela fazia parte do partido, do Governo do PSDB.

O Relator desta CPI é do PSDB. Certamente, muitos daqueles que construíram esse partido ao longo da história e que tinham compromissos históricos com causas Indígenas, com as causas dos quilombolas, com a causa da terra,



nesse momento se sentem enfraquecidos, se sentem mal, e sentem que foram afastados e abandonados todos os ideais sociais, especialmente no que se refere a uma das questões mais justas da história deste País, que é a causa indígena.

D. Pedro Casaldáliga diz nos seus escritos que não haverá justiça no Brasil, não haverá uma sociedade justa, sem que o nosso País faça a demarcação das terras indígenas. Os índios precisam do respeito da sociedade brasileira, precisam da demarcação das suas áreas.

Esta CPI em nenhum momento analisa a FUNAI do ponto de vista da importância do interesse desta autarquia pelos povos indígenas, para cuidar da política indígena. Esta CPI não olhou para alguns locais que usaram e que usam recursos para tratar questões indígenas e que não tratam. Nesta CPI, Sr. Presidente, o Relator cuidou de perseguir aqueles que deram a vida e dão a vida para lutar em defesa das causas dos povos indígenas e da reforma agrária.

Portanto, nós, o nosso partido, podemos deixar ao menos registrado nesta CPI, juntamente com o PCdoB, juntamente com o PPS, juntamente com parte do PSB, do PSOL, o nosso compromisso com a terra, com a natureza, com a vida, com os povos indígenas, que deverá marcar a nossa trajetória a vida inteira. Não importa se nesse momento o trator quer passar por cima, porque eles são maioria. O que importa é que a história deixará isso registrado, a verdade será esclarecida, e ficará registrado nos Anais desta Casa que um dia uma CPI favoreceu apenas o latifúndio, a grilagem de terra e a violência no campo.

Por isso, nós queremos que todas as votações sejam nominais E nós queremos defender o fim e a não votação desse relatório nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze para apresentar manifestação contrária.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, eu acho que nós temos que votar essa matéria. Por isso, nós somos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Encaminhamento.

Como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, sugerimos que toda a base vote... Vote pela base, Colatto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que coloquem, por favor, a votação no quadro.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, com a convicção de que este relatório do Deputado Nilson Leitão realmente traz esclarecimentos, dados e números que a sociedade brasileira vai conhecer, e de que nós estamos, sim, protegendo os indígenas e também os sem-terra nos assentamentos, nós pedimos a toda a base para que vote “não”, juntamente com o PMDB. O voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Toda a base vota “não”.

A palavra está à disposição do Partido dos Trabalhadores, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, nós vimos, ultimamente, o crescimento da matança dos índios no Brasil. Nos últimos 8 anos, foram mortos 250 índios, um número assustador! E nem os mortos escapam nesta CPI.

Eu espero que o Bispo de Osório, que é da cidade do Presidente da Comissão, perdoe o Presidente da Comissão por perseguir os mortos da sua cidade. Eu espero, no mínimo, isto: que antes de tu chegares lá, o Bispo da tua Catedral de Osório te perdoe por isso — e a mesma coisa vale para Dom Roque, Arcebispo de Rondônia, que tu estás perseguindo. Talvez, no ano que vem, Dom Roque esteja no litoral norte visitando a tua catedral e possa te chamar para...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está terminado o seu tempo, Deputado.

Como vota o PPS, por favor? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)* Já votou: “não”.

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Durante a votação, não, Deputada. Não tem como fazer questão de ordem durante o processo de votação.

A Minoria está com a palavra.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, a Minoria vota favoravelmente ao requerimento, porque é uma oportunidade para o Relator fazer uma revisão do relatório, na medida em que, nesse relatório, pede o indiciamento



inclusive de pessoas que já morreram. Ao mesmo tempo, abre a possibilidade de o Relator verificar o próprio relatório que nós apresentamos em paralelo, porque lá, sim, a gente propõe o melhoramento de políticas públicas para o funcionamento da FUNAI, para o funcionamento do INCRA.

O relatório, da forma como ele apresentou, na verdade, vai aumentar a violência no campo, como já vem ocorrendo nos últimos meses, a partir do momento em que o próprio Governo Temer já vem desestruturando o INCRA e, principalmente, desestruturando a FUNAI, dentro da lógica daquilo que o Relator propõe no seu relatório, que é acabar com a FUNAI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Em votação.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - A orientação do PT não apareceu no painel, Sr. Presidente. Nossa bancada vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Voto: “sim” para o PT.

O SR. DEPUTADO MARCON - Oriente ali a nossa bancada. Até isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O pessoal tem que ficar atento. Se o PT vota “sim” e vocês não registram...

O SR. DEPUTADO MARCON - Acho que é o espírito do morto aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está bem.

Rejeitado.

O SR. DEPUTADO MOISÉS DINIZ - O PCdoB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Vamos dar continuidade à fase de discussão.

O SR. DEPUTADO MARCON - O Deputado Marcon vota “sim”. Eu quero que o meu voto seja registrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A palavra está à disposição do Deputado Adilton Sachetti.

O SR. DEPUTADO MARCON - Presidente, eu quero que seja registrado o meu voto: “sim”.

O SR. DEPUTADO MOISÉS DINIZ - O PCdoB vota “sim”.

O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI - Eu permuto o meu tempo com o Deputado Heinze.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A palavra está à disposição do Deputado Luis Carlos Heinze. De acordo com o Regimento, quando os dois Parlamentares estão presentes e inscritos, podem permutar.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu ouvi os colegas falarem em rolo compressor, em trator. E trator, Deputado Nilson, rolo compressor, é o que o Partido dos Trabalhadores, quando do Presidente Lula, organizou aqui no Brasil.

Nós tínhamos o Ministério da Justiça, nós tínhamos a FUNAI, nós tínhamos o INCRA, nós tínhamos o Ministério da Cultura, nós tínhamos a Fundação Palmares, nós tínhamos o Ministério do Meio Ambiente, nós tínhamos a 6ª Câmara do Ministério Público Federal, nós tínhamos o Conselho Indigenista Missionário, nós tínhamos antropólogos fazendo acordo com a Procuradoria-Geral da República. Isso aí tudo é um rolo compressor. Se até hoje não causaram mais problemas para milhares de famílias no Brasil inteiro, foi graças ao trabalho que nós estamos fazendo, culminando com os trabalhos que hoje esta CPI está trazendo aqui.

Por isso, nós estamos fazendo, neste instante, este relato de absurdos e de abusos. Quando eu ouço os colegas falarem dos latifundiários e dos ruralistas, eu gostaria que a Deputada do Maranhão, Deputada Eliziane Gama, prestasse atenção às terras indígenas do Alto Turiaçu ao Awá-Guajá, em São João do Caru e Bom Jardim. Lá, mais de 2 mil pequenos agricultores foram desintrusados de sua terra, Deputado Balestra, e estão hoje vivendo miseravelmente.

Fui com o Deputado Weverton Rocha a um Juiz Federal, em São Luís, no Maranhão, pedir que ajudasse essas famílias, que até hoje não foram assentadas. Elas foram retiradas das terras para se fazer uma reserva ambiental numa área extensa que tinha lá; há meia dúzia de índios em cima dessa propriedade.

Se pegarmos a questão do assentamento na Bahia, o Juraci, que esteve conosco, era um líder do MST. Ele disse, em uma audiência com o então Vice-Presidente da República Michel Temer, estando vários Parlamentares presentes, e o Deputado Geraldo Simões, do PT da Bahia, naquela ocasião estava presente ao ato, que o Babau, hoje, é o chefe dos índios, é um criminoso, um indiciado, um preso de alta periculosidade. Ele é o chefe do movimento. Esse movimento indigenista tirou a terra do próprio pai, este é o líder dele.



Lá na Bahia, em Ilhéus, em Itabuna, naquela região, há pequenos produtores que estão sendo desintrusados das terras por conta da pressão e das invasões que sofrem. Por isso há mortes. Criminosos e gente armada chegam lá para pressionar agricultores indefesos; não são latifundiários.

Vou falar do caso do Mato Grosso, no Suiá Missu, no Alto da Boa Vista, o Bispo D. Pedro Casaldáliga, a pedido do Gilberto Carvalho, então Ministro do Presidente Lula e, depois, da Presidente Dilma Rousseff, fez a desintrusão de mais de 2 mil famílias em 165 mil hectares naquele Município.

Nessa comunidade, havia 92 casas de comércio, 7 escolas, igrejas, indústria de arroz; 165 mil produtores plantavam 50 mil hectares de soja, milho, arroz, algodão; havia 180 mil cabeças de gado. Hoje, Deputado Balestra, há apenas 97 famílias de índios. Já houve mais de 30 suicídios nesse caso, Deputado Marquezelli. Essas pessoas vivem muito mal. A Igreja é contra essas pessoas.

Deputado Nilson Leitão, isso aconteceu no seu Estado. O Governador, na época, ofereceu 231 mil hectares para deixarem a cidade que existia naquele Município. Esta é a gente que esse povo está defendendo.

Vejam o absurdo: era só pegar os 230 mil hectares — não eram 165 mil hectares — e o pessoal estaria assentado lá. Mas houve morte, suicídio. Hoje, produtores que eram prósperos vivem como miseráveis. Eles tinham as suas terras, mas o Bispo dizia que tinha que ser essa aqui. Havia outra terra próxima a essa, mas não a quiseram.

No Rio Grande do Sul, Deputado Alceu Moreira, que V.Exa. conhece, no Mato Preto são 4.230 hectares e 365 famílias. Qual é a média, Deputado Halum? São 11 hectares em média. Isso é um absurdo, é um abuso! Tanto é que um Juiz Federal condenou o laudo, porque é fraudulento. Querem tirar essas famílias para colocar quem? Para colocar 27 famílias ou 28 famílias de índios, e retirar 365 famílias. Então, esse verdadeiro conluio, realizado por vários Ministérios do Governo Lula e do Governo Dilma, tem que acabar.

O que nós fizemos ao longo desses anos — desde 2003 eu me dedico a esse caso — foi pelo menos evitar que essas barbáries acontecessem. Estou falando aqui: Mato Preto, 11 hectares de média — V.Exa., Deputado Alceu, conhece Sananduva —, e Passo Grande do Rio Forquilha, 1.890 hectares, 180 famílias, 10



hectares de média. É isso que estão falando? Queriam roubar as terras desses produtores — roubar! —, tirar essas pessoas, que estão lá há mais de 100 anos, sem pagar nada. Isso é roubo, furto!

Deputado Halum, pelo amor de Deus, nós não podemos aceitar isso.

Então, isso é o que estava acontecendo no Brasil, que, felizmente, agora, com o Presidente Temer, está sob nova direção. O Ministro Osmar Serraglio, um homem sério, trabalhou nesta Comissão. Nós vamos mudar esse estado de coisas. Há quase 700 processos em andamento. A grande maioria, 90%, são todos irregulares. São todos irregulares.

Para o PT, invadir propriedade não é invasão. Aqui é ocupação. Pelo amor de Deus! Invadir propriedade, em qualquer parte do mundo, é invasão; aqui, não, aqui é ocupação.

Nesse caso aqui, não aceitam as condicionantes do Supremo Tribunal Federal. Quem é que estava em cima da terra em 1988, quando foi promulgada a Constituição?

O que estão fazendo nesse relatório é colocar os pingos nos is, para que tenhamos uma legislação. Esta CPI vai contribuir para ajustar esse estado de coisas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado João Daniel, pelo prazo de 15 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, Sr. Relator e demais Srs. Parlamentares presentes, quero saudar todos os Parlamentares que fizeram essa defesa intransigente, firme e forte dos povos indígenas.

Quero saudar também o nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o nosso grande companheiro Deputado Paulão. É fundamental estar presente nesta Comissão V.Exa., que vem acompanhando a questão da violência no Brasil.

Nós apresentamos aqui ontem o relatório em separado. Eu acredito que o Relator pode ainda se convencer, pelo bem desta CPI, de colocar em votação esse relatório, que não foi feito só por nós, mas também por vários que conhecem realmente o problema agrário e a questão indígena no Brasil.



Nós queremos deixar registrada a nossa posição, a nossa postura em defesa das causas indígenas do Brasil.

Acaba de falar aqui um Parlamentar que defendeu esta CPI e o relatório oficial, que indica 120 lideranças e autoridades.

Eu queria dizer que, sobre a FUNAI verdadeira, que o atual Governo quer construir, o ex-Presidente da FUNAI, semana passada, disse exatamente o que aconteceu e o que está acontecendo.

Esta CPI não poderia encerrar-se sem ouvir Antônio Costa, Presidente da FUNAI que foi exonerado. Esta CPI não poderia encerrar-se sem ouvir a questão de Dr. Gercino, Desembargador Federal nomeado exatamente no Governo do partido do Relator. O Desembargador Gercino, que foi indiciado aqui, foi nomeado pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele tem uma história de luta em defesa dos direitos humanos e da questão agrária.

É até triste saber que uma CPI faz o indiciamento de um Desembargador que teve entre suas grandes causas a questão do Acre, em que condenou, como Desembargador, questões violentíssimas que envolviam grilagem de terras e assassinatos. Basta lembrar — e quem quiser procure nos Anais — a história da motosserra, e assim por diante, de membros da bancada ruralista, lamentavelmente.

Na minha avaliação, a bancada ruralista aqui está atrasada. Ela não comprehende o agronegócio hoje. O agronegócio precisa exportar, precisa vender produtos fora do Brasil. E há todo esse discurso da importância da economia. É uma questão para debatermos, mas não é este o momento. E há a questão das desonerações, da Lei Kandir e de várias outras coisas que vivem à custa de beneficiar o grande agronegócio.

Mas o grande agronegócio não sabe o prejuízo que está tendo com esta CPI. Os povos indígenas do Brasil são reconhecidos no mundo inteiro, pela importância cultural e pela violência do Estado brasileiro contra eles. Em qualquer país de qualquer continente, em qualquer universidade ou entidade, seja na ONU ou em qualquer lugar, debate-se a questão indígena brasileira. E ela é sempre debatida do ponto de vista da verdade: a verdade de que os povos indígenas foram massacrados durante a história do Brasil.



Então, esta CPI contribui para criar uma imagem negativa do Brasil no exterior. Ela leva para o exterior aquela visão da época do escravismo, de que fomos o último país a libertar os escravos, apesar de ainda termos aqui escravidão, apesar de alguns Parlamentares ainda, neste momento, quererem legalizar o trabalho escravo, apresentando projetos de lei que colocam como pagamento de salário moradia e alimentação. Portanto, lamentamos profundamente este relatório.

Nós queremos levar a maior solidariedade possível aos 31 indígenas indiciados; aos 9 antropólogos, em nome de todos os antropólogos do Brasil; aos 16 procuradores federais, que certamente terão em seu currículo a marca da defesa dos direitos humanos e dos povos indígenas, senão, não teriam sido indiciados; aos dois advogados da AGU, em nome de quem parabenizo os advogados da Advocacia Geral da União que têm compromisso com as causas quilombolas, com as causas indígenas e com a questão agrária no País, pois a AGU desempenha importante papel. E espero que todos os advogados da AGU sejam solidários a esses dois procuradores, que são vítimas de uma CPI do latifúndio da bancada ruralista, que quer manter o privilégio dos latifundiários, que quer a terra como privilégio de alguns, sem dar direito aos povos originários e sem considerar a questão da reforma agrária.

Precisamos nos solidarizar com todos os que fazem a Igreja Católica. Certamente, após ter assumido o papado um grande bispo latino-americano, Francisco, defensor das causas internacionais, é fundamental que a Igreja Católica, nas suas comunidades de base e nas suas paróquias, compreenda o que está se passando no Congresso Nacional com relação à retirada de direitos. Eu vi muitos bispos, no dia 28, chamarem o povo brasileiro para defenderem seus direitos e se manifestarem contra a reforma da Previdência, contra a reforma trabalhista e em defesa das causas indígenas, intrínsecas à história do Brasil.

Quero dizer que conheci essa causa principalmente através de um Bispo, com o qual me orgulho de ter aprendido muito, que foi D. José Gomes da Silva, da Diocese de Chapecó, em Santa Catarina. Ele foi e é hoje um símbolo da resistência e da luta, como tantos outros bispos. Claro que depois eu conheci D. José Brandão de Castro, que ajudou na decisão da criação da aldeia xocó, em Sergipe. Sua criação se deve principalmente à ação da Diocese de Propriá e de D. José Brandão de Castro, outro grande bispo.



Agora, vemos D. Roque Paloschi, Arcebispo de Porto Velho, Presidente do Conselho Indigenista Missionário, uma entidade da mais alta seriedade e que empreende a mais alta luta por justiça, sendo indiciado. Mas não é D. Roque quem está indiciado. A CNBB é que foi indiciada, assim como todos os católicos que acreditam na luta de Jesus Cristo pela libertação dos povos.

Também quero saudar todos os servidores da FUNAI e do INCRA. Certamente, o único crime que esses servidores cometaram para aqui estar foi o crime de defender a demarcação das terras indígenas, de defender a reforma agrária e os quilombolas. Portanto, todos os servidores do INCRA precisam ter a coragem de defender os funcionários que têm moral, dignidade e que lutaram por essa causa justa. Saúdo todos os professores universitários que se empenharam nessa causa, que lutam em defesa da universidade pública aberta, uma universidade que debata e estude os problemas reais do Brasil. E um dos problemas centrais do Brasil é a questão da terra, que, depois de 517 anos do nosso descobrimento, ainda continua sendo o problema real do País. A terra continua representando poder, repressão, violência, e não aquilo que foi feito e que é o papel da natureza: ser para todos.

Saúdo também todos os profissionais liberais, os três assentados e uma liderança fundamental que hoje assume a Presidência da CONTAG, o nosso querido Aristides Santos, um grande dirigente que já recebeu acusações da bancada ruralista, que abriu inquérito.

Todos os sindicatos dos trabalhadores rurais e as federações devem ter um compromisso, não porque Aristides é Presidente da CONTAG, mas porque Aristides representa a dignidade das lideranças que têm coragem, que têm firmeza e que têm lado, e o lado de Aristides é o da classe trabalhadora. É por isso que o Aristides está indiciado. Mas não está indiciado o Aristides, aqui está indiciada a CONTAG, as federações, os sindicatos e todos os trabalhadores rurais, na liderança do nosso querido companheiro Aristides.

Quero também lembrar que há um morto, uma pessoa que faleceu. Poderíamos dizer que isso foi um erro, mas não foi um erro, foi a forma como esta CPI se deu, uma CPI que nasceu sem ter objetivo nenhum, a não ser o objetivo de desestruturar o INCRA e acabar com a FUNAI, porque, para os membros desta CPI



que defendem esta CPI, o que importa é ter órgão fraco, é ter um INCRA enfraquecido, uma FUNAI enfraquecida, é ter os órgãos totalmente desorganizados, sem funcionários, para que a política nacional do grande latifúndio seja imposta sem nenhuma restrição. Por isso, precisam aprovar terceirização, reforma trabalhista; precisam aprovar leis rapidamente, leis que entreguem as terras para os estrangeiros.

É por isso que eu volto a dizer que a bancada ruralista que faz parte desta CPI não representa o agronegócio brasileiro. Ela joga contra o agronegócio brasileiro. Se o agronegócio brasileiro pensa em vender, em exportar, em progredir, esta CPI faz exatamente o contrário, porque a imagem do Brasil que ela joga para o exterior é a imagem da violência, é a imagem contra os povos indígenas, contra a demarcação das terras indígenas, contra os quilombolas, contra a reforma agrária.

Por isso, nós lamentamos profundamente por essas 120 pessoas, homens e mulheres, que lutam no nosso País em defesa dos direitos humanos, em defesa da terra como um bem da natureza. E, se ela é um bem da natureza, se ela não é um negócio, ela deve estar, primeiro, a serviço da nossa população brasileira — em primeiro lugar, devem estar os povos originários, os povos indígenas; em segundo lugar, as comunidades negras quilombolas; e, em terceiro lugar, todos aqueles que não têm terra, para que tenham direito à terra e possam produzir, plantar e viver com dignidade. Por isso nós não realizamos a reforma agrária, nós não realizamos a demarcação das terras indígenas e nós não reconhecemos as comunidades quilombolas. No Governo Lula e no Governo da Presidenta Dilma, foram 12 anos de experiência em que se enfrentou a bancada ruralista, em que se enfrentaram as políticas que defendem apenas a violência no campo, contra uma política de inclusão e de direito à terra e à vida.

Sr. Presidente, Sr. Relator, eu solicito que o relatório oficial feito pelo Relator Nilson Leitão seja substituído pelo relatório entregue pelo nosso Líder da Minoria, com a bancada do Partido dos Trabalhadores, com a presença do PSB, do PCdoB, do PPS, do PSOL e de todos aqueles que ontem participaram do ato. São quatro volumes que defendem a vida, a terra, a legislação, a Constituição de 1988. Só queremos isto: o direito de defender a nossa Constituição e o direito do povo brasileiro.



E deixo registrado o nosso repúdio ao indiciamento das 120 pessoas, homens e mulheres, autoridades que lutaram na defesa dos povos indígenas.

Lamento profundamente que meu tempo esteja se encerrando, mas deixo aqui a minha total solidariedade aos povos indígenas, que não...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o seu tempo, Deputado.

Com a palavra o Deputado Dilceu Sperafico.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos vivendo um momento importante desta CPI: estamos chegando ao final de um grande trabalho feito por todos os participantes e temos que chegar, evidentemente, o mais rapidamente possível, a uma conclusão. Por isso não vou me estender muito quanto a esse fato, porque, durante todo o período em que estivemos aqui, sempre fomos muito bem esclarecidos. Tudo foi feito às claras. E temos certeza de que o relatório encaminhado pelo Deputado Nilson Leitão e pelos sub-Relatores está adequado ao pensamento desta Comissão.

Por isso quero pedir a aprovação do relatório e, o mais rápido possível, que ele seja votado.

Obrigado, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, peço a palavra para levantar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é o artigo? E peço a V.Exa. que fale objetivamente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Art. 182.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O que V.Exa. quer argumentar, Deputada?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu tenho um voto em separado, que nós encaminhamos à Mesa, mas eu queria pedir a V.Exa. que eu pudesse ler esse voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. pode ler durante os 3 minutos concedidos ao Líder.



V.Exa. já foi conscientizada disso. V.Exa. não se inscreveu e, portanto, tem 3 minutos, pelo tempo de Liderança.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não. Eu não me inscrevi, mas quero dizer a V.Exa. que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, essa não é uma questão de ordem. Eu não vou responder.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, Deputado, o art. 182 é claro: em havendo a permissão de V.Exa., eu poderia ler...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não haverá.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então: eu estou fazendo uma requisição; V.Exa. fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está bem. V.Exa. tem 3 minutos pela Liderança e, quando quiser fazer uso, por favor, assim o faça.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então, Sr. Presidente, eu quero usar o tempo de Liderança. Peço que a Mesa zere o painel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Zere o painel e coloque 3 minutos de prazo, para que S.Exa. possa fazer a leitura do voto em separado.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Tudo bem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, infelizmente, meu tempo é muito pequeno. Tenho apenas 3 minutos. Mas quero aproveitar este tempo para fazer um registro que julgo de muita importância, o nosso voto em separado.

Vou ler este voto, porque vejo que é fundamental este registro.

“Na semana em que foi apresentado o Relatório da CPI FUNAI/INCRA 2 pelo Deputado Nilson Leitão, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, setor historicamente em conflito com comunidades indígenas, com 3.385 páginas, sugerindo o indiciamento de integrantes do Ministério Público Federal, antropólogos, ex-servidores do Governo, diretores de organizações de defesa dos índios e trabalhadores rurais, diversos países questionaram o Brasil sobre as políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra (Suíça).

Mais de 30 países, entre eles Alemanha, França, Austrália, Áustria e Rússia, fizeram recomendações ao Brasil para proteger os indígenas de todas as formas de



violência e promover a demarcação de terras. A questão indígena voltou ao noticiário essa semana depois do ataque a índios do povo gamela, no Maranhão.”

É impressionante como o tempo passa rápido. Infelizmente, não vou ter tempo de ler todo este voto, Presidente, mas quero partir para a parte final do nosso voto, acerca dos indiciamentos.

“É de causar espanto a quantidade e as fundamentações para os indiciamentos contidos nas conclusões do relatório final da CPI. Foram indiciados com relação à FUNAI 103 pedidos e encaminhamentos, envolvendo 16 Procuradores Federais, 14 antropólogos e 17 membros de organizações de defesa dos indígenas e dos quilombolas (...), 21 pessoas ligadas ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o ex-Ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso. Destaca-se que, no caso dos Procuradores, a CPI não tem poder de pedir indiciamento, mas apenas de fazer encaminhamentos a órgãos competentes.”

É bom que fique registrado que nenhum ruralista vivo foi indiciado por esta Comissão, inobstante alguns mortos terem recebido indiciamento.

“Aos antropólogos cabe a elaboração de laudos que possam fundamentar a existência de tradição indígena em determinada região e sejam aptos a corroborarem decretos demarcatórios.”

Diga-se de passagem, também antropólogos acabaram sendo indiciados.

Para finalizar, Sr. Presidente, queremos deixar claro aqui nosso registro contrário ao relatório final e que nosso voto em separado seja consignado e protocolado devidamente pela Mesa desta Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com certeza, Deputada, será.

Com a palavra, pelo período de 15 minutos, o Deputado Valmir Assunção.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não. Não tem pedido pela ordem...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu só preciso fazer um esclarecimento, como Relator...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu não posso fazer isso, Deputado. Infelizmente, não posso. Eu concederei a palavra a V.Exa. logo depois, até porque, se eu não concedo a palavra pela ordem para outras pessoas, eu também não posso...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Mas eu sou o Relator e quero fazer um esclarecimento, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Muito bem, Presidente. V.Exa., pela primeira vez, foi isonômico nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Então, V.Exa. não quer a palavra pela ordem, mas para fazer um esclarecimento como Relator da matéria. Então, não é “pela ordem”. Por favor, use-a.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Entenda como quiser. Eu quero meu espaço como Relator.

Eu quero só fazer um esclarecimento a todos: com o relatório pronto, o que deveria estar sendo feito, inclusive pela Oposição, seriam sugestões, destaques. O que V.Exas. estão fazendo — é apenas uma orientação, não provocação — são apenas críticas. O relatório...

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - V.Exa. aprovou algum requerimento nosso? V.Exa. colocou na...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu não vou permitir essa discussão paralela. Ou V.Exa. faz a explicação e termina... porque eu quero ouvir a leitura da...

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu só quero fazer uma orientação regimental aqui, educadamente, mesmo com a falta de educação de alguns.

Eu só quero aqui fazer a seguinte orientação: mesmo naqueles temas que, às vezes, V.Exas. acham que pode haver qualquer tipo de correção, cabe essa correção através de destaques, que podem ser acatados pelo Relator ou não.

O que eu quero dizer é: da forma que se está levando, a ferro e fogo, não se vai chegar a lugar nenhum. Se, de fato, querem um resultado positivo de algo que tem muito erro, que tem muitas falhas, há um meio. Não adianta ser a ferro e fogo.

O Relator tem o direito de escrever o que ele quiser. E V.Exas. já foram relatores de várias matérias. Se desejarem fazer destaques e sugestões, eles vão



ser analisados. Já disse isso a V.Exas. fora do microfone, mas V.Exas. continuam atacando o relatório, sem fazer sugestões.

Era só isso o que eu queria deixar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado.

Com a palavra...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar. É importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não. Não há contradição.

A palavra está à disposição do Deputado Valmir Assunção.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Não pode ter contradição.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Mas eu vou contraditar, porque V.Exa. coloca...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, a palavra não está à sua disposição.

Concedo a palavra ao Deputado Valmir Assunção.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, é difícil ouvir o Relator falar isso e não contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A palavra não está à sua disposição. O Relator deu a explicação — e só. Não chamou ninguém a nada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - São as opiniões dele, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, Deputado Valmir Assunção, se V.Exa. quiser fazer uso da palavra, o seu tempo vai contar daqui para a frente.

Pode marcar 15 minutos, por favor.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, é só me conceder a palavra que falarei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Já está concedida.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, quero iniciar a minha fala colocando uma posição aqui, nobre Relator desta CPI, Deputado Nilson Leitão — por favor, Deputado Nilson Leitão! —, sobre sua orientação para esta CPI. Eu gostaria que, antes da votação, na sua adequação do relatório, fossem retirados todos os nomes dos quais se está pedindo o indiciamento. Essa seria uma



reivindicação importante, acredito, para o que nós estamos fazendo, para a CPI. Eu acho que nós sairíamos daqui cumprindo a nossa função.

Acredito que, se o Relator tomasse essa atitude, agiria como um grande Parlamentar; do contrário, não terei como reconhecê-lo como um grande Parlamentar.

Sr. Presidente, quero, primeiro, reiterar o momento conjuntural em que estamos submetendo esse relatório à apreciação. Estamos diante de uma bancada ruralista que está se sentido bastante empoderada, seja pela sua presença no Parlamento, seja pelo golpe que atropelou a democracia brasileira.

O resultado do uso do Estado por essa bancada pode ser atestado pela quantidade de conflitos, com mortos, feridos, que acontecem e aconteceram nesse último período.

No dia 1º de maio, soubemos, pelos meios de comunicação, que um grupo de índios gamelas, do Município maranhense de Viana, a 214 quilômetros de São Luís, foi atacado por pistoleiros ligados a invasores de terra e fazendeiros. Treze índios foram feridos, três foram levados para um hospital da capital. Os feridos apresentaram em seus corpos sinais de crueldade extrema.

No fim de abril, recebemos com consternação a notícia da morte de nove trabalhadores rurais assassinados no assentamento Taquaruçu do Norte, a 350 quilômetros de Colniza, Município que fica a 1.065 quilômetros de Cuiabá. Foi uma chacina com precedente só de Eldorado do Carajás.

Segundo os dados da Comissão Pastoral da Terra, em 2016 foram registrados 61 assassinatos em conflitos no campo. Isso equivale a uma média de cinco assassinatos por mês. Desses 61 assassinatos, havia 13 indígenas, 4 quilombolas, 6 mulheres, 16 jovens de 15 anos a 29 anos, sendo um adolescente.

Nos últimos 25 anos, o número de assassinatos só foi maior em 2003, quando foram registrados 73 assassinatos.

Não obstante, segundo os dados do Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, divulgado pelo Conselho Indigenista Missionário — CIMI, 137 indígenas morreram em 2015 no Brasil, vítimas de assassinato.

Nesse conjunto, Mato Grosso do Sul registrou 36 casos de homicídios de índios no Estado. A cidade com o maior número de ocorrências é Dourados. De



acordo com o Relatório do CIMI, Mato Grosso do Sul é a Unidade da Federação com o maior número de assassinatos de índios no País.

Na Bahia, meu Estado, a situação não é menos grave e recorrente nos ataques ocorridos em territórios indígenas, principalmente dos povos tupinambás, pataxós hã hã hãe, nos Municípios do sul e extremo sul da Bahia.

Mas por que levantei esses dados? Por que esse relatório é um acinte e uma vergonha para o Parlamento brasileiro? Primeiro, por não considerar o extremo grau de violência no campo, promovida com a anuência do Governo Temer. Os dados mostram que, quando o Governo não age, quando o Governo não protege a população que mais precisa do apoio do Estado, os fazendeiros, os ricos, o agronegócio usa de todos os instrumentos para tirar sua terra e seus direitos. Essa é a grande verdade.

E eu estou dizendo isso, Sr. Presidente, porque quero pontuar aqui, nesta CPI, que V.Exas. tinham que ter colocado no relatório, Deputado Nilson Leitão, como ficou e como ficará a situação daqueles que, em Eldorado do Carajás, assassinaram os sem-terra; como ficou e como ficará a situação do conflito em Corumbiara; como ficou o caso de Chico Mendes, que todo mundo acompanhou e teve repercussão internacional; e como ficou o caso de Margarida Alves.

E eu quero trazer aqui um caso específico do nosso Estado: o de Fábio Santos, que foi assassinado na cidade de Iguaí, no oeste do Estado da Bahia. Foi comprovado, por todos os levantamentos, que os fazendeiros fizeram uma caixinha para contratar os pistoleiros que assassinaram o líder dos sem-terra.

Por que não estão no relatório esses conflitos que existiram, existem e V.Exas. sabem que existirão? Por que V.Exas. não colocam no relatório o número da violência no campo? Quantos indígenas, quantos quilombolas, quantos sem-terra foram vítimas de violência?

Por que V.Exas. não colocam no relatório a necessidade de fortalecer a FUNAI, o INCRA e a Fundação Palmares, de demarcar as terras indígenas, de viabilizar a reforma agrária e, ao mesmo tempo, de reconhecer as áreas quilombolas? V.Exas. não fazem isso por que são contra eles, não concordam com os sem-terra nem com os indígenas, e estão aqui para defender o agronegócio.



Todos nós sabemos da Operação Carne Fraca da Polícia Federal. Sabemos como agem o agronegócio e os frigoríficos no Brasil. E ontem houve outra operação. Diversos Deputados aqui trabalharam pela criação da CPI da Carne Fraca, mas V.Exas. a inviabilizaram, porque não gostam de transparência. V.Exas. querem punir os sem-terra, querem prender os indígenas, querem revogar a demarcação de terras neste País. V.Exas. querem a volta das áreas quilombolas para a mão dos fazendeiros, querem acabar com a perspectiva da reforma agrária. Também querem revogar o art. 184 da Constituição Federal, que determina que todas as terras improdutivas têm que ser destinadas para a reforma agrária. Esse é o sonho de V.Exas., mas não vão conseguir realizá-lo.

V.Exas. chegaram ao extremo de impedir que o Arcebispo de Porto Velho, D. Roque, Presidente do CIMI, fosse investigado. Se V.Exas. realmente quisessem fazer uma investigação, teriam feito a convocação dele para comparecer aqui na CPI, para ser ouvido, mas não o fizeram.

V.Exas. tentaram aprovar esse relatório no dia de ontem, na calada da noite, para que a imprensa e a sociedade não acompanhassem a votação. V.Exas. estão querendo de todas as formas atropelar todo um processo, porque não são transparentes.

Quero dizer mais: acho que a CNBB tem que tomar uma posição, porque essa atitude da bancada ruralista não é simplesmente contra o Arcebispo D. Roque, mas contra a CNBB, contra a Igreja Católica. Essa é a verdade.

Quando pedem o indiciamento do Presidente da CONTAG, V.Exas. não são contra o Presidente da CONTAG, mas contra os pequenos agricultores, contra os sindicatos. E alguns ainda dizem que têm relação com os sindicatos. Essa é a verdade.

O indiciamento do Dr. Gercino é uma violência. O Dr. Gercino, um dos desembargadores mais sérios que existem no País, foi nomeado por Fernando Henrique Cardoso. Essa é a grande realidade. Como V.Exas. querem que nós sejamos a favor de um relatório dessa natureza?

Quando pedem o indiciamento de José Eduardo Cardozo, ex-Ministro da Justiça, que simplesmente cumpriu o protocolo de assinatura das demarcações de



terra, depois de pronto o relatório, V.Exas. não concordam com a política indigenista dos quilombolas, dos sem-terra, no Brasil. Essa é a grande verdade.

Quando pedem o indiciamento da ex-Presidente do INCRA, V.Exas. também mostram a característica da violência.

Sr. Presidente, quando o Relator disse que não queria pedir o indiciamento de um morto, por incrível que pareça, S.Exa. se equivocou. Não se trata de um morto, mas de dois mortos. E sabem por que ele retirou o morto do relatório? Porque houve uma pressão muito grande. Ele sentiu que esse relatório está desmoralizado, que não tem credibilidade. Na verdade, esse relatório não tem credibilidade em lugar nenhum.

A minha tristeza é que a maioria de V.Exas., Deputados do agronegócio que estão nesta Comissão, também não concorda com esse relatório. No entanto, V.Exas. votam a favor desse relatório para fazer a vontade do Presidente da Comissão, porque S.Exa. disse o seguinte: *“Eu não posso mais voltar atrás. Eu tenho que aprovar esse relatório, mesmo sem credibilidade”*. E V.Exas. seguem essa orientação”.

Isso é um desserviço ao Parlamento brasileiro. Os Deputados não podem colocar sua chancela num relatório em que o próprio Relator não acredita.

Eu sei que o Relator fez esse relatório porque o Presidente da Comissão pressionou S.Exa. para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído seu tempo, Deputado.

Com a palavra o Deputado Valdir Colatto, pelo prazo de 15 minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós gostaríamos que o Relator simplesmente lesse o relatório, e os Parlamentares observassem todas as informações que estão contidas nele e respeitassem a equipe técnica de consultoria desta Casa, a Polícia Federal, os procuradores, que fizeram um trabalho sério, que verificaram *in loco* as áreas em conflito e tomaram depoimento das pessoas. Esse relatório espelha realmente o que aconteceu nesta CPI.

É importante dizer que nós também colaboramos com a CPI, juntamente com a Deputada Tereza Cristina, que ajudou a fazer a sub-Relatoria do INCRA — e nós



da FUNAI —, sempre conscientes de que o que está aqui neste relatório... E já participamos de muitas CPIs. Eu fui Relator da CPI do Endividamento Agrícola, em 1993, quando recomendamos o indiciamento dos bancos brasileiros que roubaram da agricultura brasileira 23 bilhões de dólares na época. Mandamos para todos os órgãos que tinham ligações com essas questões — Procuradorias, AGU, Ministério Público, Polícia Federal —, e, infelizmente, não houve qualquer ação para que esses recursos voltassem para os agricultores.

Agora temos esta CPI, que vai mostrar ao Brasil uma realidade que está acontecendo nas questões indígenas e nos assentamentos de reforma agrária. E não é preciso ir muito longe, é só ver os dados do INCRA — a Deputada Tereza Cristina levantou muito bem: há algo em torno de 900 mil famílias no Brasil... há algo em torno de 1 milhão de agricultores assentados, dos quais 750 mil, depois de mais de 30 anos, de 40 anos, não receberam o título definitivo de suas áreas. E a lei diz que, transcorridos 10 anos do assentamento, tem que se fazer a titulação das áreas. Isso não foi feito. E por que não foi feito? Porque não interessava a um movimento chamado MST. O MST comanda, ainda hoje — ainda comanda, mas vai acabar o seu reinado —, os assentamentos de reforma agrária no Brasil.

Aí está uma grande resistência, Sr. Presidente, a uma medida provisória que nós vamos votar agora, a MP 759, que está na pauta do Congresso, que vai regularizar a situação rural e urbana brasileira e vai dar os títulos para os agricultores, acabando com o reinado do MST. E ele não quer. Sabe por que, Presidente? Porque agora, para ser assentado, tem que obedecer à lei. Há regras de lei, e não regras do MST. Então, há uma briga: *"Esse pessoal está querendo mudar toda a reforma agrária no Brasil"*. Não, nós vamos dar condições aos assentados para produzirem, vamos dar assistência técnica verdadeira, pelos órgãos estaduais e também pelas cooperativas, para aqueles que realmente querem produzir nos assentamentos de reforma agrária, onde 75% ainda vivem do Bolsa Família, segundo dados do INCRA. Dados do INCRA.

Nós precisamos realmente mudar esse sistema. Está aí a prova de que não funcionaram esses assentamentos. O problema não é terra. Vejam: temos cerca de 90 milhões de hectares em assentamentos. O Brasil planta 60 milhões de hectares. O Brasil planta 60 milhões de hectares, e nós temos 90 milhões de hectares nas



áreas de assentamentos, em que não se produz ou se produz pouco. Em alguns lugares, sim, porque os agricultores se dedicaram.

Voltando à questão indígena, Sr. Presidente, nós queremos dizer que realmente a questão indígena no Brasil não é terra. Hoje, 13% no Brasil são terras indígenas — 13%! Isso quer dizer algo em torno de 110 milhões de hectares, o dobro do que nós plantamos no Brasil. E sabe o que acontece? Essas terras são improdutivas. Não se permite que se plante, que se façam parcerias com os agricultores, e os índios passam fome porque a FUNAI não atende, porque a FUNAI está a serviço de ONGs, a serviço de outras pessoas que não estão interessadas em ajudar os índios, mas, sim, em fazer o seu trabalho para ganhar dinheiro, como a família (*ininteligível*) lá de Florianópolis, no Morro dos Cavalos, como outras tantas, e os antropólogos etc. É todo um esquema que está aí. E é verdade. Nós tentamos mostrar que o dinheiro que vem lá de fora... E é bom que façamos isso. Não mostramos para o Brasil a questão do dinheiro que vem para as ONGs porque não deixaram. A CPI tentou fazer a abertura das contas dessas ONGs. Nós conseguimos de uma só. E vão estar anexados os recursos que vieram, que são volumosos e vultosos. Se abrissemos do CIMI e de outras ONGs maiores — e não foi permitida a abertura porque a Oposição entrou com ação no Supremo; infelizmente, o Supremo não permitiu que fossem abertas essas contas —, nós mostrariíamos claramente esse processo.

Então, Sr. Presidente, para não me alongar, quero dizer que aqui há um marco temporal, sim, o de 5 de outubro de 88. Quem estava em cima da área, da terra, como diz a Constituição, art. 281, era o dono da terra. Isso já foi dito pelo Supremo Tribunal Federal nas questões do marco regulatório, das condicionantes da Raposa Serra do Sol. Já disse isto: que, em 5 de outubro de 88, quem estava em cima da terra era o dono. O pessoal não quer entender isso. Nós vamos fazer com que a Constituição, que o PT não assinou — o PT não assinou a Constituição de 88 —, seja válida e que realmente seja respeitada.

Com isso, nós vamos fazer política para o indígena, Presidente — e vou encerrar —, uma política que venha realmente a valorizar o nosso indígena e tirar o lixo, aqueles que querem se aproveitar dos índios, como se eles fossem pessoas em



grandes zoológicos humanos. Eles querem que os índios fiquem na caça e na pesca, e que o IBAMA proíbe.

Nós queremos, sim, que o indígena se desenvolva e faça agricultura, como no seu Estado, Sr. Presidente. Em Nonoai, os indígenas plantam em 32 mil hectares de soja. Plantam, produzem — eu fui lá no último final de semana —, mostram que querem plantar e produzir. Então, nós temos que mostrar o outro lado dos indígenas. Eles têm que ser ouvidos.

Encerrando, vou ler aqui dois parágrafos do depoimento de um indígena para a CPI. Há alguns anos, em um evento na Câmara dos Deputados, o cacique Álvaro Tukano, da Aldeia Balaio, no Município de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas, quase na fronteira com a Venezuela, declarou, entre outras coisas, o seguinte, bem sintetizado, como muitos indígenas se sentem:

Todo o mundo come à custa dos índios, como foi mostrado aí. O índio é como se fosse uma mina de sobrevivência. Padre come, pastor come, todas as ONGs comem, e — por que não dizer também? — também esta Casa come.

Então, muitos de vocês têm tudo, e o meu povo não tem nada. Isso é muito ruim, quando falamos de direitos humanos.

E completou:

Por que alguém tem que falar por mim? Eu não sou cidadão brasileiro, eu não sou eleitor?

Em outro momento, Jocélio Xucuru, liderança indígena no Município de Pesqueira, Pernambuco, referindo-se àqueles que parasitam em torno da FUNAI, declarou que: “A FUNAI não precisa ser extinta. Ela é como uma vaca da qual basta serem retirados os carapatos”.

É isto o que nós queremos fazer, Sr. Presidente: retirar os carapatos da FUNAI, fazer com que ela funcione e atenda quem precisa ser atendido, que é o indígena brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Dionilso Marcon, por 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, eu quero dividir o meu tempo com o Deputado Paulão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não é permitido. Pelo art. 171, § 2º, não poderá.

O SR. DEPUTADO MARCON - Mas ele pode solicitar aparte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não.

E Questão de Ordem nº 76. Art. 171, § 2º...

O SR. DEPUTADO MARCON - Está bem, então. Se não pode, eu vou lhe atender, porque contra o senhor não adianta se meter. (*Risos.*)

Ponha lá 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O tempo era seu. Está à disposição.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta é a segunda CPI contra os índios, contra os negros e contra os sem-terra, que é a CPI da FUNAI e do INCRA.

Esta CPI é muito bem clara. Fala-se de índio, mas a CPI não deu oportunidade para que a comunidade indígena fosse ouvida aqui nesta CPI. Fala-se de quilombola, de negro, e da mesma forma não se deixou a oportunidade para eles virem falar aqui na CPI.

Esta CPI é o meio de desmontar tudo aquilo que existe construído para defender esse povo na sua história, que não é de hoje nem de ontem. Fala-se da FUNAI... E eu espero que todos os colegas aqui saibam que a FUNAI é o órgão para defender os índios, não é para defender um partido político, não é para formar um comitê partidário, como o ex-Presidente da FUNAI Antônio Costa denunciou 15 dias atrás. O Líder do Governo, o Deputado Andre Moura, queria colocar 20 partidários dele dentro da FUNAI. A FUNAI virou um comitê, um diretório de uma sigla partidária. A FUNAI foi construída, na sua fundação, para defender a comunidade indígena. Esse é o papel dela. Se ela não vem para fazer esse papel, não precisa existir. Tem razão quem está falando da FUNAI. Têm razão aqueles que querem



fechar a FUNAI, porque quem quer fechar a FUNAI são aqueles que são contra os índios. É isso o que tem que ser dito.

O INCRA é um departamento do partido Solidariedade. Para você liberar recurso hoje no INCRA, tem que ser filiado a um partido político. Senão, não tem. No Rio Grande do Sul, onde eu moro, praticamente sempre foi um funcionário do INCRA, o Superintendente do INCRA. Eu fui Deputado Estadual, fui Deputado Federal e nunca discuti com Lula e com Dilma quem deveria ser o Superintendente do INCRA do Rio Grande do Sul. Pasmem: agora, um senhor, um advogado, formado advogado, na terra do Deputado José Otávio Germano — é a cota do Deputado —, filiado ao Partido Progressista — e o Partido Progressista parece que sempre defendeu a reforma agrária, só que sempre defendeu com as espingardas —, é filiado. Jonas é filiado ao Partido Progressista, concorreu a Vice-Prefeito na cidade de Cachoeira do Sul, onde José Otávio Germano tem a sua base eleitoral.

Hoje tudo o que existe no Governo, as cotas, é partilhado pelos partidos, e não pelas bandeiras que deveriam defender. E o INCRA também foi construído para fazer a reforma agrária neste País. Se fez ou não fez, é outra questão que temos que debater. Hoje o INCRA é, em todos os lugares, um lugar para contentar as cotas dos Deputados, para votar favoravelmente às reformas, aos golpes contra os trabalhadores. É isso o que nós temos visto ultimamente.

Fala-se que o Relator... que o relatório foi feito pelos funcionários da Casa, os consultores. Podemos até acreditar, mas com uma linha política do Presidente desta CPI. O Presidente desta CPI tem muito bem claro... Ele tem que defender, não as áreas que deveriam ser para os índios ou ser para os agricultores ou ser para os quilombolas...

Eu sei que o ex-Ministro do tempo da Dilma chamou os índios e chamou os agricultores de uma área lá na região norte do Estado. Uns defendiam que eram 4 mil hectares, e outros defendiam que eram 600 hectares. E os dois Parlamentares gaúchos que estão nesta CPI foram lá e disseram que ninguém poderia acordar que a área poderia ser de 600 hectares. Não poderiam porque, se fizessem esse acordo, esses dois Parlamentares gaúchos, que estão aqui nesta CPI, não poderiam mais ir à região fazer a disputa com o PT. Um Deputado que está aqui nesta CPI, do Partido Progressista, foi ao Município de Gentil e falou para os seus correligionários,



para os seus eleitores, para o seu Partido Progressista, no Município de Gentil: “*Estou fazendo o nome do Município*”. Reunião interna no Partido Progressista. Ele disse — olha o que o Deputado falou — o seguinte:

“*Nós não temos como barrar, nós não temos o que fazer. Está na lei. Está na lei que os antropólogos têm que fazer um estudo, e aí, declarada a área indígena, o Governo tem que declarar a área para os índios. Nós sabemos que não tem o que fazer, mas a nossa disputa é com o PT. Nós temos que colocar os índios e os agricultores contra o PT. A nossa disputa aqui é por voto.*”

E quem me falou isso foi um filiado ao Partido Progressista, no Município de Gentil.

Então, uma boa turma que está aqui, a do agronegócio, quer fazer disputa ideológica, quer fazer disputa eleitoreira, quer fazer disputa com o PT. E sempre foram contra os pequenos, os pobres, os trabalhadores, seja onde for, seja funcionário público, seja pequeno agricultor, seja negro, seja quilombola. Então, essa disputa que se faz é luta de classe.

A turma do agronegócio matou. Muitos deles aqui sabem disso. Quantos índios foram mortos? Quanto sem-terra foram mortos? Fala-se de defender índio e sem-terra. Lá no Maranhão chegaram a cortar as mãos dos índios, agora, recentemente. Lá em Mato Grosso mataram os índios, lá em Mato Grosso mataram os sem-terra. E assim por diante.

Eu não estou jogando e valorizando a morte. Não, eu luto pela vida, eu luto para que a pessoa tenha o direito de viver. A cada dia que um morre, para mim, é uma pessoa a menos que nós temos, um parceiro em defesa da vida.

Fala-se aqui em titulação de terra. Eu sou assentado. Se vier o título, não tem problema, eu vou pegar ele. O Movimento Sem-Terra defende a titulação de terra que passa por herdeiros, e não vira uma imobiliária, como existe em muitos Estados onde fazendeiros compram área de sem-terra. A maioria do agronegócio e a bancada ruralista que está aqui defendem a titulação dos sem-terra? Vão enganar quem não acompanha vocês, mas não queiram me enrolar. Vocês querem regularizar as terras griladas, que muitos do agronegócio grilaram neste País. As



áreas urbanas são griladas nos perímetros urbanos, onde deveriam ser feitas casas para pobres, e não pagaram por essas terras até hoje.

É por isso que vocês querem um título. Parece que vocês são apaixonados, casados com os sem-terra. Vocês sempre odiaram os sem-terra, sempre odiaram os sem-terra. Sem-terra bom, para vocês, é aquele que morreu antes de nascer. É isso o que vocês defendem. E agora vêm fazer discurso? “Ah, queremos a titulação da terra. Ah, queremos resolver o problema da reforma agrária”. Vocês sempre foram contra o sem-terra. E o sem-terra é igual (*ininteligível*) quanto mais bate, mais lutador fica.

Então, nessa questão do título, nós somos favoráveis, mas favoráveis a que não seja formada uma imobiliária dentro do assentamento, como fazem em muitos lugares, em muitos Estados.

Eu sou assentado — grito aos quatro ventos. Fiquei 4 anos e meio acampado. Faz 23 anos que eu sou assentado, no Assentamento Capela, no Município de Nova Santa Rita. Fui Deputado por cinco mandatos e moro no assentamento. Não tenho vergonha da minha história, não tenho vergonha de dizer que eu sou ligado ao Movimento Sem-Terra. O Movimento Sem-Terra resgatou a autoestima e a cidadania de muitos brasileiros.

Eu fico indignado, quando sou convidado para ir a um velório, quando um trabalhador morre — morto, matado — porque defendia o seu direito. E não existe essa de Deputado da direita vir aqui dizer que defende a titulação porque quer que o sem-terra tenha o título. Quer, sim, para depois comprar a terra dos pobres, como são acostumados, por este País afora. Se fosse favorável, este Governo golpista, esses Deputados golpistas, esses traidores do povo não teriam fechado o MDA, não teriam terminado com as políticas que a CONAB tem, como a PAA, como a Compra Antecipada, e assim por diante; não teriam fechado os cursos que envolvem a agricultura familiar; teriam deixado o MDA fazer política para a agricultura familiar, para os índios, seja lá em Nonoai...

Por que o Deputado que falou da área de Nonoai não libera dinheiro para comprar trator, para comprar máquina, para comprar uma carroça para aqueles índios de Nonoai, para que possam produzir, como os índios do Município de



Benjamin Constant, como os índios de Liberato Salzano, como os índios de Rodeio Bonito, de Erval Seco, de Ronda Alta, que é a minha terra?

Vocês sabem que a minha família... Nós somos uma família grande. Meu pai tem 21 hectares de terra, e 12 hectares pertenciam à área da Serrinha. Meu pai foi indenizado agora — agora —, e assim mesmo nós nunca fomos contra a comunidade indígena. Doze hectares, 50% da terra da minha família, do meu pai, dos meus irmãos pertenciam à área indígena, e nós nunca fomos lá com as espingardas para atirar contra os índios, porque nós sabíamos que era direito deles.

Agora, lá na Serrinha, eu gostaria que os Deputados que fazem voto lá também colocassem água, colocassem meio de produção. O discurso é vazio, dá nojo, dá ânsia de vômito ver esses Deputados que aqui falam em defesa dos índios, dos quilombolas, dos sem-terra. Vocês têm lado. Nós estamos na luta de classe.

Este Governo golpista é dos banqueiros, é das multinacionais, é do grande agronegócio, que agora quer presente antecipado de Natal: anistiar 10 bilhões de reais, 10 bilhões de reais! Não pagaram o Fundo Rural, porque queriam dar uma de oportunista, uma de golpista! Enquanto os pequenos agricultores têm que pagar, os assentados pagam quando vendem a sua produção, e só para comprar voto da bancada ruralista, são 10 bilhões de reais, Sr. Presidente Alceu Moreira.

Quanto se dá ao usuário para dar benefício ao seu povo? Para uns, é regalia; para alguns, é o churrasco, o espeto de churrasco; para outros, é o espeto no lombo, como está acontecendo neste País. É assim que este Governo está fazendo: para um, é a picanha e, para o outro, é espeto no lombo, como Michel Temer e seus aliados estão fazendo.

Eu quero dizer aqui, para encerrar, que eu estou envergonhado com esta CPI, porque indiciar pessoas vivas, que possam gritar, que possam dizer: “*eu fiz isso, não fiz aquilo*”, faz parte do jogo. Eu queria que retirassem todos, tirassem o meu amigo, meu conterrâneo, D. Roque, Arcebispo de Rondônia. Mas fazer o quê? É da vida, eu quero que ele fique aí para a CNBB se manifestar com essa opinião.

Eu gostaria que o Ministério Público não estivesse aí, mas, pelo menos, o Ministério Público vai debelar os que estão na Lava-Jato. Mas eu estou indignado com os dois mortos que não podem gritar. Jonas, esses dois mortos não têm garganta para se defender: que é o Paulo Pepe da Silva e o Antonio Dalprat. Esses



dois não têm garganta. Esses dois não podem mais gritar. Eles não podem mais espernear!

Então, eu espero o bom senso desta vergonhosa CPI chapa branca dos golpistas do agronegócio contra o povo pobre brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Encerrado o seu tempo.

Com a palavra o Deputado João Rodrigues.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, primeiro, eu quero cumprimentar V.Exa., cumprimentar o nosso Relator Nilson Leitão. Ouvi atentamente o meu colega, conterrâneo por nascença, porque eu sou gaúcho, nasci no Rio Grande. Também sou catarinense por vocação, com muito orgulho, com muito amor pela minha terra, o Estado de Santa Catarina.

Então, eu inicio minha manifestação exatamente no ponto em que o Deputado Marcon terminou. Até de certa forma, não dá para discordar totalmente quando S.Exa. obviamente faz a defesa de duas pessoas que não estão mais entre nós. Duas pessoas que supostamente serão indiciadas e, talvez, não, mas que não estão tendo direito à defesa. Até eu faço o início da minha manifestação: quem sabe, vale a mesma coisa para a Dona Marisa Letícia, pois ela também não está aqui para se defender e, pelo que me parece, o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva colocou a culpa toda na falecida.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Mentira! Está mentindo!

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Disse que foi ela que visitou o apartamento, que ela esteve negociando o apartamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não está autorizada a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - ...,que ela esteve nos negócios...

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Ele repetiu o que ele disse quando ela estava viva.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - ...e ele disse que não sabia...

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Não, não.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Assista ao vídeo, rapaz!



O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - ...em comunicado, em semanas posteriores, soube que ela realmente esteve lá.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Assista ao vídeo, ao depoimento, rapaz!

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - E até disse ao Juiz Sergio Moro: “O senhor também tem esposa; sua esposa também pesquisa casas”.

Ora, Dona Marisa Letícia, quem diria, hein? Que Deus a receba e, obviamente, se ela pudesse estar aqui faria, com certeza, a sua defesa. Que pena que o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva perdeu mais uma oportunidade de ser homem de verdade, de assumir sua responsabilidade diante daquilo que é direito de qualquer homem!

(*Tumulto no plenário.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, Deputado, Deputado... Todos falaram antes...

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Permitam-me, senhoras e senhores... Não é por meia dúzia de vocês que eu vou me calar!

(*Tumulto no plenário*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado João Rodrigues, ouça-me! O Partido dos Trabalhadores disse o que quis e o que não quis ao microfone e nós ouvimos calados. Tem agressão, inclusive, de natureza pessoal.

Nós queremos deixar o João Rodrigues, nosso Deputado, com direito ao tempo, sem intervenção.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, permita-me dar sequência do ponto em que parei. Eu gostaria que os Srs. Parlamentares... Nós ficamos ontem até de madrugada, hoje pela manhã, a todo instante ouvindo os senhores sem intervenção. Não fiquem, então, arrepiados e preocupados com as verdades que têm de ser ditas e, principalmente, depois, o Juiz Sergio Moro fará o que deve ser feito no momento certo.

Não se apavorem! É inegável, senhoras e senhores, as manifestações do ex-Presidente Lula estão nos vídeos para serem assistidos, estão nos autos do processo. Eu só gostaria que os senhores se acalmassem, fiquem tranquilos, não se preocupem. Fiquem preocupados um pouquinho com o que o Palocci vai falar. O



Palocci vai falar! Aguardem, porque ele poderá dizer muito mais do que vocês imaginam.

Eu faço só essa relação porque é bem verdade, Deputado Marcon, quem não está aqui não tem o direito à defesa, e o Presidente Lula aproveitou essa oportunidade inquestionavelmente.

Mas volto aqui à CPI, que é o assunto principal. Eu creio, Sr. Presidente, que o trabalho bem feito, as investigações bem feitas nos levam à nova realidade do País. Primeiro, deve-se apurar os fatos, isso é o principal.

Segundo, que o Governo aproveite esta CPI para que renasça uma nova FUNAI, uma Fundação Nacional do Índio que defende o indígena, para que não seja utilizado como massa de manobra, colocando em risco a vida desses pobres coitados abandonados historicamente pelos Governos.

Cada região do País tem uma realidade do indígena. A Região do Amazonas, do Mato Grosso é uma, mas a de Santa Catarina é outra. Lá no nosso Estado — e de lá eu posso falar porque conheço a realidade de cada um, já que fui Secretário de Estado da Agricultura —, o índio quer trabalhar. O índio quer calçado, quer roupa, ele quer alimento, ele quer um carro, ele quer ter o direito, mas a FUNAI nunca se preocupou em dar-lhe as condições mínimas.

Por outro lado, há o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, que vem renascendo. O INCRA, até então, tem tido alguns momentos de reforma agrária pelo País afora, mas muito poucos. Aquele pequeno produtor, quando consegue o seu chão, fica umbilicalmente ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST, sem direito à propriedade. Ora, utilizaram isso ao longo dos anos.

E, daqui por diante, quando a reforma agrária de verdade ocorrer, espero que o produtor tenha escritura para produzir, construir, financiar. Desejo que o produtor tenha seu teto e seu patrimônio sem que fique vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e tenha que pagar mensalidade, sendo extorquido em dados momentos, sob pena de perder sua propriedade. Isso é um fato inegável! Então, é importante que o novo INCRA aja corretamente.

De qualquer forma, cumprimento mais uma vez os componentes desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Espero que a Polícia, que toma conta daqui por



diante, faça as investigações necessárias. Espero que culpem e punam os culpados, e aqueles que não o são, sejam absolvidos. É assim que funciona a Justiça para todos nós.

Eu não entendo que, quando alguém é denunciado, tem-se por costume satanizar o denunciante. Ora, a denúncia faz parte. Todos nós aqui fomos vítimas em algum momento de uma denúncia. Temos o direito à defesa. É assim que funciona a Justiça brasileira.

Eu cumprimento aqui o Deputado Alceu Moreira e tenho convicção de que os frutos desta CPI são os melhores possíveis. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado.

Há sobre a mesa requerimento de encerramento de discussão, de acordo com o art. 57, § 8º, 178.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar contra.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, está na mesa o pedido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Encontra-se sobre a mesa requerimento de encerramento de discussão, apresentado pelo Deputado Valdir Colatto, que passo a ler:

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 57, inciso VII, combinado com o art. 117, inciso XI, do Regimento Interno, requeiro o encerramento da discussão do relatório da CPI da FUNAI e INCRA em apreciação nesta Comissão.

O Deputado Luis Carlos Heinze quer encaminhar a favor.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Alessandro Molon, V.Exa. é de um partido que não tem representação nesta Comissão e não está aqui como Vice-Líder. Eu não posso lhe dar a palavra, infelizmente, embora tivesse gosto de fazê-lo.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu quero encaminhar contra, se for indeferido o pedido do Deputado Alessandro Molon.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Mas, por enquanto, o Deputado Luis Carlos Heinze fará a argumentação.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, se for indeferida, antes de alguém se candidatar à vaga, eu gostaria só de ser ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não, não há essa possibilidade.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O Deputado Luis Carlos Heinze tem a palavra para encaminhar a favor.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não, não. V.Exa. não vai dialogar ao microfone, porque V.Exa. não é membro.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - V.Exa. não pode me cassar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Mas eu estou rigorosamente... Não, não, não. Eu não casso a palavra de V.Exa, eu cumpro o Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, a minha palavra V.Exa. não vai cassar!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Queria só fazer uma sugestão.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - V.Exa. me dê a palavra, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Alessandro Molon, V.Exa. não tem direito ao uso da palavra, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Eu pedi. V.Exa. não me ouviu. Eu posso argumentar?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Mas a manifestação de V.Exa. não pode acontecer neste momento.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Eu quero argumentar com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Mas vai argumentar como, se V.Exa. não é membro da Comissão?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Se V.Exa. puder me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Mas V.Exa. não é membro da Comissão.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Mas eu não preciso ser para falar aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Sim, senhor. Para argumentar, precisa ser membro, sim.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, deixe-me fazer um apelo.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não, Sr. Presidente. Assim V.Exa. não vai fazer.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - V.Exa. não vai fazer assim. Assim, não. Assim, não.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, queria fazer um apelo a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não, não, não. Está ali a carta. A carta está ali na mão de S.Sa. Ali está a carta do Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Durante a discussão, só tem a palavra os membros da Comissão, outros não a têm. É o que diz o Regimento Interno, lamento.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Dê a palavra ao Deputado Alessandro Molon, Sr. Presidente. O Deputado Alessandro Molon tem direito, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, eu quero a palavra. Todos falaram ao microfone, e eu quero falar ao microfone.



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Eu quero falar ao microfone!
Eu quero falar ao microfone!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A palavra está à disposição do Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, não há uma polêmica com a Presidência. O Deputado Carlos Marun permitiu que se esgotasse o debate

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, V.Exa. me negou a palavra. Eu quero poder contra-argumentar com V.Exa. sobre o direito de usar a palavra. V.Exa. pode me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Argumente com o Regimento, Deputado. O Regimento é tão meu quanto seu.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Mas eu não tenho como ouvi-lo porque o senhor não pode ser ouvido nesta condição.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O senhor, por favor... Deputado Molon, pelo respeito que tenho ao senhor, deixe o Deputado Luis Carlos Heinze se manifestar e venha aqui conversar comigo. Vamos tentar. Eu vou ver o que é possível fazer.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - V.Exa. tem que dar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - "Tem", não. Eu vou dar a palavra se o Regimento permitir.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - O Regimento permite! O Regimento permite!

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, estamos acompanhando...

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, eu peço que me inscreva para falar contrariamente ao encerramento da discussão.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Vocês não vão fazer, vocês não vão fazer...*(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, inscrevi-me para este dia.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, eu peço que me inscreva para falar contrariamente ao encerramento da discussão.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - A palavra está comigo, Deputado. Deputado, a palavra está comigo. Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Espere aí, Heinze...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Deixe-me falar. Deixe-me falar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Espere aí, Heinze... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O senhor não tem a palavra. O senhor não vai ter o direito de obstruir esta sessão. O senhor não tem. A palavra está à disposição do Deputado Luis Carlos Heinze.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, estou só registrando meu pedido de fazer um encaminhamento contrário. Que fique registrado.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Há colegas Parlamentares falando aqui que o nome do Brasil... Eu gostaria que os colegas me ouvissem. Eu os ouvi, agora, ouçam-me.

O nome do Brasil está sendo manchado por certas pessoas que aqui falam para ONGs nacionais, para ONGs internacionais, que vêm aqui meter o nariz. Por que não meteram o nariz nos Estados Unidos, por que não meteram o nariz em qualquer país da Europa, que eu ouvi citar aqui? Por que não meteram o nariz na Rússia? Por que eles de lá vêm falar aqui dentro? Aqui, nós somos brasileiros e quem manda somos nós, Oposição ou Situação, não interessa!

Por isso, sou favorável ao requerimento do Deputado Valdir Colatto para o encerramento da discussão.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para fazer o encaminhamento contrário, concedo a palavra ao Deputado Molon, de acordo com o art. 9º, § 4º, por 5 minutos, no espaço de Líder.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Portanto, não é no espaço de encaminhamento contrário, não é Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pode usar para encaminhar, mas o espaço que o senhor tem para encaminhar é este, somente este, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Então, eu não vou usar o de encaminhamento, mas permitir que um membro da Comissão o faça. E eu falo como Líder daqui a pouco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está tudo bem.

Quem vai fazer o encaminhamento contrário?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu me inscrevi também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pois, não. Então, Deputada, a senhora está com a palavra.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Primeiramente, Sr. Presidente, a cada minuto e instante que a gente passa nesta Comissão, a gente vê claramente os ânimos sendo alterados, sobretudo pela forma arbitrária na condução dos trabalhos desta Comissão. A gente vê claramente a falta de isonomia.

Eu fui citada aqui no início pelo Deputado, quando falava dos conflitos no Maranhão. Pedi o direito de fala, não fui ouvida. Não tive o atendimento numa prerrogativa que é minha nesta Comissão, como membro. E mesmo que não fosse, deveria sê-lo por conta da citação, coisa que é reiterada, porque ontem a Deputada Janete Capiberibe também esteve na mesma situação, assim como a Deputada Erika Kokay.

Está muito clara aqui a falta de ordenamento e de cumprimento do Regimento na condução, de fato, desta Comissão. Hoje, continua da mesma forma: tratorando, passando por cima e tentando votar aqui de qualquer jeito um relatório totalmente fora daquilo que deveria acontecer, de fato, no transcorrer desta Comissão.



Infelizmente, nós fizemos a apresentação de um voto em separado. Não tivemos condição de fazer a leitura deste voto, mas eu queria destacar aqui alguns pontos que são realmente fundamentais.

Primeiramente, foi feito um relatório com mais de 3 mil páginas, de uma CPI que aconteceu de forma arbitrária. Nós tivemos uma CPI inicialmente apresentada, a CPI mais judicializada da história da Câmara dos Deputados. Tivemos várias decisões liminares suspendendo, inclusive, os pedidos de quebra de sigilo, que aconteceram de forma desigual, porque pedem, por exemplo, a quebra de sigilo do ISA — Instituto Socioambiental, do CIMI — Conselho Indigenista Missionário e do CTI — Centro de Trabalho Indigenista, mas não pedem a quebra de sigilo daqueles que estão sendo hoje investigados pela Polícia Federal, de ruralistas, que passaram aqui de forma incólume nesta Comissão. Houve decisões do Supremo que esta CPI não considerou em nenhum momento. Abriu-se uma nova CPI, pediu-se mais uma vez quebras de sigilo, e o que nós temos ao final é um relatório vergonhoso.

Por que é um relatório vergonhoso? Porque faz indiciamentos de pessoas que já morreram, faz indiciamentos ilegais — pede, por exemplo, o indiciamento de procuradores federais. Esta CPI não poderia fazer isso. O que poderia fazer era o encaminhamento, se acontecesse algum ato que fosse compreendido como irregular. Mas a CPI não fez isso.

Faz indiciamento de padres. E ainda chama padres... Coloca um termo que é usado no mundo do crime organizado: “vulgo”. Nós tivemos aqui agora há pouco um comparativo, feito pelo Relator, com Fernandinho Beira-Mar. Vê-se o nível que nós temos realmente quando nós fazemos as comparações com as entidades e organizações que fazem a defesa dos povos indígenas no Brasil. Houve indiciamento de todos eles.

E nós tivemos aqui 14 requerimentos, e pedíamos a todo minuto que esses requerimentos fossem aprovados, mas não foram aprovados. Nós tentamos fazer um acordo, para que tanto esses requerimentos que foram apresentados por nós quanto os requerimentos que foram apresentados pelas bancadas ruralistas fossem todos aprovados. Vamos quebrar sigilo de todo mundo. Mas não, não se pode.

A maioria dominante nesta Comissão só quer quebrar sigilo das organizações que são hoje acompanhadas, são as organizações que têm o maior sistema de



transparência do País, porque todo recurso internacional que chega está lá claro nos seus sites e em todos os seus órgãos de transparência. Os bancos e o sistema financeiro fazem o acompanhamento dos recursos que entram e que saem de forma clara e transparente. E são dessas instituições que a CPI pediu a quebra dos sigilos.

E agora nós temos uma tentativa de barrar a discussão. Pede-se a suspensão de uma discussão que deveria minimamente ouvir membros de partidos que têm um protagonismo histórico na defesa dessas comunidades, como o PSOL, como a Rede Sustentabilidade, que são ícones na defesa das comunidades tradicionais no Brasil, mas agora são cerceados em seu direito de falar nesta Comissão.

Portanto, nós precisamos ampliar e aprofundar o debate. O nosso pedido é que a discussão continue, o debate continue para que a gente possa ter aqui o direito do contraditório e fazer o debate realmente à altura como deve acontecer nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para encaminhamento de votação.

Como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para dar orientação pelo Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O PMDB vota "sim" pelo requerimento, para a aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Orientação de bancada... a orientação já aconteceu.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Não, não, é um contra e um a favor. Eu tenho direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - É sim.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Não, não. O PT não usou o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - E não vai usar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Orientação de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Orientação é um contra e um a favor. A Deputada já falou contra. É encaminhamento.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - A orientação é partidária, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A orientação é 1 minuto. O senhor tem direito.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Não, não é 1 minuto. Orientação são 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - É 1 minuto, só se o senhor fez o Regimento só para o senhor. Por favor, Deputado Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Meu encaminhamento, Sr. Presidente, é para o encerramento da discussão. Já discutimos bastante esse assunto. "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - "Sim".

Como vota o PT? Um minuto!

O SR. DEPUTADO PAULÃO - O PT vota contrário, apesar da sua postura autoritária, retrógada, representando a visão *looping* do agronegócio. A maioria desta Comissão não representa o verdadeiro agronegócio, que é inteligente. São os capatazes do agronegócio que querem discutir aqui a violência contra os povos indígenas, as comunidades quilombolas, a luta agrária, bem representada pelo companheiro Marcon, que fala com o sentimento da alma do povo brasileiro.

V.Exa. representa o que tem de mais atrasado e retrógrado. Repito: é o *looping* do agronegócio, é o capataz do agronegócio.

O PT vota contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Ainda bem que eu não estou em discussão. É só o relatório.

Como vota o PP?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O PP vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como vota o PSDB?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Recomento "sim" para todos os partidos da base, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Recomendado "sim" para todos os partidos da base. Sugiro que se coloque no painel.

A Minoria, como orienta? Um minuto para orientar, por favor!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, esta é uma discussão absolutamente fundamental para o destino desta Nação. Nós não estamos



discutindo apenas como se tratam indígenas ou se tratam quilombolas, como se discute esse ódio contra indígenas e contra quilombolas. Ele é um ódio contra a Nação. É um ódio contra um Brasil que potencialmente é muito grande e tem se apequenado por esse nível de arbítrio e tem se apequenado pela lógica golpista exarada do Palácio do Planalto.

O Brasil tem se tornado pequeno a partir dessas imposições de retirada de direitos e de desconhecimento do seu próprio povo. Esta Nação só se fará grande se for uma nação que reconhecer os direitos dos povos indígenas e os direitos dos povos quilombolas.

Por isso, nós precisamos discutir mais, nós precisamos discutir mais para impedir que esse atentado contra a democracia e a dignidade humana prossiga, que é o relatório que está em discussão neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o seu tempo, Deputada. A Minoria vota “não”.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, pelo art. 192 § 2º, eu queria reivindicar o direito de orientar a posição do Partido Socialismo e Liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Um minuto para orientação.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, eu penso que há outras situações e debates, que, naturalmente, geram muitas divergências, como é o caso das reformas da Previdência e trabalhista. Esses são dois exemplos. O próprio Governo, no caso, o Deputado Carlos Marun, que eu achei que teria uma postura truculenta, pois a imagem era a participação dele no debate sobre Eduardo Cunha no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, não teve essa postura. Ele ouviu todo mundo inscrito.

Eu estou inscrito. Por que esse medo do debate? Por que essa covardia de cassar a palavra de quem está inscrito, de quem veio aqui se inscrever, de quem participou dos debates e que estudou o tema e que tem relação com os povos indígenas? Como Deputado, teve voto para aqui representar o povo brasileiro, é de um partido programático, ideológico, que faz oposição quando tem que fazer, sem aceitar compra de cargo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está concluído o seu tempo, Deputado.

Concedo a palavra à Deputada Eliziane Gama, pelo PPS.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, aqui questiono a existência de um relatório que foi feito sem que se ouvisse alguém das organizações. O que foi feito nesta Comissão? Pediu-se a quebra de sigilo de algumas pessoas, mas não se chamou ninguém do Conselho Indigenista Missionário — CIMI; do Instituto Socioambiental — ISA; da Associação Brasileira de Antropologia — ABA; do Centro de Trabalho Indigenista — CTI, para ser ouvido aqui.

O que significa um relatório, Sr. Presidente, se não ouvimos as pessoas? Não existe uma informação. É o cúmulo do absurdo! O relatório é inócuo, não tem sentido de ser nem de existir, porque as pessoas sequer foram chamadas para serem ouvidas nesta Comissão. *“Não, não foram chamadas.”* O que aconteceu nesta Comissão foi o pedido de quebra do sigilo bancário dessas entidades e das organizações, mas nenhuma delas foi chamada. Aliás, até se colocaram à disposição para virem aqui a esta Comissão. Peço encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o seu tempo, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluída a orientação.

O SR. DEPUTADO MOISÉS DINIZ - Sr. Presidente, o PCdoB quer orientar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, o PCdoB tem 1 minuto para orientar.

O SR. DEPUTADO MOISÉS DINIZ - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de pedir a V.Exa. que solicitasse aos fotógrafos da Casa para tirarem uma fotografia desta Comissão, se possível em preto e branco, porque é a primeira vez que a Câmara dos Deputados vai indiciar brasileiros, ferindo a Constituição. Como se não bastasse ferir a Constituição, está indiciando índios e padres e nunca teve coragem, Sr. Presidente, estou olhando para V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - E aí?



O SR. DEPUTADO MOISÉS DINIZ - Vocês nunca tiveram coragem de indiciar grileiros e pistoleiros. O PCdoB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Em votação.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. Os contrários manifestem-se. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, diga os nomes de quem votou contra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada Erika Kokay, Deputado Valmir Assunção, Deputado Nilto Tatto, Deputado Paulão...

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Deputada Janete Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado João Daniel, Deputado Marcon...

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Deputada Janete Capiberibe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada Janete Capiberibe. V.Exa. não tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Estou pedindo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. não tem a palavra. Pode pedir, fique à vontade.

A Deputada Eliziane Gama também votou contra.

Está encerrada a votação.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A Deputada Janete tem uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, quero o tempo de Minoria.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Vamos ouvir a Deputada Janete Capiberibe, a questão de ordem da Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, eu quero uma questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O tempo de Minoria já foi utilizado. Ah, está pedindo o tempo de Minoria: 9 minutos. Por favor, Deputado Nilto Tatto com a palavra.

A senhora não tem a palavra.

Com a palavra o Deputado Nilto Tatto, pela Minoria.

Os Líderes têm preferência sobre isso. Qual é a questão de ordem?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - A questão de ordem é baseada no artigo...

(*Tumulto no plenário*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Só um pouquinho. Por favor, Deputado Edmilson Rodrigues, eu não preciso da sua advocacia.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - ...180, § 7º, para justificar o meu voto, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Isso não é questão de ordem, Deputada. V.Exa. tem que compreender. Isso não é questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Então, peço a palavra pelo art. 180, § 7º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Faça por escrito, dirigido à Mesa. Esse artigo não tem nada a ver com a declaração de voto.

A palavra está à disposição do Deputado Nilto Tatto, por favor.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu peço para V.Exa. levar. (Risos.) Deputado Nilto Tatto. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, agora, o som foi ligado, por favor, reponha o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Nove minutos para o Deputado Nilto Tatto, representando o Líder da Minoria.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, eu gostaria de, num primeiro momento, agradecer o empenho, o trabalho de toda a Assessoria da bancada do PT, da Assessoria dos Parlamentares do campo progressista, do campo democrático, que participaram desta CPI. Então, vários Parlamentares aqui e seus



Assessores contribuíram muito, de forma árdua e com competência, com o relatório que nós apresentamos ontem, o relatório paralelo. Eu queria deixar registrado aqui.

E aqui eu queria também responder ao Relator, o Deputado Nilson Leitão, porque ele falou que, em vários momentos, tentou procurar os Parlamentares da Minoria para discutir o próprio relatório.

Eu quero aqui dizer que em nenhum momento foi feito isso. Pelo contrário, quem procurou a Maioria, quem procurou o Deputado Nilson Leitão e o próprio Presidente, ao longo de todo o processo da CPI, para que a CPI tivesse, sim, um fato determinado — porque ela não o tinha desde o início —, e que esse fato determinado contribuisse com políticas públicas, com a melhora do funcionamento do INCRA e da FUNAI, mas em nenhum momento houve abertura para que se recebesse a contribuição da Minoria.

E, aí, no nosso relatório, não será encontrado esse tipo de problema. É importante que todos aqui ouçam: apareceu agora mais um nome que está sendo pedido indiciamento e que também está morto de 6 a 7 anos. Um antropólogo que trabalhava em Mato Grosso do Sul, chamado Paulo Pepe da Silva. Trabalhador, antropólogo que trabalhava lá em Mato Grosso do Sul, morreu há 6, 7 anos e está na lista dos indiciados. Aqui parece que já é o terceiro.

Outra coisa importante, que está nesse relatório, é que nós precisamos, inclusive, avaliar que medidas podem ser adotadas quanto a uma decisão do Ministro Celso de Mello que fala de informação sigilosa produzida pela Agência Brasileira de Inteligência.

O Ministro Celso de Mello aqui coloca que constitui comportamento altamente censurável e aí ele vai relatando aqui. O que é que tem? Lá na página 3.068, 3.080 do relatório do Deputado Nilson Leitão, também na página 1.965 até a página 2.010, ele simplesmente utiliza lá no relatório informações produzidas pela Agência Brasileira de Inteligência, que é informação de segredo de Estado.

O mais grave ainda é que lá há uma proposição de ofício para a Organização Internacional do Trabalho — OIT, em que esse relatório é novamente reproduzido nessas páginas.



Eu pergunto: qual o interesse social na divulgação dessa informação? Informação sigilosa de Estado que agora é tornada pública no relatório do Deputado Nilson Leitão.

Outro aspecto que também eu quero levantar aqui: o relatório do Deputado Nilson Leitão faz uma desqualificação da ONU. Fala que a ONU é um agrupamento de confederação de ONGs. Para ver a forma como é tratado este relatório.

Então, dá para levar a sério um relatório dessa forma ou da forma como está colocado lá?

Eu queria aqui também dizer que este relatório, por exemplo, ele cita a Missão Caiuá, mas, em nenhum momento, a maioria desta CPI quis trazer para cá para investigar e saber quem é que está por trás, os interesses que estão por trás da Missão Caiuá.

A maioria desta CPI não quis trazer para cá e aprovar os Requerimentos nºs 57, 23 e 61, dos Deputados Paulão, João Daniel e Patrus Ananias, que pedem para apurar o leilão da resistência. E, aí, inclusive, eu até indago se é transparente a utilização dos recursos por parte da ACRISSUL — Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul, da FAMASUL — Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul e da empresa Gaspem, que organizaram, e essas entidades, ligadas ao agronegócio, representantes do agronegócio, organizaram o leilão da resistência e no leilão, inclusive, teve participação de Parlamentares.

Eu chamo a atenção porque a imprensa deveria ir atrás e saber quem são esses Parlamentares que estavam lá organizando esse leilão para arrecadar dinheiro para contratar milícia, através da empresa Gaspem, para matar índio lá em Mato Grosso do Sul.

Isso não foi apurado aqui. Não foi apurado! Pelo contrário, aqui questiona qual a transparência da utilização dos recursos da cooperação internacional por parte das entidades.

Essas entidades têm auditoria independente. Essas entidades publicam os seus relatórios não só nos instrumentos de comunicação deles, no site deles. Mandam, inclusive, para o Tribunal de Contas da União.

Eu pergunto: a ACRISSUL, a FAMASUL, a Confederação Nacional da Agricultura publicam os seus relatórios? São públicos? Será que não estão



financiando também? Será que não estão financiando e apoiando as milícias armadas?

É importante também que todos saibam que os Parlamentares membros desta CPI são os patrocinadores da Medida Provisória nº 759. E aí eu só quero levantar um aspecto: eles querem legalizar a grilagem de terra para propriedades de até 2.600 hectares — está lá na Medida Provisória nº 759. Esses mesmos Parlamentares, em conluio com o Governo Temer. Essa é uma forma, inclusive, de pagar pela compra dos votos dos Parlamentares ligados à Frente da Agricultura ou parte dela, para poderem votar favorável à reforma da Previdência.

São esses Parlamentares também que apoiaram, e votaram, e aprovaram a PEC 215, que já é conhecida de todos. São esses Parlamentares aqui. Inclusive é de autoria do próprio Relator desse relatório a lei com a qual se quer que volte a escravidão no campo, para pagar o salário através de moradia e através de alimentação e acabar com o descanso semanal, para que o trabalhador assalariado trabalhe durante 18 dias.

É também membro desta Comissão aqui o Parlamentar que está com o relatório com o qual se quer acabar com toda a legislação ambiental, do projeto de lei do licenciamento, que está lá para ser votado e patrocinado pela Casa Civil do Governo Temer, para acabar com o licenciamento ambiental de empreendimentos na área da agricultura, na área da mineração e da infraestrutura. São esses. É importante que todos saibam quem são os Parlamentares que estão patrocinando esse relatório.

Por fim, eu queria novamente dizer, Deputado Nilson Leitão, que nós procuramos uma saída positiva para esta CPI, mas, pelo contrário, vocês foram pelo caminho da criminalização.

Tanto é verdade que boa parte dos Parlamentares que estão nesta CPI aqui não tem coragem de defender publicamente o relatório elaborado pelo Deputado Nilson Leitão, porque é um relatório que nem ele tem coragem de defender publicamente — ele não tem coragem —, porque é um relatório que foi ditado de forma autoritária pelo Presidente desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Alessandro Molon, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, Srs. Deputados, lamentavelmente, a Rede, pela distribuição proporcional das vagas, não pôde ter uma vaga nesta CPI. Por isso, nós não podemos participar nem com membro titular, nem com membro suplente. Mas não seria razoável que esse trabalho terminasse sem que manifestássemos a nossa posição de absoluta rejeição e repúdio ao relatório que esta Comissão está prestes a votar e — espero que não — aprovar.

Não me refiro às consequências do relatório, porque, honestamente, não acredito que os órgãos de Polícia Judiciária vão levar à frente os absurdos indiciamentos que constam do relatório. Honestamente, não acredito que os antropólogos, os próprios indígenas, os procuradores federais, os advogados da União, os religiosos, os membros do CIMI, da CNBB, os servidores públicos da FUNAI, ou os servidores do INCRA, ou os professores universitários venham a ser investigados e processados pelo Ministério Público Federal ou pelo Ministério Público que eventualmente venha a receber o relatório. Não é isso o que me preocupa. O que me preocupa é o Parlamento brasileiro se prestar a esse papel, num momento em que os direitos daqueles que estavam aqui antes da chegada do colonizador estão sendo atacados e tirados. E o Parlamento brasileiro, em vez de se colocar em defesa deles e da Constituição, coloca-se, ao contrário, como alvoz da FUNAI.

A CPI que esta Casa deveria estar fazendo é a CPI do desmonte da FUNAI. Por que a FUNAI tem sido desmontada e sabotada? E não: por que ela vem cumprindo a sua obrigação? Sobretudo por que não lhe deram condições de cumprir o seu dever como deveria, tantos anos depois, quase 30 anos depois da Constituição Federal, que reconheceu aos indígenas os direitos originários sobre suas terras?

A verdade é que, neste momento, todos os direitos dos brasileiros estão sob ameaça: os direitos do trabalho, os direitos previdenciários, os direitos ambientais e os direitos dos indígenas às suas terras.

A sorte é que essa cláusula é pétreia. Não adianta o Congresso querer mexer nisso. Vai parar no Supremo. E o Supremo dirá ao Congresso que, nem por maioria



esmagadora, ele pode cassar o direito que a Constituição reconheceu aos indígenas sobre suas terras. Essa é a única sorte. Porque, não fosse essa cláusula pétreia, certamente esta Legislatura tiraria os direitos dos indígenas, como está tentando tirar todos os outros direitos que tenta fingir que não são direitos pétreos conquistados pelos brasileiros.

Portanto, o que é lamentável é que, em vez de aproveitarmos a oportunidade para procurar garantir melhor funcionamento à FUNAI, para procurar apoiar aqueles que, depois de décadas da promulgação da Constituição, continuam aguardando a demarcação de suas terras, para proteger quilombolas, depois do genocídio de negros aqui no nosso Brasil, o Congresso faça uma CPI para impedir que se continue fazendo o pouco que se fez até agora, apesar dos esforços de muitos dos indiciados, para fazer o Brasil melhorar, apesar de muitos servidores da FUNAI, antropólogos e outros que não foram indiciados tentarem carregar nas costas toneladas de peso para fazer a demarcação avançar.

Então, Presidente, confesso a V.Exa. que é motivo de grande tristeza e de indignação ver esta CPI caminhar para isso.

Queria, por fim, dizer aos colegas que, além desse dispositivo lembrado pelo Deputado Tato, os colegas da Comissão devem refletir sobre as consequências de indiciamentos que não estejam fundamentados. Não tenham dúvida de que isso não se encaixa na inviolabilidade que a Constituição nos garante. A inviolabilidade por opiniões, palavras e votos não se estende, por exemplo, a atingir a honra das pessoas, a atingir a imagem das pessoas de maneira irresponsável. Então, peço aos colegas o cuidado de evitarem aprovar relatório cujo peso pode cair sobre os próprios, se não houver fundamentação para cada um dos indiciamentos, como eu creio que não há.

Rejeição ao relatório, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o seu tempo, com a palavra a Deputada Erika Kokay, pelo período de 9 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Esta CPI não poderia ter outro desfecho, penso eu, porque ela começou com essa intenção. Ela começou já grávida do que seria este relatório, com todos os seus absurdos. Ela já começou com o objetivo claro de criminalizar o INCRA, de criminalizar a FUNAI, de



criminalizar os antropólogos, de criminalizar os religiosos, de criminalizar procuradores, de criminalizar todos os que cumprem a sua função precípua e que respeitam a Constituição brasileira.

Ela foi tecida, desde o seu requerimento sem fato determinado, sem fato determinado e sem marco temporal. Ela surgiu sem marco temporal, sem fato determinado. Ela surgiu num processo de falsidade ideológica, quando se disse e se citou uma série de trechos de uma tese de uma antropóloga que foram absolutamente negados e que não correspondiam à verdade. Nós tivemos citações de uma tese que não correspondiam ao que estava realmente na tese.

Portanto, uma CPI que se constrói dessa forma, uma CPI que se utilizou de toda sorte de artifícios e de irregularidades... Foram feitas diligências, Deputado Tattó, o senhor sabe disso, em aeronaves cedidas por empresários, diligências das quais participaram pessoas que foram depois alvo de uma série de procedimentos da Polícia Federal. Ou seja, a CPI levou, nessa aeronave emprestada ou nessa aeronave cedida, levou pessoas que estavam em litígio, disputando aquela terra! Essas pessoas foram levadas pela CPI, para uma diligência da própria CPI!

Nas diligências, nunca se entrevistou ou nunca se considerou a fala das lideranças indígenas, porque as diligências seguiam a mesma linha da própria existência da CPI, que fez um membro dela dizer: “*Não, nós não temos fato, mas vamos achar*”. Ou seja, vamos achar, vamos solicitar. E se solicitaram documentos de 88 até os diais atuais, para se pesquisar e se ver o que era possível achar.

O relatório indica, em vários momentos, essa tentativa persecutória e de defesa de interesses fundamentalistas, patrimonialistas dos ruralistas e do seu lumpesinato, como aqui disse o Deputado Paulão. Existem os ruralistas e o seu lumpesinato; os ruralistas e aqueles que defendem os interesses dos ruralistas sem terra... terem seu poder.

Então, vejam: o parecer desta CPI, em determinado momento, deixa claro isto: ele deixa claro que, para indicar, não é preciso provas; para indicar, não é preciso investigação. O nome das pessoas pode ser rasgado, o nome das pessoas pode ser jogado no pelourinho. Aliás, parte desta CPI tem muita saudade dos pelourinhos e efetiva os pelourinhos. Nós temos inclusive um projeto de reforma trabalhista rural que é como se fosse uma reedição, um assumir: “*Assumimos que*



defendemos o pelourinho, assumimos os chicotes, assumimos os grilhões. Assumimos. Não vamos mais tentar escondê-los. Este relatório é isso, é esse desnudamento.

Veja: aqui se diz que uma CPI é um órgão político, e, como órgão político, ela não precisa de um arcabouço comprobatório para estabelecer os seus indiciamentos. Nós temos nesta CPI, no relatório, na página 1.820, uma transcrição de gramos telefônicos, mas nós não sabemos de onde vieram, onde estão esses gramos telefônicos, de onde é que eles surgiram.

Como esta é uma CPI que divulgou material secreto, na tentativa de incriminar membros dela própria, ou seja, fui citada em um depoimento secreto que foi para as redes de televisão... Foi para a rede! Documento secreto. E eu digo: “*Não, mas eu não sabia que essa pessoa tinha vindo depor.*” “*Você não sabia porque era um depoimento secreto.*” “*E, como você, uma rede de TV nacional, tem acesso à íntegra, à fita, ao áudio, à gravação deste depoimento?*”

Esta CPI chegou ao cúmulo — e nós escutamos isso hoje — de tentar me acusar de participação em assassinatos. Ou seja, ela perdeu completamente a noção. A fala que aqui foi dita hoje e que é insinuada, via de regra, por quem não tem coragem de fazer esta acusação, é a falta de qualquer limite. Limite. Não se tem limite. Não se tem limite quando se quer arrancar a terra do outro, quando se quer tirar a terra indígena, quando se tem saudade do colonialismo, quando se quer que os espelhos de ontem, que as bugigangas de ontem se transformem em cestas básicas. Esta é a fala do Ministro da Justiça: “*Não, índio não precisa de terra*”. Ou seja, se arranca inclusive a voz do indígena. Nós escutamos aqui: “*Coitados, esses coitados*”. Nós escutamos isso aqui! Numa posição de supremacia! Não, não, não. Os indígenas são parte da nossa história, parte do nosso conhecimento, parte da nossa existência. Nós aprendemos todos os dias com os povos indígenas.

Mas, para além disso, este relatório utilizou pesquisa de pessoas na Internet, utilizando-se de páginas pessoais, sem nenhum tipo de relação com a investigação. Aparece uma denúncia, ou uma citação de um Deputado, e um carro que tem uma bandeira, um carro oficial que tem uma bandeira de movimento, e não se tem nenhum tipo de caracterização de como, de onde surgiu essa foto. Pode ser uma montagem. Mas esse é o material da CPI, esse é o material que está no relatório



que aqui foi apresentado. É um relatório que, por exemplo, denuncia ou fala da Missão Caiuá, que envolveu por volta de 700 milhões. Fala sobre isso, mas não toma nenhuma providência, como não toma nenhuma providência com relação aos ruralistas, aos latifundiários.

É uma CPI generosa, ela acolhe, é o poema de Augusto dos Anjos: “*A mão que afaga é a mesma mão que apedreja*”. A mão que apedreja quilombolas, movimentos sem-terra, indígenas é a mão que afaga a cabeça do latifúndio, dessas três operações que ensejaram uma série de conduções coercitivas, de prisões preventivas. E nós não conseguimos trazê-los para depor. Porque nós apresentamos mais de 70 requerimentos, e apenas um deles foi pautado, o que dizia respeito apenas a instrumentos, e não ao mérito do objeto ou à discussão da própria CPI, o seu objeto primeiro.

Isto é essa farsa. Esta é uma Comissão farsesca, Parlamentar farsesca, porque ela não investigou. Ela foi atrás de criminalizar, de punir indígenas. Ela está indiciando dezenas de lideranças indígenas. Perguntem-me por quê? Eu não sei, não sei! Por isso, os que a defendem e defendem este relatório não têm como defendê-la e passam a atacar o PT, a atacar Lula, a atacar quem quer que seja. Porque não têm argumentos para fazer essa defesa. É uma farsa! É um manifesto, um panfleto que indica o ódio contra os povos tradicionais, que indica a complacência, a generosidade e o caráter sabujo daqueles que têm essa postura com relação aos latifundiários. Portanto, esta CPI, por ser uma farsa, tem que ser denunciada como tal.

Por fim, quero dizer que aqueles que são responsáveis por ela vão ter que responder por isso. Se não aqui, que respondam à Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído o seu tempo, Deputada. Concluído o seu tempo.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de fazer uma sugestão à bancada de oposição, que certamente preparou um *kit* obstrução.



Nós sabemos da correlação de forças. Votar qualquer coisa aqui é legítimo, a partir de agora, essa expressão da ditadura ruralista que tenta se implantar no País e que tem na CPI INCRA e FUNAI um dos seus campos de batalha.

Então, a minha sugestão é de que não se gaste energia, de que não se legitime isso. O PSOL não tem participação aqui porque, proporcionalmente, não pôde estar. Mas, se estivesse, estaria junto a quem se opõe a essa truculência. Mas defenderia esta posição, de não legítimo. E deixá-los sozinhos a aprovar algo que terá revezes para quem assumir a autoria ou a coautoria, para quem referendar o relatório do Deputado Nilson Leitão.

Trinta e um indígenas, nove antropólogos, cientistas importantes do País. Fico pensando em D. Ruth Cardoso, em como se remexe no túmulo, como ex-Primeira-Dama e uma das mais respeitadas antropólogas da história do Brasil, mundialmente respeitada, a despeito de aqui ou ali termos divergências; em como se envergonha de saber que o PSDB tem um Relator que trata antropólogos como criminosos.

Advogados da União, 2; Igreja católica — CNBB e CIMI, 14; indigenistas do CTI, 5; servidor público da FUNAI, 4; servidor público do INCRA, 9; professor universitário, 3; ex-servidores federais, 21; profissional liberal, 1; ex-desembargador, 1; assentados, 3 — 1 da CONTAG. Cento e vinte pessoas vilipendiadas na sua dignidade, sem nenhum motivo objetivo, para que sejam indiciadas, como se criminosas fossem, por uma mesma Comissão que tem membros envolvidos em atos não tão aprováveis, se falarmos em ética. Se é possível ainda falar em ética política neste País.

Nesta CPI, a gente nunca pode generalizar. Aqui mesmo há vários ruralistas que têm comigo, e eu com eles...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está encerrado o seu tempo, Deputado.

Com a palavra o Deputado Moisés Diniz. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, deixe-me concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está encerrado o seu tempo, Deputado. V.Exa. tinha 3 minutos.

Com a palavra o Deputado Moisés Diniz, por 4 minutos. (*Pausa.*)



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, isso não existe em nenhum Parlamento do mundo. Dê-me 20 segundos para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Conclua em 20 segundos, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Vou concluir.

O relatório é muito cruel. E eu concluo apenas mostrando o que o nosso Líder ontem mostrou: a reportagem do jornal *Valor...*

(*O microfone é desligado.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Moisés Diniz, por 4 minutos. O tempo de S.Exa. está correndo. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - É um pacote de maldades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Edmilson Rodrigues, V.Exa. não tem a palavra.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - V.Exa. não cumpriu sua palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu a cumpril!

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Depois V.Exa. dá piti.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não cumpriu a palavra. V.Exa. me deu 20 segundos e não cumpriu a palavra. Quando não agrada, V.Exa. corta a palavra.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Depois, V.Exa. faz sua cena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Moisés Diniz.

Reponham os 4 minutos, não há problema.

O SR. DEPUTADO MOISÉS DINIZ - Sr. Presidente, queridos Deputados, queridas Deputadas, eu sou Parlamentar de um Estado muito pequeno, um dos menores do Brasil. Mesmo assim, o meu Estado é 22 vezes maior do que a Faixa de Gaza, onde milhões de homens, palestinos e árabes, lutam há 2 mil anos. Ali, Sr. Presidente, eles não estão lutando apenas por terra, eles não estão lutando apenas por território; para eles, o reino é o reino da consciência. De cada lado, cada um tem seu argumento.



O que nós vimos aqui foi uma luta por terra. Não esteve em debate aqui o nosso reino da consciência — povos indígenas e ruralistas. Isso não esteve em debate, porque o País é gigante, é imenso. É um continente o nosso País. Nós não tivemos a capacidade de nos olhar no espelho e descobrir que os ruralistas não são esses demônios que alguns pintam e que os lutadores do lado de cá, os povos indígenas, os sindicalistas, os líderes que foram assassinados, às vezes, por um pedaço de terra, também não são esses Barrabás que alguns consideram.

É impressionante que, nesta Casa, que é o Parlamento, cujo nome derivou da palavra *parla*, que significa fala, nós não conseguimos dialogar, nós não conseguimos nos convencer. E hoje a minoria está sendo atropelada.

Nunca cumprimentei o Deputado Nilson Leitão, nunca troquei uma palavra com ele, mas percebi que é um Parlamentar de alma tranquila, percebi que é um Parlamentar que está aberto ao diálogo, que não fechou todas as portas. Acho que nós ainda temos tempo.

Peço aos mais antigos, aos mais experientes que perdoem a imprudência de um novato, que está há apenas 8 meses como Deputado Federal. Perdoem a imprudência, mas acho que ainda temos tempo de produzir um acordo. Apesar de todas as falhas do trabalho da CPI, das denúncias de parcialidade, etc., etc., etc., daria para produzir um acordo. O Deputado Nilson Leitão poderia retirar o indiciamento, chamar a Oposição para um diálogo, e votarmos o relatório. Eu acredito que é possível construirmos isso.

Mesmo o Presidente, com esse jeito duro, é um ser humano, ele tem esposa e filhos, tem família, tem religião. É possível dialogar, é possível construir consenso, porque o Brasil está sendo destruído por essa nossa incapacidade de dialogar, de perceber que do lado de lá existem coisas boas e que do lado cá elas existem também.

Eu encerro, Sr. Presidente, fazendo esse apelo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra a Deputada Tereza Cristina, do PSB, por 7 minutos.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como Sub-Relatora desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os



assuntos relacionados ao INCRA, lamento muito o encaminhamento que estamos tendo neste final de CPI, especialmente porque todos os que criticam aqui o nosso relatório são os mesmos que tiveram por 13 anos a oportunidade de mudar essa realidade...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Todos não, Deputada. Calma lá! Eu sou do PSOL, fazia oposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Edmilson, V.Exa. não tem a palavra, não interrompa a Parlamentar.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Quem estava no Governo da Dilma e do Lula fica dizendo...

(*O microfone é desligado.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Respeite a palavra de quem está falando, Deputado.

Por favor, Deputada, pode continuar.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Estou no meu tempo de Liderança, eu vou designar V.Exa. Tenha calma, Deputada Janete, tenha calma! Eu sou uma pessoa justa, V.Exa. não tem motivo para achar que não vou lhe dar a palavra, porque eu já falei com o Presidente.

Continuo: especialmente porque todos tinham recursos, apoio irrestrito de ONGs nacionais, internacionais, para implementar políticas públicas que efetivamente mudassem a vida dos indígenas, dos sem-terra e dos quilombolas, mas não tiveram competência para fazê-lo.

Ao contrário, os que aqui criticam o relatório dedicaram boa parte do seu tempo a incitar o ódio, promover conflitos e estimular invasões, o que não ajuda em nada a resolver as injustiças a que esses povos vêm sendo submetidos ao longo de décadas.

Em meu Estado, somos testemunhas da miséria a que essas pessoas são submetidas pela incompetência do Estado brasileiro ao longo dos últimos anos. Em diversos assentamentos e terras indígenas, as pessoas estão abandonadas, sem acesso a água potável, a educação e a saúde, por omissão dos órgãos que deveriam assisti-las, a FUNAI e o INCRA.



Colocar a culpa da situação apenas nos chamados ruralistas é uma estratégia retórica de quem quer apenas fazer discurso e não resolver, de fato, o problema.

Durante as falas de alguns Parlamentares, foi dito que esta CPI não ouviu indígenas e que nossa intenção seria prejudicar o índio, o remanescente de quilombo e o assentado da reforma agrária.

Na verdade, essa é uma fala marcada pela ideologia e pelo fascismo de que nos acusam. São eles que não querem dialogar. Quando apontamos um erro, comprovado com documentos e depoimentos, tudo que têm a dizer é que somos de uma bancada que quer destruir as minorias. Eles se esquecem de contestar os fatos, para questionar as pessoas.

No relatório da CPI apontamos condutas, não apontamos pessoas. Nosso intuito é fazer um Brasil melhor, para indígenas, quilombolas e agricultores. Para isso, mostramos o que está errado e propomos aos órgãos de investigação que se aprofundem no tema, buscando a punição caso os indícios apontados no relatório venham a se confirmar. Mas não paramos por aí. Propusemos várias medidas para fortalecimento da FUNAI e do INCRA, para o engrandecimento das políticas públicas que visam a proteção das minorias. Assim, buscamos evidenciar o errado, para que atinjamos o correto. Continuar no erro, sob o falso discurso da proteção, não irá resolver o problema daqueles que dizem proteger.

Eu gostaria, no meu tempo, de citar alguns exemplos a comprovar que estamos no caminho certo.

Para iniciar, cito a fala de uma liderança indígena ouvida por esta CPI no meu Estado de Mato Grosso do Sul. Ela nos relatou, com muita emoção, que precisava de uma cesta básica para um vizinho que estava enfermo, sem condições de trabalhar. Ao chegar à FUNAI, avistou uma sala cheia de cestas básicas, mas o servidor lhe negou o pedido sob o argumento de que as cestas somente poderiam ser enviadas para as pessoas que estavam em área de retomada ou em áreas invadidas. Assim, se ela quisesse receber ajuda, deveria também invadir uma propriedade.

Tenho a gravação, o áudio, mas não vou exibi-lo aqui hoje.

Não é justo abandonarmos essas pessoas e encerrarmos esta CPI sem que possamos ajudar seres humanos, índios, quilombolas e assentados. Em vez de toda



essa falta de educação, essa baixaria que tivemos durante todos esses meses, deveríamos ter tido um pouquinho mais de juízo, poderíamos estar terminando esta CPI muito melhor de que a começamos.

Tenho certeza de que esse relatório vai nos ajudar, Deputado Nilson Leitão, a fazer justiça, a punir os que devem ser punidos, mas principalmente fortalecer o INCRA e a FUNAI, para que eles levem às pessoas que necessitam dessas políticas públicas a ajuda necessária.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que passe a palavra, por favor, à Deputada Janete Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - No tempo que lhe resta.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Por quanto tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por 35 segundos.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Sr. Presidente, por favor, conceda 3 minutos à Deputada, como uma gentileza a esta sua colega Parlamentar.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Conceda a palavra por 3 minutos à Deputada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tudo bem, tudo bem.

V.Exa. dispõe de 3 minutos, Deputada Janete Capiberibe. Por favor, fique à vontade.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, eu me inscrevi. Eu seria a décima quinta oradora, mas V.Exa. encerrou na décima participação.

Então, eu não poderia sair hoje desta CPI sem fazer um foco na questão terra, a terra *brasilis* e o mercado internacional. Para nós, há objetivos não declarados na CPI. Um deles é criar estoque de terras para especular no mercado internacional. A concorrência no mercado internacional provocará aumento no preço das terras, inviabilizando a aquisição por produtores locais, especialmente os pequenos e médios produtores.

E esse, Sr. Presidente, é um processo de desnacionalização do território brasileiro. Seremos uma Nação sem solo, ao mesmo tempo em que são criadas levas de trabalhadores, de indígenas, de quilombolas empobrecidos e sem-terra, farta mão de obra barata sem proteções legais. Com essas medidas, cria-se uma



situação de ameaça à soberania nacional e à segurança alimentar, com a aniquilação das formas de produção nacional e culturais, submetendo-as ao controle das multinacionais do agronegócio — Monsanto, Cargill, Bayer, Syngenta, Bunge, BASF —, empresas que já controlam mais da metade da comercialização de alimentos no nosso planeta Terra.

Nós entendemos que, diante dessa realidade que se configurou durante os 120 dias e mais 60 dias da CPIs da FUNAI e do INCRA 1 e 2, é preciso, interna e externamente, instituir barreiras humanitárias, para impedir que a ilegalidade promova a concorrência desleal e legitime o ataque às minorias e aos direitos humanos.

Portanto, Sr. Presidente, como resistência, meu voto é favorável ao relatório paralelo que subscrevemos e contrário ao relatório do Deputado Nilson Leitão, pelos poucos motivos que nós tivemos a oportunidade de colocar, porque não tivemos tempo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Declaro encerrada a discussão do relatório.

Com a palavra o Sr. Relator, o Deputado Nilson Leitão, pelo tempo de 20 minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu inicio aqui a minha fala, primeiro, fazendo um agradecimento profundo a toda a equipe técnica da CPI e também a todos os colegas que me ajudaram, seja confrontando a ideia, seja concordando com a ideia.

Eu quero iniciar dizendo que o papel da CPI é tão somente o de encaminhar todo o inquérito parlamentar ao Ministério Público para apreciação, conforme determina o § 3º do art. 58 da nossa Constituição. A CPI não indicia ninguém. A CPI encaminha a denúncia para a abertura de investigação administrativa ou do próprio Judiciário, por meio de inquérito, para justamente saber se aquela pessoa teve culpa ou não, e daí arquivar ou continuar um processo de ação determinada pelo Ministério Público, como deve ser.

Lembro que a palavra “indiciamento”, que é de uso nesta Casa, refere-se a indícios, não a sentença. Tantos de nós aqui já passamos por isso, inclusive eu.



Nunca reclamei de ter sido investigado, mesmo sendo tripudiado por vários colegas aqui por assuntos promovidos pelo próprio setor que se diz protetor, e não misturei as coisas.

Todos os nomes citados foram citados em diligências — em diligências. Todos os nomes colocados foram colocados por terceiros. Em todas as diligências, foram ouvidos todos os lados. O tempo e a história vão demonstrar o nosso equilíbrio e a nossa imparcialidade.

No meu celular, enquanto estava acontecendo esta reunião, eu recebi mensagem de vários líderes indígenas, vários, mas eu não quis promover, como outros fizeram, o movimento de alguns que vieram aqui. E eles têm o meu respeito. Ninguém é obrigado a concordar com tudo o que nós fazemos aqui. A disputa de ideias e o lado têm que ser soberanos. Mas nós poderíamos ter trazido aqui inúmeros indígenas e líderes indígenas para contraporem muitas coisas que foram colocadas. Mas não é o momento disso. Esta CPI tem outro objetivo, diferente do que muitos falaram.

E faço uma pergunta que não precisa ser respondida agora, mas peço a cada um que responda com a sua consciência: de fato, os povos indígenas estão sendo tratados à altura que merecem? Estão sendo tratados pelo Estado brasileiro ou por aqueles que se prontificam a cuidar deles à altura que merecem? Será que os nossos assentados ou aqueles que buscam o seu lote nos assentamentos do INCRA estão atendidos à altura que merecem? Será que a legislação atual, o sistema atual, o modelo que se arrasta há alguns anos atendeu esse setor, a partir do ser humano pequeno produtor e a partir do ser humano indígena?

Vamos ser sinceros com nós mesmos, o Estado brasileiro falhou com todos. O sistema em que nós vivemos digladiados, vermelho ou azul, amarelo ou branco, não interessa a cor que defenda, falhou com essas minorias. Se nós não iniciarmos esse debate compreendendo que não somos os donos da verdade e que essas minorias pagaram um preço caro por uma disputa, uma luta, uma batalha que foi levada a eles, mas não era deles. Era a luta de terceiros interessados. A grande maioria deles não têm o básico para sua vida, como ser humano.

Ninguém aqui nesta CPI, ninguém aqui neste Congresso pode ter o direito de dizer que é contra a demarcação, ninguém o é. Pode discutir que é contra o modelo,



o sistema. Na verdade, se quisesse discutir politicamente — e foi falado muito aqui —, Fernando Henrique Cardoso demarcou mais terras indígenas que Lula e Dilma juntos, mesmo tendo um orçamento infinitamente menor que tiveram Lula e Dilma juntos. E Ruth Cardoso foi um ícone disso.

Não adianta me confrontarem com essa ideia de que eu estou afrontando o legado de D. Ruth Cardoso, pessoa por quem eu tenho admiração e respeito, como eu tenho por Fernando Henrique. O que ela fundou neste País, a Associação Brasileira de Antropologia não está sendo criminalizada, até porque entidades não cometem crimes, nem têm desvio de conduta. E, às vezes, nem os que aqui estão colocados cometem crimes.

Nós estamos falando de alguma coisa muito maior do que isso. Nós não podemos continuar aceitando o ativismo em órgãos públicos. A Justiça tem que ser a Justiça; o trabalho técnico tem que ser o trabalho técnico, seja favorável à ideologia do servidor, seja contrário a ela. Há justiça quando há equilíbrio. Quando ela pende para um lado, seja para qual for, não vai ser boa e não tem sido boa. É por isso que, nos últimos 10 anos, todas as demarcações indígenas estão judicializadas. Então, não é bom para ninguém, não é bom para ninguém.

Esse relatório poderá — e deverá — ter muitas falhas, não é perfeito. Nenhuma obra será perfeita, nenhuma. Nenhum projeto inicial será perfeito e nem finalizado. Ele é discutível, assim como qualquer um. Uma decisão dada pelo STF há muitos que contestam, uma decisão dada por um juiz há muitos que contestam, porque nada pode ter verdade absoluta. A verdade absoluta atrapalha a democracia.

Eu admito qualquer tipo de crítica. Agora, eu não admito a ofensa pessoal, como fizeram de ontem para hoje. E agradeço ao Deputado Moisés pelas suas palavras. Discordem da minha ideia, podem discordar. Mas tentaram desmanchar a minha imagem durante todo esse tempo, desde o início da CPI — desde o início. Mas eu nunca reclamei; eu nunca reclamei.

Agora há pouco um Deputado levantou um jornal. Vários colocaram que eu tenho um projeto sobre trabalho escravo. É mentira! Eu não tenho trabalho escravo, não apresentei projeto de lei sobre trabalho escravo. Debato com qualquer um sobre isso, só que este não é o momento. Quem me conhece e convive comigo, quando se encontra comigo nos corredores, vem me abraçar. O próprio Deputado que



acabou de mostrar o jornal me abraça e me beija em todos os lugares por que eu passo, dizendo que eu sou um Deputado com quem é fácil conversar. E sou mesmo.

Se V.Exas. acreditassem em tudo o que está na imprensa, deveriam concordar com tudo o que está na Operação Lava-Jato. Eu quero dizer a V.Exas. que esse relatório vai ser encaminhado para o Ministério Público e para a Polícia Federal. Vai ser encaminhado também para a Advocacia-Geral da União, para que aqueles que foram citados, por diligências, a AGU, através do seu Conselho, vai tomar as suas decisões administrativas. Aqueles que são do Ministério Público e foram citados serão acolhidos pelo Ministério Público, administrativa ou judicialmente. Eu não decido nada. Não tenho poder para isso. Não sou delegado de polícia, não sou juiz, não sou promotor. Estou cumprindo a Constituição ao encaminhar as denúncias e não vou prevaricar com aqueles que estão citados.

Quero aqui já solicitar a retirada da menção do nome do Sr. Carlos Antônio Dai-Prá. Já li isso antes.

Os indícios colhidos pela CPI apontaram para o fato de que o grupo de trabalho do INCRA responsável pelo reconhecimento do território de Morro Alto, como remanescente de quilombo, atuou em improbidade administrativa. Ocorre que o Sr. Carlos Antônio Dai-Prá, integrante do grupo, faleceu em momento posterior ao ato. Destacamos que o referido cidadão não foi indiciado, mas apenas consta como integrante de um grupo cujos atos indicam a improbidade administrativa. Mesmo assim, acatando as sugestões, retiraremos a menção expressa ao seu nome da folha 2.971 do relatório.

Se a Justiça achar, depois de investigar, que esse servidor pode ter cometido um crime e que alguém está usufruindo disso é um problema da Justiça decidir ou não.

Também lembro que foi dito que a Procuradora citada por alguns dos Deputados não é chamada de servidora do INCRA. Ela fazia parte da mesma reunião que incorporou, sem fundamentação, o estudo de Morro Alto, e ela também não está indiciada.

Há o pedido também de outro Deputado — esse, sim, estava na condição de encaminhamento e foi pedida a abertura de indiciamento — em relação ao suposto falecimento do Sr. Paulo Pepe da Silva. Apesar de não haver documento formal,



inobstante os claros termos do art. 107 do Código Penal, segundo o qual a morte extingue apenas a punibilidade e não o fato ilícito, sugiro a retirada do seu indiciamento e do seu nome dessa lista.

Quero também retirar, por uma decisão deste Relator...

Nós temos algumas páginas que falam sobre o Conselho Indigenista Missionário — CIMI. Eu sei que as palavras permitem tudo. Eu também sou católico e também sou praticante. Eu não criminalizo a CNBB. Há muitos bispos que concordam com o meu relatório, concordam que há muita coisa errada, e há alguns que não, porque a CNBB também é democrática, ela não é uma voz só. Ela não é unilateral.

Mesmo Dom Roque comandando uma entidade tão importante, mas com um ativismo muito forte, que, às vezes, deixa de olhar os dois lados da moeda, mesmo trabalhando de uma forma totalmente parcial às vezes — não são todos, não é em todo território nacional. Há muitos praticando bons trabalhos; mas alguns, não, inclusive, às vezes, liberando recursos financeiros até para comprar armas para índios. Isso está no relatório. Mesmo com isso e com o meu respeito ao que estão dizendo — se o próprio Ministério Público e a Polícia Federal quiserem, que continuem fazendo a investigação —, eu peço para retirar o nome de Dom Roque Paloschi dessa lista de indiciados.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Quem compra arma está cometendo um crime. Deixe o nome.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Com relação a essas decisões, eu assumo toda a responsabilidade e não estou em debate aqui agora. Eu gostaria que respeitassem a minha palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Vai sobrar só para os índios — não é?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Mais do que isso...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Já está decidido. Pode entrar diretamente, pessoalmente, quem desejar.

Foi citado aqui o Sr. Gercino. O Sr. Gercino não foi indiciado por sua história — não foi indiciado por sua história. Ele fez alguns grandes trabalhos como ouvidor, mas cometeu alguns ilícitos de improbidade, de acordo com o que apontam. Não



sou eu que vou julgá-lo. A Polícia Federal e o Ministério Público vão levantar essas informações e outras que foram anexadas logo após, como a distribuição de cestas básicas, solicitação de soltura de alguns presos em operações. Ele não tinha essa prerrogativa como ouvidor agrário.

Tenho respeito a todos aqueles que foram citados, assim como todos que são citados, mas devem ser investigados. E eu mantendo nessa lista para que possa ser encaminhado dentro dessa situação.

Quero aqui lembrar também que não houve nenhum vazamento de escuta nem grampo. O que houve foi a transcrição de uma peça judicial, o que está disponível no relatório. Não foi cometido crime algum por esta Comissão. Nós apenas transcrevemos uma peça judiciária que é pública e que pode ser utilizada. Por isso está escrito.

A reclamação da Deputada Erika Kokay eu preservei com toda a tranquilidade. Todos que nós ouvimos aqui foram gravados em áudio e vídeo, com transcrição em documento. Esteve aqui um morador da região de Brasília que disse que estava sendo ameaçado para sair da sua propriedade, que havia um grupo de pessoas e, no meio do seu depoimento, citou o nome da Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Disse que eu o estava ameaçando?

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Não. Eu estou contando a história, Deputada.

Uma semana depois essa pessoa veio a falecer dentro da sua casa, por homicídio. Não somos nós. Não citamos a Deputada, não está indiciada, não está encaminhada. E foi ela que falou do tema aqui agora. Eu só quero esclarecer que não houve perseguição alguma nesse relatório. Esse tema será encaminhado para lá. A Deputada Erika Kokay não está envolvida nesse processo, apenas foi falado que as pessoas que foram lá também tinham ligação política. Mas a Deputada Erika Kokay não está indiciada, não está encaminhada. Não se está pedindo nenhum tipo de investigação sobre ela. E eu não ia falar desse assunto se ela não tivesse falado, porque eu preservei isso durante todo o tempo, mesmo com o massacre que eu tenho recebido nos últimos dias. Eu respeito esses meus colegas.

Peço também, dentro da alínea “d”, de indiciamento e encaminhamento, que está na página 3.020, INCRA e Reforma Agrária, não mencionar tipos penais ligados



ao possível ato de improbidade, encaminhando os fatos e documentos aos órgãos de investigação — todos eles — para que, de fato, possam ter essa situação bem esclarecida.

No que se refere à proposição das folhas 3.080 à 3.085, que sejam promovidas alterações de modo a evidenciar que não se propõe a extinção da FUNAI, mas a sua reestruturação, reorganização e fortalecimento. O desmanche da FUNAI, como foi citado aqui por alguns Deputados, ocorreu, de fato, mas durante o Governo do PT, quando a FUNAI teve uma precarização enorme. A Secretaria Nacional de Saúde Indígena está no Ministério da Saúde; a Secretaria de Educação do Índio está no Ministério da Educação. A nossa sugestão é que isso tudo retorne à FUNAI, que lhe dê o orçamento necessário para estruturar. E a FUNAI seja, de fato, cuidada a partir do ser humano indígena, para que a FUNAI não fique apenas com a demarcação de terra. Que ela fique também com a demarcação de terra, mas que a FUNAI seja uma fundação que cuide do índio, da pessoa do índio, do que o índio quer, para que a FUNAI seja um órgão que tenha relação direta com o índio e que evite os intermediários, os atravessadores, os terceiros interessados.

Aqueles que querem colaborar, que colaborem. São muito bem-vindos aqueles que fazem, de fato, um bom trabalho. Que o continuem fazendo, mas façam formalmente junto com a Fundação que nós queremos reestruturar, recomeçar, reconstituir a partir da vida do índio. Digo isso porque só aumentaram os casos de morte de índios nesses últimos 10 anos, e a maioria não foi por homicídio, em casos de conflito entre branco e índio. A grande maioria dessas mortes foi causada por doenças, por abandono. E é isso o que tem que ser revisto. O Estado brasileiro falhou, e alguns colaboraram para que ocorresse isso.

Também não está no relatório, Sr. Presidente, a retirada dos dispositivos da PEC 215, que transfere para o Congresso Nacional a apreciação final do processo de demarcação de terras indígenas. Esse é um dos itens em que faço sugestão. O terceiro item, no que se refere aos Procuradores Federais e os atos de fundamentadas condutas, aparentemente, antijurídicas, serão remetidas à Corregedoria da Advocacia-Geral da União.

O quarto item. A separação do tópico 9, da relatoria, em dois subtópicos específicos: um para aqueles que queremos que abra a possibilidade do



indiciamento; e outro para encaminhamentos, que é a grande maioria, extirpando a margem para interpretações equivocadas.

Na oportunidade, ressaltamos que o relatório da CPI não sugere indiciamento de qualquer Procurador da República — nunca colocamos isso —, mas sim propõe encaminhamento dos fatos e documentos para que a Corregedoria e o Conselho Nacional do Ministério Público possam averiguar possíveis irregularidades.

Quinto. O encaminhamento dos órgãos de investigação da denúncia apresentada pelo Deputado João Carlos Bacelar a respeito da inconsistência de processo de reconhecimento de terras indígenas. Apenas para anexação.

Em face do exposto, que seja reformulado o relatório final em razão do que agora se propõe e sejam feitas as necessárias adaptações, para harmonizar o texto do conjunto do relatório com essa proposta.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está concluído o seu tempo, Deputado.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu gostaria de pedir mais 5 minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não tem como, porque o Regimento não permite.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu gostaria que V.Exa. me concedesse mais 5 minutos, Sr. Presidente, como Relator desta matéria tão importante.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu gostaria também, Sr. Presidente, de pedir a compreensão dos demais colegas Deputados e solicitar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Vou lhe conceder 2 minutos. Eu não vou abrir exceção, porque não o fiz para nenhum outro Parlamentar.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu deveria ter tempo livre, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, por favor, use seus 2 minutos. Por favor, use-o.



O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - De acordo com o Regimento, V.Exa. vai respeitar o meu tempo. V.Exa. vai respeitar o meu tempo.

Eu gostaria de terminar este momento com algumas colocações. A primeira, que é uma sugestão e um pedido, estou quase rogando a todos aqui. Nos últimos anos, há que se reconhecer, através de nós homens públicos e mulheres públicas de todos os setores do Judiciário, do Executivo e do Legislativo, que falhamos com essas minorias. Passamos muito tempo ouvindo alguns que tentavam ser proprietários desse tema. Quem cuida verdadeiramente dessa base é quem está lá na base. A grande maioria dos vizinhos de índios são produtores. Demonizar o setor produtivo no Brasil não ajuda o País, demonizar as minorias não ajuda o País.

É momento, de fato, de todos fazerem o *mea-culpa* e não se acharem proprietários do tema, entenderem que o Estado brasileiro falhou com todos esses e que quem se aproveita disso e com o caos são aqueles que querem se beneficiar pessoalmente, ou politicamente, ou eleitoralmente, tanto do lado do produtor, como do lado dessas minorias.

Precisamos dar transparência a esse tema. Não podemos mais tratá-lo de forma ideológica, dividindo este País, como muitos fizeram. Não podemos mais ter o nós contra eles. Tem muita gente morrendo por isso. Aumentou em quase 170% a morte de índios no Brasil. Entre 100 índios mortos, 40 são crianças de 1 a 5 anos.

Nós sugerimos — e fica também como sugestão — a hierarquia dessas demarcações de áreas indígenas que precisam ser feitas, buscando, Deputado Moisés, primeiro, aquelas onde os índios estão comprimidos, não abrindo 300, 400 frentes de conflitos, mas, de fato, hierarquizando e priorizando, com grupos de trabalho, de forma transparente, em cada região, terras das quais os índios precisam para ontem. Aquelas outras, onde ainda existe um certo prazo, que podem ser demarcadas, que ainda não tiraram o conforto deles e em que há legitimidade, isso pode e deve continuar sendo debatido.

E nos assentamentos, enquanto algumas organizações sociais continuarem achando que são donas, enquanto continuarem dividindo, fazendo loteamento neste País, vai continuar acontecendo a corrupção. Foram distribuídos 500 mil lotes irregulares. Está na hora de o brasileiro ter seus lotes de acordo com os critérios de



cidadão, independente de participar de sindicato, de organização, ou não, bastando ser brasileiro e preencher todos os critérios.

É momento de tirar o ativismo, é momento de tirar os dois lados, é momento de remar para um caminho só, um cominho de ser um Brasil só, de todos os brasileiros, das minorias, das maiorias.

Falaram aqui em ódio. Eu ouvi tanto ódio aqui nas palavras de acusação pessoal rotulando pessoas. Todos aqui têm a sua ideia, têm o seu valor, têm a sua defesa. Todos nós aqui temos nossas razões. A verdade só vem quando de fato estivermos tendo atitudes que vão melhorar a vida de todos esses brasileiros, de todos, sem exceção, sem exceção, dos que ganham mais e dos que ganham menos.

Esta CPI encerra um relatório, mas ela não é o fim, é o começo de um debate novo para um Brasil novo. O que nós construímos nos últimos anos não ajudou o Brasil, não ajudou esses brasileiros.

Esse é o convite que eu faço a todas as entidades, porque não tenho aqui ódio de nenhuma delas. O que foi citado, faça o *mea-culpa*, se errou. Naquilo em que nós erramos, em que o Congresso Nacional está errando, façamos o *mea-culpa*. Vamos melhorar a legislação, como eu citei aqui no encaminhamento, para de fato termos um Brasil melhor. Se continuarmos achando que aqueles ou vocês estão cheios de razão e nós estamos todos sem razão, não vamos chegar a lugar algum. A razão é discutida quando existe o meio termo, o *mea-culpa*, o passo atrás.

Vamos construir o melhor Brasil, verdadeiro, da humildade e sem preconceito contra nenhum lado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, só 1 minuto.

Obrigado, Deputado Nilson Leitão.

Queria fazer um agradecimento especialíssimo ao Deputado Relator e aos Deputados que exerceram as vice-relatorias, a Deputada Tereza Cristina, que se dedicou muito a este tema, e o Deputado Valdir Colatto. Queria agradecer ao Relator as palavras. Embora S.Exa. tenha a rigidez de querer cumprir o Regimento, foram muito bem-vindas as suas palavras, porque são esclarecedoras no processo.



Estamos em processo de votação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é o artigo, Deputada?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Art. 37.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é o objeto?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Se disser qual é o objeto, qual é o objetivo da questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O art. 37 diz respeito aos relatórios da própria CPI. É absolutamente pertinente com o que estamos discutindo, penso eu, mas V.Exa. tem um poder de filtrar, de analisar e de mitigar o que quer seja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Nunca fora da lei, mesmo que V.Exa. não queira. Pode falar, por favor.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim, quase sempre fora da lei.

O art. 37 diz:

Art. 37. Ao termo dos trabalhos a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com suas conclusões, que será publicado no Diário da Câmara dos Deputados e encaminhado:

I) à Mesa, para as providências de alçada desta ou do Plenário (...);

II) ao Ministério Público ou à Advocacia-Geral da União (...);

E aqui diz em que condições deve ser encaminhado para esses órgãos.

III) ao Poder Executivo (...);

IV) à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria (...);

V) à Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166 (...), da Constituição Federal, e ao Tribunal de Contas (...).



Eu li para onde deve ser encaminhado o relatório, porque o Relator, em vários momentos, disse que iria encaminhá-lo à polícia. Não é previsto o encaminhando do relatório à polícia. E digo mais: esta CPI atuou tanto ao arreio da lei, provocou e criou tantas inimizades com a própria democracia e o arcabouço legal, que chegou a encaminhar para a polícia, antes da conclusão de seus próprios trabalhos, sugestões de indiciamento. Na tentativa de criminalização, ela chegou a encaminhar nomes de indígenas para a polícia, logo no início de seus trabalhos.

E digo sem medo de errar, Deputado, que esta CPI nunca apurou as circunstâncias de um depoimento colhido sigilosamente que cita o meu nome e do qual eu não tinha conhecimento, a respeito de uma propriedade envolvida em trabalho escravo, e nunca apurou o fato de esse depoimento ter sido divulgado em rede nacional.

A rede de televisão tinha o depoimento — ela tinha o depoimento! —, tinha o áudio do depoimento, e eu o escutei, por intermédio do repórter. Nada disso foi apurado. Esta CPI não apurou, não apurou! E esta CPI está divulgando material da ABIN, que é segredo de Estado.

Portanto, esta CPI, desde o início, tem uma profunda ilegalidade. E V.Exa. não pode encaminhar nome algum, de quem quer que seja, para a polícia, porque isso fere o Regimento.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, permita-me responder. É preciso respeitar a fala da Deputada Erika Kokay.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - De qualquer maneira, de parte da Presidência, eu recolho a questão de ordem e respondo oportunamente.

V.Exa. pode responder como Relator.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu não tenho nada contra. Eu vou fazer o que o Regimento me manda fazer.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Eu vou responder em dois momentos.

Diz o art. 1º da Lei 10.001:

Art. 1º O Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso encaminharão o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito



respectiva, e a resolução que o aprovar, aos chefes do Ministério Público da União ou dos Estados, ou ainda às autoridades administrativas ou judiciais com poder de decisão, conforme o caso (...).

A CPI é pública. Pode-se encaminhar o relatório para todos. Não há nenhuma dificuldade quanto a isso. Então, vai para o TCU, vai para todo o mundo. Não há nenhum problema nisso. O nosso relatório não tem por que ser escondido. Não tem nenhum problema. Eu vou assumir todos os meus acertos e todas as minhas falhas. A assinatura é minha. A responsabilidade é daqui da CPI e de todo o mundo que vai votar nele. Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto — e eu não posso nem ficar debatendo isso — é que a CPI trata exatamente dessa incitação, desse aliciamento e de tantas coisas que faz, descumprindo a legislação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputado.

Em votação.

Encontra-se sobre a mesa...

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é o artigo e qual é o objeto?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Art. 128.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é o objeto?

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Diz o art. 128 do Regimento:

Art. 128. Nenhuma proposição será submetida a discussão e votação sem parecer escrito da Comissão competente (...).

Foi anunciada agora na fala do Relator uma série de alterações por escrito. Portanto, nós...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Recolho.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Posso terminar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pode terminar.



O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Nós precisaríamos de mais tempo para saber quais são as alterações, até porque não deu para entender todos os encaminhamentos e todas as alterações que ele está propondo. Então, como nós podemos votar um relatório que não é mais aquele que nós discutimos? Nós entendemos que veio um conjunto de alterações, proposto agora verbalmente pelo Relator. Portanto, nenhum Parlamentar aqui, eu imagino, tem conhecimento das alterações que foram propostas.

Eu duvido, inclusive — até porque talvez não seja só o meu caso —, que alguém se lembre de todas as alterações que ele propôs. Eu não consigo lembrar! Eu não consigo lembrar!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Está gravado. Mas nós vamos votar uma coisa que está gravada, sem que o conteúdo do relatório seja do conhecimento de cada Parlamentar?

Deputado Nilson Leitão, eu acabo de receber uma ligação — inclusive está relacionada a esta questão de ordem —, de D. Roque, pedindo... Pelo que eu entendi da sua fala, V.Exa. está sugerindo retirar da lista de indiciados o nome do D. Roque. Então, D. Roque me pediu que falasse aqui — eu disse a ele que isso é prerrogativa de V.Exa., como Relator — que ou V.Exa. tira o nome de todos ou coloca o nome dele de volta. Esse é o pedido que D. Roque pediu que eu transmitisse.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Parabéns a D. Roque!

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, pedimos que, de ofício — não sei a forma como deve ser feito —, V.Exa. encerre esta reunião e convoque outra para outro momento, a fim de que possamos tomar conhecimento das alterações sugeridas pelo Relator.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Indefiro a questão de ordem, em virtude de as supressões feitas pelo Relator estarem previstas no Regimento. Está indeferida a questão de ordem.

Votação.



Encontra-se sobre a mesa requerimento de adiamento da votação pelo prazo de cinco sessões, apresentado pela Deputada Erika Kokay, e outro, do mesmo teor, apresentado pelo Deputado João Daniel.

Passo a palavra à Deputada Erika Kokay para fazer o encaminho a favor por 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Veja, para além de tudo o que já foi falado sobre as inconsistências deste relatório, nós temos aqui uma descaracterização do Fundo da Amazônia.

Aqui se contestam auditorias independentes, questiona-se por que o TCU não fiscaliza, questionam-se as doações, critica-se inclusive o governo da Noruega.

O relatório é tão ousado na sua lógica persecutória e criminalizante que ele desqualifica a ONU. Ele diz que a ONU mais parece uma confederação de ONGs do que uma organização que reúne Estados soberanos. Fala isso na pág. 1.620. E trata também o relatório, na pág. 2.412, de uma sentença sobre o território indígena Maró, mas não diz que essa decisão foi revogada pelo próprio Poder Judiciário.

Então, o relatório é eivado de inconsistências. Busca criminalizar... Não, vai ser tirado o Padre Roque. Vão tirar também A, B ou C. Na verdade, ele busca criminalizar as lideranças indígenas, porque quer indígena dependente de cesta básica, e não dono da própria terra.

Esta CPI trabalhou durante todo o tempo sabendo aonde ia chegar.

O Deputado Nilson Leitão nem precisava ler este relatório. Aliás, este relatório tem tantas incoerências que nós achamos que este absurdo não sobrevive. Ele não sobrevive! Pode sobreviver nesta Comissão. Esta Comissão foi escolhida ou foi constituída para tirar direitos de indígenas e quilombolas, mantendo o direito ou promovendo a extensão de terras do fundamentalismo patrimonialista e dos ruralistas, que representam 0,08% da população.

Esta CPI, durante todo o tempo, conviveu com posturas da Presidência completamente arbitrárias e discricionárias. Em determinado momento, a Presidência parecia chefe de torcida de futebol, posicionando-se contra posições que não coadunavam com os seus objetivos de aprovar um relatório para utilizar-se dele como um instrumento na busca de retirada de direitos dos indígenas e dos quilombolas.



Em determinado momento era “infantilesca” — e eu não diria infantil, porque as crianças carregam uma pureza, uma criatividade e uma inteligência que nós não vimos aqui — a tentativa de teimar, de ser birrento, de ter uma profusão de birras para tentar desestabilizar o processo e tratar não da discussão e da divergência, dentro do escopo da disputa de ideias e de concepções, mas da tentativa de anulá-las, de impedi-las, de calá-las, de calar o contraditório, de calar a divergência. Isso é o que foi esta CPI, a CPI mais judicializada, pelo que sei, da história desta Casa, uma CPI que não importa se houve vazamento de informações — não importa —, não importa se eu peguei perfis pessoais sem qualquer relação com o objeto de investigação da CPI e coloquei em um relatório. Isso não importa! Não importa se eu estou indiciando religiosos sem ter motivos que justifiquem esse indiciamento.

Aliás, tem razão o Deputado: não se indica; sugere-se o indiciamento. Sugere-se indiciamento e expõem-se os nomes das pessoas, para tentar desqualificá-las nas suas crenças e na sua própria luta, utilizando-se, portanto, desta CPI como instrumento de desqualificação, como instrumento de defesa, como um palanque, ou, talvez, como um *bunker*, como trincheiras armadas, até porque o Presidente desta CPI já chamou os proprietários rurais para se armarem e defenderem o seu próprio território. Por isso, nós queremos adiar a votação do relatório desta CPI por cinco sessões. Não vamos ser cúmplices desta anomalia e não vamos ser cúmplices deste atentado aos direitos e à própria Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está encerrado o seu tempo, Deputada.

Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, temos que votar o adiamento, pois já concluímos o tempo. E já vou encaminhar o voto “não” para o PP e os demais partidos da base.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, solicito que se ponha na tela a orientação de voto para todos os partidos da base: “não”.

Como vota o Partido dos Trabalhadores?

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, o nosso partido...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, eu não permito. V.Exa. não tem a palavra. A palavra está à disposição do Deputado João Daniel.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A palavra está à disposição do Deputado João Daniel. Concederei a palavra para a questão de ordem depois. V.Exa. não vai fazer a questão de ordem quando bem entender.

Por favor, Deputado João Daniel, V.Exa. está com a palavra para orientação de voto. (Pausa.)

Deputado João Daniel, V.Exa. tem a palavra para orientação. O seu tempo está correndo.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, nós estamos acompanhando este debate e acompanhamos a fala do Relator. Eu queria levar a minha mais alta solidariedade aos homens públicos decentes, a exemplo do nosso Presidente do CIMI, que sabe muito bem que esta CPI quer discriminar, perseguir e massacrar os povos indígenas, os mais pobres, os mais fracos. Por isso, nós não temos dúvida de que este relatório não pode ser aprovado e pedimos a sua retirada da pauta. Por isso, nós votamos “sim”, pelo adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O Partido dos Trabalhadores vota “sim”.

Como vota o PPS?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Presidente, a ONU, num relatório muito importante que faz a defesa das comunidades tradicionais, afirma o seguinte: *“Os riscos que enfrentam as populações indígenas são maiores do que nunca, desde a adoção da Constituição de 88”*. E aí faz referência, por exemplo, à PEC 215. Além dos indiciamentos, para mim, uma das coisas mais preocupantes desta Comissão são as recomendações, os encaminhamentos, que acabam trazendo prejuízos muito grandes, como, por exemplo, a extinção da FUNAI.

Todos nós sabemos que a FUNAI precisa ter estrutura de funcionamento, estrutura de trabalho. Extinguir a FUNAI é um erro tão ou mais grave que não se ter, de fato, estrutura de trabalho.

Então, essas recomendações que constam neste relatório são muito preocupantes. Daí a necessidade de se reprová-lo.



O PPS vota “sim”, Sr. Presidente, ao adiamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Moisés Diniz por 1 minuto, para orientar.

O SR. DEPUTADO MOISÉS DINIZ - Sr. Presidente, o PCdoB vota “sim”.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Peço a palavra pelo PSOL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O PSOL não tem membro na Comissão, portanto, não pode votar.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Votamos, de acordo com o art. 192, § 2º, do Regimento Interno. Há pouco V.Exa. permitiu.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é o artigo da questão de ordem?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É o art. 192, que diz respeito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é o objeto?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O objeto é a orientação.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - É o mesmo que eu estou usando aqui para...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. permite que eu possa usar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Se V.Exa. me disser o objeto, sim; do contrário, não.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu já lhe disse. É orientação de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Se disser respeito à orientação, já foi orientado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim, Sr. Presidente. Deixe-me dizer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. não tem a palavra para orientação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, eu não vou orientar. Eu estou fazendo uma questão de ordem, porque houve uma falha na orientação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Então, peço a V.Exa. que me diga o objetivo.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Estou lhe dizendo, Presidente. Houve uma falha na orientação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não houve falha!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Deixe-me lhe dizer. Se V.Exa. permitir que eu diga...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pois não. Então, diga...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. está respondendo a uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não. V.Exa. vai me dizer objetivamente, sem comentários, porque, senão, vou lhe tirar a palavra.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. tem que me deixar dizer qual é a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Então, diga a questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - V.Exa. não pode respondê-la antes de saber qual é.

O art. 192, § 2º, do Regimento Interno diz o seguinte:

Art. 192.....

§ 2º (...) cada Líder poderá manifestar-se para orientar sua bancada, ou indicar Deputado — ou Deputada — para fazê-lo em nome da Liderança, pelo tempo não excedente a um minuto.

O que fez V.Exa.? Está tão natural o arbítrio que V.Exa. nem percebe. V.Exa., como Presidente desta Comissão, ofertou orientação para toda a base governista. V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O Deputado Luis Carlos Heinze fez orientação. V.Exa. não tem razão!

(Intervenção simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nenhum Líder...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está indeferida a sua questão. Está indeferida! Está indeferida!

(*Intervenção simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O Deputado Luiz Carlos Heinze fez a orientação.

Como vota a Minoria?

(*Intervenção simultâneas ininteligíveis.*)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Calma! Calma! Não é no grito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não entra nisso, meu amigo!
Não entra nisso!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não é no grito nem na bala!

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, peço que deixe a Deputada Erika Kokay concluir.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não é nem no grito nem na bala!

(*Intervenção simultâneas ininteligíveis.*)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nem no grito nem na bala!

(*Intervenção simultâneas ininteligíveis.*)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nem no grito nem na bala! Nem no grito nem na bala!

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Nem no grito nem na bala!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nem no grito nem na bala!

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Aqui não vai ter grito nem bala!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concedo 1 minuto para orientação da Minoria.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nem no grito nem na bala! Nem no grito nem na bala!

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - A bancada ruralista não vai ganhar nem no grito nem na bala!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nem no grito nem na bala! Nem no grito nem na bala!

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Não vão ganhar nem no grito nem na bala!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está correndo o tempo da Minoria.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Não vão ganhar no grito nem na bala!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Se o Deputado João Daniel continuar falando, V.Exa. vai perder o seu tempo para se manifestar, Deputado Tattó. E aí é problema de S.Exa.

Concedo a palavra a V.Exa., Deputado Nilto Tattó, por 1 minuto, pela Minoria.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Então, peço a V.Exa. que reponha o tempo, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, quem lhe tirou 1 minuto foi S.Exa.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - V.Exa. tirou o som, Sr. Presidente! V.Exa. tirou o som daqui!

(Não identificado) - Está tudo bem. Reponha 1 minuto para ele, Sr. Presidente. É só 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Reponha o tempo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com educação, meu amigo. Não tenho lhe tratado mal.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Falo com a mesma educação com que V.Exa. nos trata.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Educação V.Exa. não tem! V.Exa. não tem educação! Nem têm esses aí! Esses são absolutamente raivosos. Olha a bala!

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Eu queria conversar aqui com o Deputado Nilson Leitão.

Deputado, V.Exa. fez uma série de alterações e as apresentou aqui oralmente. Não é honesto que V.Exa. mesmo peça que encerremos esta discussão ou, de repente, esta sessão, para que todos possamos analisar as alterações? Senão, vai ficar parecendo que, quando se faz uma alteração... Não sei qual alteração foi feita. Os procuradores foram tirados de um lugar e colocados em outro. Depois, anuncia-se que se vai tirar o Arcebispo D. Roque de um lugar. Eu não



entendi os outros. Não aguentou o tranco? Vai ficar parecendo que V.Exa. está fazendo política, que não aguentou o tranco de outros lugares.

Os antropólogos da Associação Brasileira de Antropologia — ABA — disseram isso. De repente, V.Exa. não aguentou o tranco que veio de outro lugar, porque V.Exa. está criminalizando a academia.

Então, peça...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está encerrado o tempo de V.Exa. Está encerrado o tempo de V.Exa.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. não tem tempo para orientação, porque V.Exa. não tem bancada na...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está em votação requerimento.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. Os que são contrários se manifestem. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Isso é uma canalhice, é autoritarismo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está rejeitado o requerimento.

Passa-se ao próximo requerimento de adiamento de votação ou para votação da matéria.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. não é membro. Não pode orientar. Vai orientar quem?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Como Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. não é membro!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Como Deputado, eu tenho direito!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Apresente questão de ordem, se quiser.

Está prejudicado o requerimento do mesmo teor apresentado pelo Deputado João Daniel.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu queria falar, por favor.
V.Exa. não pode cassar a minha palavra! Eu tenho direito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu não preciso cassá-la.
V.Exa. não a tem.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu sou tão Deputado quanto V.Exa. V.Exa. não vai cassar a minha palavra! Nós não temos membro na Comissão, mas eu tenho direito de falar! Eu tenho direito regimental. A assessoria precisa orientar corretamente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço a V.Exa. que se sente.
Requerimento de adiamento de votação.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de adiamento de votação por três sessões.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu tenho direito! Eu tenho direito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não bota a mão aqui! Não bota a mão aqui!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu tenho direito! Eu tenho direito a falar!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Encontra-se sobre a mesa requerimento.

Peço que se sentem em seus lugares, por favor.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Peço que me conceda a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que V.Exa. se sente na sua cadeira, se quiser falar, Deputado Edmilson Rodrigues.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Encontra-se sobre a mesa requerimento de adiamento de votação pelo prazo de três sessões, apresentado pela Deputada Eliziane Gama.

Deputada Eliziane, V.Exa. tem a palavra por 5 minutos.

O requerimento, na forma do art. 117 do Regimento Interno, é para adiamento de votação do relatório da CPI da FUNAI e do INCRA pelo prazo de três sessões.

V.Exa. está com a palavra para argumentação por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é a questão de ordem?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - É o mesmo artigo citado pela Deputada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. não pode apresentar questão de ordem.

(Não identificado) - V.Exa. não é membro. Leia o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Edmilson Rodrigues, isso pode ser absurdo, mas é regimental. Peço a V.Exa. que deixe a Deputada se manifestar a respeito dessa questão, e eu lhe darei a palavra. Não há problema.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, V.Exa. não pode apresentar questão de ordem neste momento. Nós estamos em processo de votação.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não estamos em processo de votação, estamos na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra a Deputada Eliziane Gama. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A palavra está a sua disposição, Deputada Eliziane Gama.

Por favor, eu gostaria que os Deputados não fizessem discussão paralela, porque, senão, nós não vamos conseguir ouvir.



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está bem.

Por favor, peço som para a Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu queria colocar aqui alguns pontos que eu julgo de muita importância e que infelizmente não foram respeitados no processo legislativo durante a existência desta Comissão, resultando nesse relatório vergonhoso.

Veja bem, Presidente, desde a instauração da primeira CPI sobre o tema, em 2015, os trabalhos da Comissão sempre foram direcionados ao atendimento de diligências, à inquirição de testemunhas e a requisição de documentos que atendessem aos interesses dos Parlamentares que dirigiam esta Comissão, diga-se de passagem, os ruralistas.

Apenas a título de exemplo, há mais de 1 ano na Comissão, os seguintes requerimentos do Deputado Arnaldo Jordy, que, como outros, seriam importantes para a elucidação dos fatos investigados, não foram sequer deliberados. Nesse sentido, eu faço questão de fazer esse destaque, porque o Relator Nilson Leitão, quando fez um pedido de esclarecimento, citou, por exemplo, que nós não estaríamos dando contribuições.

Além dos destiques que nós apresentamos, que serão votados daqui a pouco, nós fizemos e protocolamos alguns requerimentos nesta Comissão, e esses requerimentos não foram sequer colocados para apreciação, passaram como se fossem inexistentes. Ou seja, qual a contribuição que nós, que temos preocupação com as comunidades indígenas, poderíamos dar, se os nossos requerimentos não foram sequer apreciados? Senão, vejamos, Presidente.

O Requerimento nº 93, que solicitava fosse submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido de convite ao Sr. Zulu Araújo, ex-Presidente da Fundação Palmares, para tratar sobre a demarcação de áreas remanescentes de quilombos no Brasil, não foi apreciado. E aí eu quero concordar com o Deputado Nilson Leitão, no sentido de que o Brasil não sabe o que é demarcação de terras.

No Governo anterior, o da Presidente Dilma, nós não tivemos demarcação coisa nenhuma, e esse assunto deveria ter sido tratado nesta Comissão, e não foi,



Deputado Nilson. Em relação aos convites e requerimentos que nós apresentamos para apreciação, V.Exa., que fez aqui uma crítica, poderia ter tido uma contribuição melhor para o relatório se tivesse ouvido e aprovado esses requerimentos. Na verdade, esses requerimentos não foram sequer apreciados.

Outro exemplo é o Requerimento nº 92, que solicitava fosse submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido de convite ao Dr. Felício Pontes, Procurador do Ministério Público Federal no Pará, para tratar sobre os conflitos nas demarcações de terras indígenas e de quilombolas no Estado do Pará. Não foi sequer deliberado.

O requerimento que solicitava o convite à Dra. Samia Roger Jordy, Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Indigenistas da OAB-MS, para tratar sobre a demarcação de terras indígenas, não foi sequer apreciado.

O requerimento que solicitava deliberação por parte desta CPI para convite ao Sr. Carlos Ayres Britto, Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, para discorrer sobre a sua experiência, quando do acompanhamento e julgamento do processo judicial relativo à demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que tramitou no Supremo Tribunal Federal, não foi sequer apreciado.

Então, o que aconteceu foi que, na maioria, os requerimentos de convocações e os que requisitavam documentos para esta Comissão não foram apreciados, se não estivessem dentro da conveniência de quem estava na direção desta Comissão.

Porém os requerimentos de quebra de sigilo do Instituto Socioambiental — ISA, da Associação Brasileira de Antropologia — ABA, do Conselho Indigenista Missionário — CIMI e do Centro de Trabalho Indigenista — CTI foram todos apreciados. Aliás, diga-se de passagem, na CPI anterior nós já tínhamos resultado de liminar junto ao Supremo Tribunal Federal impedindo a quebra desses sigilos. Mesmo assim, a CPI faz uma ação reiterada, no meu entendimento, desafiando o Supremo Tribunal Federal, a Suprema Corte brasileira, em decisões já proferidas. Mesmo assim, a CPI continuava pedindo a quebra de sigilo, sobretudo dessas empresas, ou melhor, dessas entidades, e deixava as empresas e os empresários de lado, passando incólumes, alguns inclusive investigados pela Polícia Federal por homicídio.



Diante de tudo isso, Presidente, este relatório não pode ser aprovado, e é por isso que nós protocolamos o pedido de adiamento. Eu espero que haja sensibilidade dos colegas em relação a este requerimento que nós apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze, para se manifestar contrariamente.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, nós temos que votar esta matéria com urgência. Faz muito tempo que estamos enrolando com este tema. Portanto, votamos contra o requerimento e pedimos o encaminhamento do voto contrário para toda a base.

O voto da base toda é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Solicito que se coloque na tela toda a manifestação de votos de partidos da base.

Imediatamente, concedo a palavra, para posição de voto, ao Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, peço a palavra para questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Só aguarde a manifestação do PT. Em seguida, eu lhe concederei a palavra. E V.Exa. não pode apresentar questão de ordem, porque V.Exa. não é membro desta Comissão.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Posso, Sr. Presidente. E eu direi a V.Exa. onde está a permissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu darei 1 minuto a V.Exa para orientar o voto. Seja compreensivo. É o Regimento.

O Partido dos Trabalhadores como vota?

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o nosso voto a este requerimento será “sim”, porque acreditamos que é preciso adiar este debate, esta discussão, para podermos analisar as mudanças que o Relator apresentou aqui, ver se elas são relevantes ou não, ver como fica esse processo, porque nós, simplesmente, não podemos aqui tomar uma decisão, votar, sem conhecer de fato as mudanças propostas pelo Relator.

Por isso, eu acho que é importante nós adiarmos este debate, esta discussão, e a votação. É importante suspendermos esta sessão, para em outra oportunidade



nós votarmos o relatório, que é muito ruim. É um relatório que agride os direitos dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Encerrado o seu tempo, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Edmilson, para uma manifestação de 1 minuto, para orientação de voto pelo PSOL.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu invoco o art. 74, IV, que remete ao art. 57, XXI, e ao art. 95...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. está gastando o seu tempo de 1 minuto. V.Exa. não pode apresentar questão de ordem.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu vou gastar do jeito... É o art. 95 que garante a questão de ordem e diz:

Art. 95. Considera-se questão de ordem toda dúvida sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática exclusiva ou relacionada com a Constituição Federal.

Então, eu como Deputado — e isso ninguém questiona que eu seja —, tenho o direito de fazer questão de ordem em qualquer lugar deste Parlamento, em qualquer Comissão. Eu usei a palavra para dizer que é regimental que eu tenha direito a encaminhar a posição do partido. Trata-se da posição do partido, que representa uma parcela da população, ainda que seja um partido pequeno.

É o art. 192, § 2º, que me garante isso, como membro de um partido. Eu não estou pedindo um favor. Poderíamos ser um partido grande. Eu já fui do PT e saí quando o Lula assumiu a Presidência por divergências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O seu tempo está acabando, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Então, por ser coerente ideológica, programática e politicamente, eu sou de um partido pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é a orientação?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu tenho o direito de fazer os encaminhamentos pelo PSOL, porque aqui eu represento o meu partido.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu vou encerrar o seu tempo.

Como vota o PPS, por favor?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Naturalmente, Presidente, o PPS vota pelo adiamento da votação, porque o requerimento é de nossa autoria. É sempre bom lembrar que esta CPI não está usando de manobras apenas agora na votação do relatório. As manobras aconteceram inclusive diante das pequenas diligências que foram feitas, porque não eram anunciadas com o devido tempo previsto para termos um nível de organização e participação nessas diligências. Aqui mesmo, suspende-se uma reunião e fica-se no plantão, porque não há organização, não se anunciam as coisas com antecedência, para que se possa participar, sem prejuízo, do transcorrer dos trabalhos da Comissão. Então, essas manobras estão acontecendo não é de hoje, mas há muito tempo, Presidente.

Nós, possivelmente, vamos votar este relatório hoje, e ele é fruto simplesmente de manobras arquitetadas para se tentar chegar a um resultado que possa ser de interesse dos ruralistas desta Casa.

O PPS vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Moisés Diniz, por favor, pelo PCdoB.

O SR. DEPUTADO MOISÉS DINIZ - Sr. Presidente, lamentavelmente, as palavras de pedido de diálogo caíram em cima dos pedregulhos e não floresceram, mas acredito que ainda há tempo. Se alguém pegasse todos os Deputados daqui e os colocasse em cima do Everest e dissesse: "*Os senhores vão ter que ficar 10 dias aí, só na bolacha e na água, para chegarem a um acordo*", nós ainda assim não chegaríamos a um acordo.

Contudo, considerando que o Deputado Nilson Leitão fez mudanças no relatório agora, e ele reconheceu isso, eu acho que seria de bom senso, querido Presidente, adiar a votação, suspender esta sessão, para termos acesso ao relatório físico, para podermos nos posicionar e votar. Acredito que V.Exa. atenderá a esse apelo da democracia. Do contrário, o PCdoB vota "sim".

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra a Liderança da Minoria por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Presidente, eu acho que é bem isto mesmo: deveríamos invocar o bom senso. É necessário que o conjunto dos Parlamentares aqui tome conhecimento das alterações que foram propostas verbalmente pelo Relator.

Nos discursos de ontem e de hoje, o Relator disse que não queria falar aqui dos graves problemas que encontrou para elaborar o relatório, mas não apresentou nenhum documento que justifique o pedido de indiciamento de ninguém. Não apresentou nenhum documento! Não está lá no relatório nem está no amontoado de papel daquilo que se chama de relatório. E lembro que este relatório é para atender casos particulares de Deputados de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso do Sul. É um relatório muito parcial.

Então, nós vamos pedir o adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Encerrado o seu tempo, Deputado.

Vamos à votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. Os que são contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Rejeitado.

Vamos dar início à votação do relatório.

Declaro, portanto, encerrado o prazo para apresentação de destaques.

Foram apresentados 3 destaques. (*Pausa.*)

Invoco o § 2º do art. 186 do Regimento Interno:

Art. 186.....

.....

§ 2º Quando algum Deputado requerer votação nominal e a Câmara não a conceder, será vedado requerê-la novamente para a mesma proposição, ou para as que lhe forem acessórias.



Esse entendimento foi confirmado na Questão de Ordem nº 361, de 2013. Não é possível a reapresentação de requerimento de votação pelo processo nominal rejeitado, ainda que em nova sessão.

Declaro, portanto, prejudicados os requerimentos para votação pelo processo nominal e informo também que não serão admitidos novos requerimentos que solicitem votação pelo processo nominal.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Tenho uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é a questão de ordem, Deputada?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Ela é baseada no art. 180, § 7º. Eu quero explicar a minha votação nesses 3 últimos requerimentos. Dê-me 1 minuto para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. tem 1 minuto, Deputada, por favor.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - O que eu quero justificar, Sr. Presidente? Nós votamos contra a recomendação que o PSB fez nessas três últimas votações nominais e justificamos da seguinte maneira: esta CPI da FUNAI e do INCRA foi criada para criminalizar apoiadores dos direitos humanos, dos povos indígenas, dos quilombolas e dos assentados da reforma agrária, entre outras questões, Sr. Presidente.

Mais à frente, quando for feita a votação do relatório, nós queremos justificar outra vez a nossa votação, por favor.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para encaminhamento de votação, teremos dois oradores contrários e dois oradores favoráveis ao relatório.

Quem fará o encaminhamento contrário?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Farei encaminhamento contra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A Deputada Eliziane Gama se inscreve para falar contrariamente ao relatório.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Eu falarei contra também.



O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu quero falar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A Deputada Janete Capiberibe havia pedido anteriormente, então as duas falarão contra.

Os Deputados Valdir Colatto e Tereza Cristina falarão a favor do relatório.

A palavra está à disposição da Deputada Eliziane Gama, para fazer a argumentação contrária ao relatório, pelo prazo de 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, para que eu me programe, eu tenho 5 minutos? (*Pausa.*)

Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Presidente, nós, infelizmente, daqui a pouquinho, estaremos fazendo a votação deste relatório, e, por tudo o que nós já acompanhamos aqui, fica muito claro que este relatório será aprovado por esta Comissão, o que é muito triste.

Eu falo que é muito triste, Presidente, porque eu sou Deputada Federal hoje, já fui por duas vezes Deputada Estadual e, durante toda a minha vida eu lutei para reduzir os conflitos de comunidades minoritárias, de comunidades tradicionais, a exemplo de comunidades indígenas, quilombolas, etc.

Eu sou de um Estado em que conflitos no campo são extremamente presentes. E sempre me revoltou muito a falta de atenção do poder público em relação a essas comunidades, a demora. Todos os que acompanham aqui essas comunidades sabem o que significa a falta de demarcação de uma terra, a falta de garantia de um território.

No meu Estado do Maranhão, nós vivemos isso com muita frequência. Agora mesmo estamos acompanhando conflitos envolvendo comunidades tradicionais, povos indígenas, como o povo gamela. O povo krikati, anteontem, sofreu mais uma tentativa também de massacre — porque esse é o objetivo quando a pessoa desfere tiros, o que realmente fica muito claro. Mas, graças a Deus, não houve feridos graves nesse conflito de agora do povo krikati, mas houve do povo Gamela, que correram inclusive o risco de serem mortos.

Nós não sabemos o que vai acontecer nas próximas semanas, nos próximos dias, porque a comunidade gamela, por exemplo, está sendo protegida pela Polícia Militar, que está lá fazendo um plantão. Mas é claro que os policiais não vão ficar lá



muito tempo, até por conta da própria estrutura da Polícia no Estado. Então, nós não sabemos o que vai acontecer.

Tudo isso é fruto da falta de atenção com as demarcações das nossas terras. Por isso, nós criamos uma Comissão que poderia fazer uma investigação, é claro, sobre a falta de ação enérgica da FUNAI, a falta de demarcação. Por que as terras não foram demarcadas até o presente momento? O Governo passado foi o pior na história da democracia brasileira em relação às nossas comunidades indígenas.

Nada disso é levado em consideração por esta Comissão. Houve a apresentação da conclusão desta CPI na mesma semana em que estamos vivendo um aumento de conflitos agrários, que têm aumentado ano após ano. O relatório da Comissão Pastoral da Terra — CPT que foi apresentado agora é preocupante: o número de conflitos aumentou em 2015 em relação a 2014, aumentou em 2016 e vai aumentar em 2017, porque, só nos primeiros dias deste ano, registramos mais de 15 assassinatos. Então, este é o retrato que nós temos.

Existem vários países do mundo que enviam e fazem, na verdade, os seus questionamentos ao Brasil pela falta de cumprimento das convenções. Isso é burlar convenções e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, mas, infelizmente, não há de fato o cumprimento.

E houve o nascimento e a criação de uma CPI que é vergonhosa. Quando você conversa com o pessoal do Conselho Indigenista Missionário — CIMI, você sente a luta. São jovens inclusive, que vão lá para o campo e passam dias a fio enfrentando a arma, a bala. A arma é apontada para o peito dessas pessoas, dessas entidades, que sobrevivem e vivem pela misericórdia de Deus na vida delas.

Mas, mesmo sem terem apoio, mesmo sem terem estrutura, o que existe é uma criminalização dessas organizações, que, diga-se de passagem, têm primor pela utilização dos recursos, pela aplicação dos recursos. Todos os instrumentos de transparência são por elas apresentados, para garantirem o bom funcionamento e a aplicação correta desses recursos. E agora nós vemos a criminalização dessas entidades.

Está tudo consignado aí nesse relatório: indiciamentos vergonhosos, encaminhamentos preocupantes. São PECs e medidas provisórias que chegam a



esta Casa sem obedecer aos critérios elementares de normais legais, que infelizmente não são levados em consideração.

Agora nós temos um relatório cuja constitucionalidade também vamos questionar. Assim como não compreendemos a realização desta CPI, também entendemos que não haja embasamento legal e constitucional suficiente para garantir que, de fato, esse relatório possa ser legal, possa ser concebível e possa ter um mínimo de razoabilidade. Infelizmente, ele não tem isso.

Sr. Presidente, o PPS pede e encaminha o voto contrário à aprovação deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O Deputado Valdir Colatto tem a palavra, para encaminhar favoravelmente.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, certamente nós vamos votar esse relatório, que traz a transparência do que está acontecendo com relação à FUNAI e ao INCRA. Nós vamos realmente implantar uma política indigenista para o Brasil, uma política para os assentamentos da reforma agrária.

E, com certeza, aqueles que nos criticam agora vão nos aplaudir amanhã, porque nós vamos, sim, atender os sem-terra e os indígenas, fazendo uma limpeza ética e moral e também contemplando a questão de como conduzir um processo administrativamente correto.

Por isso, nós recomendamos o voto “sim” a todos os Deputados da base. O nosso voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra a Deputada Janete Capiberibe, por 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente e colegas Parlamentares, a discussão e o encerramento do relatório final desta CPI da FUNAI e do INCRA coincide com a violência crescente contra os povos indígenas e de quilombos e os assentados da reforma agrária diante de um governo — infelizmente tenho que dizer — que rasga os princípios fundamentais da Constituição de 1988, os direitos humanos dessas pessoas.

Cito o massacre de nove trabalhadores rurais no Município de Colniza, no Mato Grosso; o ataque aos índios gamelas no Maranhão; o ataque aos líderes



quilombolas de Marobá dos Teixeira, em Minas Gerais; o assassinato da Presidente da Associação de Moradores do Assentamento 1º de Janeiro, a Kátia Martins, dentro de casa, no Município de Castanhal, no Pará; o assassino do trabalhador rural Etevaldo Soares Costa em Eldorado dos Carajás, no sudeste do Pará; o assassinato de Waldomiro Costa Pereira, militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Parauapebas, no Pará, num ataque à UTI do Hospital Geral — vejam bem! —, onde se recuperava do atentado que sofrera dias antes, no seu lote, em Eldorado dos Carajás.

Há uma escalada de violência sustentada por discursos de ódios e propostas legislativas injustas, bancadas pelo poder econômico, com a conivência dos três Poderes, que se omitem de promover a justiça, a igualdade e a democracia. O Estado brasileiro não garante aos pequenos donos da terra seu pedaço de chão.

No Ministério da Justiça, um ruralista milita pela retirada dos direitos indígenas na CPI da FUNAI e do INCRA. Há a criminalização dos indígenas, dos movimentos sociais e dos apoiadores dos direitos humanos dos povos indígenas e de quilombos e dos assentados da reforma agrária. Querem dar fim à FUNAI. Decretos legislativos querem anular as homologações e titulações.

No Executivo, nove processos de homologação de terras indígenas estão sendo desfeitos, quando só faltava o Presidente assiná-los. E fazemos um apelo neste momento: que o Relator, que a Presidência desta CPI faça conversações com o Ministro da Justiça para que este fale com o Presidente da República e esses processos de homologação de terras indígenas que já estão prontos sejam assinados e publicados no *Diário Oficial da União*.

Ao mesmo tempo em que se fala que os povos indígenas estão morrendo, estão recebendo cestas básicas, que suas crianças estão desnutridas, os dados do IBGE de 2010 nos dão notícia do crescimento do número de indígenas no País como um todo. No entanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Deputados desta CPI, isso se deu graças à demarcação das terras indígenas, à entrega das terras indígenas ao índio, para que dela e nela ele possa sobreviver com a sua família.

Nós concluímos aqui as nossas palavras lembrando o que aconteceu com a antropóloga, Dra. Flávia Cristina, que deve receber o desagravo por parte da Câmara dos Deputados e desta CPI. Ela é citada nominalmente no requerimento de



criação da CPI e a ela é imputada a prática de delitos, como a fraude na elaboração do laudo antropológico que fundamentou a declaração de tradicionalidade da ocupação da Terra Indígena Guarani Mato Preto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, está concluído o seu tempo.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra a Deputada Tereza Cristina, para falar favoravelmente ao relatório.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu acho que nós estamos chegando ao final de uma CPI que foi muito agitada. Mas espero que possamos deixar aqui um legado, para que sejam apuradas todas as irregularidades e todas as instituições e pessoas que as tenham cometido. E, mais do que isso, espero que possamos deixar um legado que nos permita andar para frente.

Eu acho que nós fazemos política olhando para frente, não olhando pelo retrovisor. Com certeza, poderemos melhorar a reforma agrária no Brasil, a demarcação de terras dos índios, a vida dos indígenas e dos quilombolas, que precisam de apoio. Não adianta dar só a terra, precisamos dar assistência técnica, orientação, educação, saúde.

Eu vejo dizerem, às vezes de maneira torta, que, no meu Estado, morreram este ano mais de 60 indígenas. Morreram mesmo, mas morreram de doenças. Houve crianças que morreram de desnutrição, índio que matou índio. Enfim, poucos índios e produtores rurais entraram em conflito.

Houve conflitos, sim, mas por incitação de alguns, que não querem ver essas demarcações caminharem de maneira célere.

Quando se faz injustiça tanto de um lado quanto de outro, é claro que se vai para a judicialização. É isto o que acontece hoje: nós não conseguimos fazer uma demarcação de terra sem judicializar. E é com isso que nós precisamos acabar.

Precisamos priorizar essas áreas, como foi feito com a reforma agrária no passado. Hoje praticamente não existe conflito. Só existe conflito lá no Norte, mas aqui não existe mais, porque, com relação às terras que os produtores rurais



colocam à venda, o INCRA vai lá, faz a avaliação correta, compra e assenta os trabalhadores rurais.

Mas também precisamos caminhar muito no que diz respeito a essas regras, para assentarmos as pessoas que realmente têm relação com a terra, têm vocação com a terra.

Portanto, Sr. Presidente, eu encaminho a favor desse relatório, para que possamos fazer justiça a essas minorias no Brasil e também aos produtores rurais, que são trabalhadores, que põem comida na mesa dos brasileiros. Precisamos acabar com isso de “nós e eles”. Nós todos somos brasileiros, todos temos direito à terra. Temos um território enorme, onde todos podem produzir e viver de maneira decente e de maneira justa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para orientar, como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”, com a concordância da base do Governo, e pede que todos coloquem “sim”, porque esse relatório realmente vai fazer história no Brasil.

Precisamos votar “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Toda a base aliada vota “sim”.

Como vota o Partido dos Trabalhadores?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Veja, Sr. Presidente, nós temos que entender que uma CPI não pode ter esse caráter discricionário e esse caráter dirigido.

Aqui se fala que é preciso investigar as suspeitas, mas estão sendo indiciadas pessoas sobre as quais não paira nenhuma prova ou nenhum indício. A única coisa que a Associação Brasileira dos Antropólogos — ABA faz é dirigir ou representar uma categoria de profissionais fundamentais para o País, para entendermos este País e para pagarmos as dívidas que temos.

Por outro lado, os latifundiários envolvidos em grandes operações — estes, sim, já indiciados; estes, sim, presos; estes, sim, com uma série de processos judiciais — não fazem parte do relatório.



Então, não sejamos cínicos. Esse relatório é para criminalizar quem defende os direitos indígenas e quilombolas. Por isso, nós somos contra o relatório...

(*Desligamento automático do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Encerrado o tempo, Deputada.

Com a palavra o Líder do PCdoB.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A palavra é para encaminhamento. Nós estamos no encaminhamento. O tempo é de 1 minuto.

(Não identificado) - É para orientação! É para orientação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Ah, é para orientação! Desculpem-me, é para orientação.

Com a palavra o Líder do PCdoB.

O SR. DEPUTADO MOISÉS DINIZ - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lamentavelmente a possibilidade de diálogo foi esgotada, foi jogada no lixo — eu lamento. V.Exas. não estão vencendo ninguém, porque as pessoas que estão criminalizando já estão vencidas desde Cabral.

Nas aldeias indígenas, nas comunidades rurais, as nossas crianças têm que colocar sacos nos pés para irem para a escola. Nossas crianças morrem nas aldeias indígenas. E alguns aqui vão seguir andando de helicóptero ou de limusine.

Eu lamento, apenas lamento. Sou comunista há 32 anos, mas não sou um radical. Minha formação é religiosa, católica. Achei que era possível o diálogo, ganhar tempo, construir um relatório minimamente decente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está encerrado o tempo, Deputado. Por favor.

O SR. DEPUTADO MOISÉS DINIZ - Mas, infelizmente, por causa da indecência que está sendo votada aqui, o PCdoB vota contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o PPS, para orientação da bancada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, nós vemos uma contradição muito clara dos ruralistas da Comissão quando eles falam que estão aqui para defender os povos indígenas.



Veja bem: se não existe demarcação há décadas, na história do Brasil, o que a CPI ainda faz? Ela joga uma pá de cal na demarcação do Brasil. Ela pede que sejam revogados e anulados os 21 decretos editados no dia 1º de abril de 2016, que declaravam os imóveis rurais como de interesse social, para fins de reforma agrária. Ela pega todos os processos que estão em processo de demarcação e garantia de titulação da terra e os barra, anula, começando do zero de novo.

Lembro aquela história de um colega Deputado que fazia campanha e dizia: “*Pior do que está não fica*”. Mas isso aconteceu aqui, onde o que já estava ruim ficou pior agora, com a orientação e a condução dadas por este relatório.

O PPS vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues, por 1 minuto, para orientação.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, quero apenas dizer que acho que razoabilidade e racionalidade foi o que a Oposição pediu.

Depois da fala do Relator, ficou claro que nem S.Exa. tinha certeza de que o relatório dele estava totalmente correto. S.Exa. apresentou várias mudanças verbalmente. Como se aprova um relatório com mudanças verbais? Nós sabemos que, na hora de redigir, uma vírgula pode determinar uma guerra. Então, por isso, seria de bom senso ter sido suspenso o relatório, não mantido.

Parabenizo aqueles que dizem “não”, para não legitimar um relatório que, no afã de dizer que quer fortalecer a FUNAI e a política de reforma de agrária, destrói o pouco que existia.

A política indigenista e de reforma agrária no Governo da Dilma foi sofrível, uma tristeza! Por isso, não foi justa a Deputada Tereza Cristina ao dizer que todos que são contra o relatório não criticaram as políticas.

Agora, o que está proposto destrói...

(*Desligamento automático do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Encerrado o seu tempo, Deputado.

Concedo 1 minuto para a Minoria.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Sr. Presidente, a Minoria vota lembrando a história dos povos indígenas.



Eu quero relembrar aqui, nestes 30 segundos, o pajé Raimundo, que retomou, com a sua morte, no primeiro semestre deste ano, o cemitério que tinha sido queimado, destruído pelos latifundiários no Município de Porto da Folha. Ele, ao morrer, disse: “*Eu quero retomar o cemitério dos povos xokós*”. Ele foi enterrado no meio da Caatinga, onde se retomou o cemitério.

Nós precisamos relembrar a história, a luta e a vida dos povos indígenas, que lutaram e que são a verdadeira nação originária deste País.

Portanto, o nosso voto é “não”. Não podemos concordar com esse relatório, que é criminoso contra os povos indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Em votação o relatório, com as alterações promovidas pelo Relator, ressalvados os destaques.

Os que concordam permaneçam como se encontram, os que discordam se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, nomine, por favor, os que votaram contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A Deputada Erika Kokay, o Deputado Valmir Assunção, o Deputado Nilto Tatto, a Deputada Janete Capiberibe, o Deputado João Daniel e o Deputado Moisés Diniz votaram contra.

Está aprovado o presente relatório. (*Palmas e apupos.*)

Vamos votar os destaques.

Trata-se de DVS, destaque para votação em separado. Matéria destacada é considerada não votada quando da deliberação do relatório do relator. Assim, para que venha a integrar o texto do relatório, é necessário que a matéria seja aprovada.

Dessa forma, aqueles que concordam com o Relator devem votar “sim”, aqueles que querem que a matéria faça parte integrante do texto devem manifestar o voto “não”.

Destaque para Votação em Separado nº 1:

Sr. Presidente, requeremos, nos termos do art. 161, inciso I, § 2º, combinado com o art. 117, IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do item 3.2 do relatório da CPI



da FUNAI e INCRA 2, que trata do caso Morro Alto, para as folhas 6.645 e 1.733.

Há uma orientação equivocada aqui. É isso? (Pausa.)

Ah, eu tenho que ler o final. Mas eu li o final.

Dessa forma, aqueles que concordarem com o Relator devem votar “sim”, para que a matéria passe a integrar o texto. Os que não concordarem com o Relator devem votar “não”.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Vamos esclarecer: os que concordam com o relatório do Relator votam “sim”; os que votam a favor do destaque votam “não”. É isso? (Pausa.)

Perfeito. Está compreendido.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - De novo, Deputada?

Consigne-se o voto contrário da Deputada Eliziane Gama.

Para a discussão, falarão dois a favor e dois contra.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay, para falar a favor do destaque, por 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos falando de uma região de quilombolas que foi objeto de discussão nesta Comissão.

Essa região de Morro Alto foi objeto de um processo de demarcação ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, pela Fundação Palmares, que então detinha as prerrogativas de Estado de fazer as demarcações de terras quilombolas. Essa demarcação, portanto, deveria acontecer e foge do escopo de qualquer tipo de orientação ou concepção partidária. Ela é um direito.

É um direito deste País honrar com o débito que tem com a população negra. Este Brasil vivenciou quase 400 anos de escravidão. O Brasil ainda não fez o luto da escravidão nem do colonialismo, senão não estariamos aqui discutindo e esta Casa não teria aprovado este relatório que vai contra os povos originários, que vai contra os povos indígenas e os povos quilombolas.



Portanto, o Brasil não fez o luto do colonialismo e tampouco o da escravidão. Quando o Brasil reconhece a terra quilombola, ele reconhece o que significou esses territórios, que eram demarcados na perspectiva de se dizer que nenhum ser humano pode ter rasgada a sua própria humanidade, nenhum ser humano pode ser destituído de humanidade.

Mas vimos que, em Morro Alto, há interesses econômicos, que foram devidamente pontuados por um requerimento de informação que fizemos. Vamos ver que, em Morro Alto, há uma série de empreendimentos minerários, uma série de empreendimentos ligados a mineradoras, que estão em terras que não lhes pertencem, estão em terras quilombolas, terras que começaram a ser demarcadas ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, quando o responsável por essa demarcação ainda era a Fundação Palmares. Vamos ver que uma, duas, três, quatro, cinco, seis mineradoras estão nessas terras e querem negar o direito do povo quilombola, querem negar a nossa própria brasiliade, querem, determinantemente, deixar aberto um período traumático da nossa história, que é a escravidão, cujo ciclo nós fechamos quando asseguramos direitos.

Inclusive, uma dessas mineradoras, a Mac Engenharia, tem envolvimento ou foi envolvida em denúncia que foi apurada por um Deputado Estadual à época, da Assembleia Legislativa, que hoje preside esta Comissão. Portanto, às vezes, penso eu que esses interesses econômicos, interesses de se preservarem aqueles que estão envolvidos em toda sorte de denúncias, estão muito vivos nesta CPI. Muito vivos! Muito vivos!

Todos aqui que votaram a favor desse relatório não podem dizer que estão votando inocentemente, pois sabem que aqui há interesses econômicos, de proteção de grupos latifundiários. Alguns são, como disse o Deputado Paulão, capatazes, outros defendem o seu próprio quinhão e a sua própria propriedade.

Portanto, digo eu que, se Morro Alto não estivesse ocupado por essas mineradoras, se não houvesse o envolvimento de uma dessas mineradoras com um Parlamentar, talvez não estivesse sendo objeto desta CPI.

E o que nós pedimos nesse destaque? Que seja suprimido tudo o que, no relatório, indica que não haja a demarcação dessa terra quilombola. Isso não é justo. Mas justiça não é o que se vê por aqui.



Deputado Nilto Tatto, lembro-me muito do que dizia Darcy Ribeiro ao dizer a esses que batem palmas para a vitória que representa a derrota do povo brasileiro, a esses que se sentem vitoriosos: “*Perguntem-me se eu quero me sentar ao seu lado, e direi que não*”. Fico com os indígenas, os quilombolas, a democracia e a Constituição brasileira!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, está concluído o seu tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto, para argumentação contrária ao destaque.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, nós somos contrários ao DVS e a favor do relatório.

Por isso, votamos “sim” e pedimos à base do Governo que todos votem “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Nilto Tatto, por 5 minutos, para falar a favor do destaque.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, nesse caso especificamente, há uma comunidade negra, rural, quilombola, que se autodenomina quilombola, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, reconhecida pelo INCRA, com relação à qual foi feito todo um processo de identificação e de delimitação do território. É sabido também que há colonos naquele lugar. Portanto, essa é uma região onde há conflito com alguns deles.

Mas esse conflito com os poucos colonos que estão nessa área, que tem sobreposição, não é a razão do conflito maior. A razão principal do conflito maior é que há um *resort* e também interesses minerários dentro dessa área, que tem uma bela passagem e está próxima ao litoral. Portanto, essa área e esse conflito são utilizados por interesses econômicos e interesses políticos outros para aumentarem o conflito local entre quilombolas e colonos.

Eu queria chamar atenção para o fato de que esse caso, especificamente, é símbolo do que se tornou a CPI e o próprio relatório que nós acabamos de votar. Por isso, nós estamos encaminhando favoravelmente a esse destaque.

Esta CPI nasceu por uma necessidade de discurso político de Parlamentar dessa região lá no Rio Grande do Sul, de Parlamentar de Santa Catarina, de outro caso específico, e também do Mato Grosso do Sul.



Ao longo desta Comissão, principalmente da CPI 1, para convencer o Parlamento da sua importância, eles tentaram nacionalizar a Comissão. Eles trouxeram aqui o General Villas Boas, para tentar falar que ONGs vão vender a Amazônia para não sei quem lá do exterior, sendo que são esses mesmos que conduziram a CPI que querem vender terra para os estrangeiros.

Tentaram trazer outros Ministros para debater temas como, por exemplo, a revisão da Raposa Terra do Sol, que é uma questão conhecida, que foi debatida mundialmente e de que, aqui no Brasil, todo o mundo tomou conhecimento. Mas eles não tiveram sucesso.

Tentaram trazer para cá um caso específico do Nordeste sem haver demanda específica de nenhum Parlamentar, de forma paroquial, como foi feito no caso do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Mato Grosso do Sul. Mas também não tiveram sucesso.

Enfim, o que ocorreu? Como eles não conseguiram nacionalizar a CPI, ela foi utilizada para casos específicos de dois ou três Parlamentares, para atender casos políticos, para terem discurso político lá nas eleições. E aí os outros entraram por solidariedade, porque fazem parte da mesma frente.

Não dá para um Parlamentar defender a mudança do licenciamento ambiental e de toda a legislação se ele não for solidário com o caso específico de outro Parlamentar, que tem uma briga paroquial lá numa cidade, num tal lugar. Não dá para um Parlamentar ter apoio no seu projeto que traz de volta a escravidão no campo — como o projeto aqui da tal modernização da legislação trabalhista no campo, do pagamento em espécie — se ele não for solidário com o caso paroquial de outro lá do Mato Grosso do Sul. E assim por diante.

Então, dentro da frente, eles se articulam. Só que, como não conseguiram nacionalizar a CPI, o relatório não pode esconder aquilo que foi a realidade da Comissão. Aí juntaram um apanhado de documentos, de laudos antropológicos, de teses, uma série de documentos, fizeram um apanhado lá sobre o Rio Grande do Sul, um apanhado lá sobre Santa Catarina, um apanhado lá sobre Mato Grosso do Sul.

Mas esse apanhado não consegue, então, mostrar que a CPI é importante para a sociedade brasileira, pois ela não tem nada de importância para resolver as



questões fundamentais dos indígenas, quilombolas e dos assentamentos de reforma agrária.

Portanto, nós somos favoráveis a esse destaque, para podermos consertar um pouco esse relatório, que ficou muito parecido com todo o processo da CPI, que foi muito faccioso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, voto “sim” ao texto e “não” ao destaque.

E peço já, em nome do PP e da base, para colocarem o voto “não” ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para orientação, todos os partidos da base votam “sim” ao texto.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - “Sim” ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O.k. Todos da base.

Como vota o Partido dos Trabalhadores?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, está nítido o interesse econômico em todo o desenvolvimento da CPI e no relatório final quando se preservam os grandes grupos econômicos que estão envolvidos em grilagem, em esbulho, em operações que já foram investigadas — alguns dos envolvidos já foram presos pela própria polícia, inclusive com prisão preventiva —, que nós não conseguimos chamar para depor.

Enfim, aqui não houve nenhum tipo de depoimento dessas pessoas. Aliás, essas grandes operações ficam incólumes no relatório, nos trabalhos da CPI.

Mas, com relação a esse Morro Alto, que diz respeito à terra quilombola, como diz respeito a mineradoras — envolvidas em escândalos e em operações com representantes dos Parlamentares e com V.Exa. inclusive —, aí se busca retirar o direito dos quilombolas.

Por isso, nós votamos a favor do destaque e contra o texto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Encerrado o seu tempo, Deputada.



Com a palavra o PCdoB, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO MOISÉS DINIZ - Sr. Presidente, O PCdoB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O PCdoB vota “não”.

Como vota o PPS?

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, o PPS vota “não” naturalmente.

Uma coisa que precisamos deixar muito claro é que não podemos desconsiderar estudos, debates, que passam por uma questão monetária também. Desconsiderar a *expertise* de uma universidade, deixar tudo isso de lado é sobretudo uma falta de responsabilidade muito grande, inclusive com o Erário público.

Muito embora eu sempre diga “sim” quando nós tratamos de comunidades tradicionais, a exemplo de comunidades quilombolas, esse destaque vem minimizar o impacto desse relatório. Eu vejo, inclusive, que uma forma de os Deputados amenizarem o impacto que será tão desastroso para as comunidades internacionais do Brasil seria a aprovação desse destaque e sua admissão nesse relatório.

O PPS, Sr. Presidente, vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como se manifesta a Minoria? (*Pausa.*)

A Minoria tem a palavra, por 1 minuto. (*Pausa.*)

Sem a manifestação da Minoria, declaro encerrada a votação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, não, não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A lei não protege os que dormem. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, quero orientar a Minoria. Eu estou sendo orientado pela Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A palavra está oferecida a V.Exa. Por favor, faça-o.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, voto “não” porque, como já foi dito aqui, este relatório expressa, especificamente nesse capítulo que estamos pedindo para retirar, a vontade paroquial de um membro, e não de qualquer membro desta CPI.



Então, o relatório final não expressa a vontade do conjunto ou o interesse nacional daquilo para que serve uma CPI. Ele expressa exclusivamente — e isto está claro nesse capítulo que estamos pedindo para retirar — a vontade do Presidente desta Comissão. Este que é o grande absurdo: usar uma CPI, pelo fato de ser Presidente, para colocá-la a serviço da sua vontade específica, uma vontade paroquial, do local. É uma vergonha!

Por isso, estamos tentando consertar esse relatório e tirar essa parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Em votação.

Aqueles que concordam com o relatório — e, portanto, votam “sim” — permaneçam como se encontram. Aqueles que discordam e votam de acordo com o destaque se manifestem.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, nomine, por favor. Nomine, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está rejeitado o destaque, com o voto...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não. Está rejeitado o destaque.

O SR. DEPUTADO JOÃO DANIEL - Nomine os votos contrários, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Aí a CPI não valeu para nada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada Erika Kokay, Deputado Valmir Assunção, Deputado Nilto Tatto, Deputada Eliziane Gama, Deputado João Daniel.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - A Deputada Janete Capiberibe também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A Deputada Janete Capiberibe e o Deputado Moisés Diniz. Todos votaram contra.

Rejeitado o destaque.

Vamos para o segundo destaque. (Pausa.)

Com a rejeição do destaque, permanece o relatório.

Está aprovada a matéria.



Destaque para votação em separado.

Destaque nº 2.

Votação de destaque de bancada.

Requeremos, nos termos do art. 161, inciso I, § 2º, combinado com o art. 117, inciso IX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do item 9, do relatório da CPI da FUNAI e do INCRA 2, que trata dos indiciamentos e encaminhamentos, e de seus subitens, para suprimir.

Em discussão.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Para falar contra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para fazer sua manifestação contrária...

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Contrária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tem a palavra a Deputada Janete Capiberibe, para falar contra, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Contra ou a favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. vai falar contra o destaque, não é isso, Deputada?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Contra... Não, vou falar a favor do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. manifestou que ia falar contra. Não há problema.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Eu peço desculpas.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, também queria me inscrever. São dois, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Dois.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - A favor do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Para falar a favor do destaque, tem a palavra a Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, nós individualmente nos solidarizamos com todos aqueles cidadãos que integram



entidades que se veem, neste momento de votação, de aprovação ou não do relatório desta CPI... Eu já adianto aqui que o nosso voto é contrário a esse relatório.

A CPI produziu um relatório, um panfleto, digamos, comprometido com o objetivo de perseguir, criminalizar e intimidar pessoas, entidades e movimentos que lutam em defesa dos direitos humanos, em defesa dos direitos constitucionais, em defesa da reforma agrária e da demarcação das terras indígenas, quilombolas e dos assentamentos do INCRA.

Nesse relatório, Sr. Presidente, estão contidos pedidos de indiciamento, diga-se, de forma ilegal, de mais de cem pessoas. Entre elas, 31 lideranças indígenas, cinco indigenistas, nove antropólogos, 14 religiosos católicos, três professores universitários, três agricultores assentados, 37 servidores ou ex-servidores públicos, 16 Procuradores da República e três Advogados da União. Quer dizer, são entidades do movimento social e o Estado brasileiro. E pretendem também extinguir a FUNAI.

São iniciativas, diga-se de passagem, coerentes com o comportamento preconceituoso, autoritário e faccioso do segmento político-empresarial cuja representação se apropriou desta CPI, que representa o que há de mais retrógrado no agrário brasileiro. Majoritário, fez e faz o que não pode, enquanto não fez nem faz o que deve.

Em seu relatório não consta uma linha sobre as operações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal que estão fazendo investigações. A Operação Terra Prometida investiga a existência de uma organização criminosa que comprou lotes da reforma agrária no projeto de assentamento Itanhangá, no Município de Tapurah.

Foram cumpridos 52 mandados de prisão preventiva, 146 mandados de busca e apreensão e 29 medidas proibitivas nos Municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Nova Mutum, Diamantino, Lucas do Rio Verde, Itanhangá do Norte, Sorriso, Tapurah e Campo Verde.

Não consta uma linha sequer sobre a Operação Rios Voadores, que investigou uma organização criminosa especializada em desmatamento ilegal e grilagem de terras públicas no Estado do Pará.



No meu Estado, o Amapá, apresentei requerimento para que a CPI fizesse audiência pública sobre a grilagem de terra existente ali, no meu Estado, apresentando o nome de grileiros. Não obtive êxito.

O que os Parlamentares do campo democrático solicitaram, apresentaram não foi sequer colocado na pauta, para votação.

Por esse motivo, Sr. Presidente, nós somos favoráveis ao destaque ora apresentado nesta reunião.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tem a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, “sim” ao texto, “não” ao destaque.

Contrapondo o que alguns disseram, não é o caso do Morro Alto, são 5.500 processos, 25 milhões de hectares de terra, que a Fundação Palmares fez no Brasil. É um absurdo. Não é o caso do Morro Alto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tem a palavra a Deputada Eliziane. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, eu quero só registrar o meu voto: “não” ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está registrado.

Deputada Eliziane Gama, por favor, V.Exa. tem 5 minutos para argumentar.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, sou eu, sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Também? Então, por favor, tem 5 minutos para argumentar contra.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero iniciar esta minha fala, nestes 5 minutos, parabenizando primeiro o Arcebispo de Porto Velho, D. Roque, que é Presidente do CIMI, porque ele não se sentiu intimidado pela bancada ruralista. Se, por acaso, não retirarem os mais de cem nomes em relação aos quais se está pedindo indiciamento, ele não aceita retirar o nome dele.



Essa é uma atitude de um cidadão que tem compromisso com a causa, tem compromisso com a população indígena, tem compromisso com seus fiéis, tem compromisso sobretudo com o povo brasileiro. Eu quero parabenizar o Arcebispo de Porto Velho por essa atitude.

Também quero parabenizar os Procuradores. Seria muito fácil os Procuradores da República virem aqui, tentarem negociar, dialogarem com o Relator ou com o Presidente desta Comissão para retirarem o nome deles. Eles não se submeteram a isso, porque eles também têm esta compreensão: ou retiram todos os nomes do pedido de indiciamento ou mantêm todos os nomes. Essa é uma atitude de pessoa séria e digna. Eu tenho que aplaudir essa atitude.

Ao mesmo tempo, eu digo a todos vocês que este é um dia triste para mim. Nós estamos aqui para representar o povo brasileiro, e a bancada ruralista, com arrogância, prepotência, não aceita o contraditório, tampouco o processo democrático, e vem aqui para indicar cidadãos e cidadãs do Brasil que se dedicaram a vida toda a defender as minorias. Eu estou falando dos povos indígenas, dos quilombolas, dos sem-terra, dos trabalhadores rurais.

Por isso, eu fico triste, mas ao mesmo tempo estou convicto de que nós precisamos lutar muito para que as pessoas tenham consciência disto. Na hora da eleição, boa parte da bancada ruralista chega aos comícios para dizer que vai defender o povo. Defender o povo coisíssima nenhuma! Vem aqui para defender os seus interesses.

Eu estou dizendo isso porque um Deputado aqui declarou que os índios não precisam mais de terra. Quem precisa de terra são os fazendeiros, o agronegócio, a bancada ruralista? São eles que precisam de terra, em detrimento da situação em que vive o povo brasileiro?

O que nós queremos é que se cumpra a Constituição Federal. Ela estabelece que se tem que demarcar terras indígenas, reconhecer as terras quilombolas, fazer reforma agrária no Brasil. Isso está na Constituição! Vocês não olham, não ligam para isso. Simplesmente querem chegar aqui e utilizar a força. Depois que rasgaram a Constituição Federal no dia 17 de abril do ano passado, sentem-se livres, sentem-se à vontade para fazer o que quiserem.



Em Pau-Brasil, uma área demarcada e reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, foram mais de 30 anos de lutas do povo pataxó hã hã hae para conseguir a demarcação, mais de 20 lideranças indígenas foram assassinadas. E vocês sequer fazem menção a isso no relatório? É como se os fazendeiros deste País, aqueles latifundiários que vivem neste País não tivessem cometido crime, não tivessem utilizado a força, muitas vezes para mandar matar sem-terra, indígena, quilombola no Brasil. Vocês sabem que já aconteceu muitas vezes isso, mas não colocam isso no relatório como uma coisa fundamental.

Isso é simplesmente para punir, é simplesmente para condenar indígenas, quilombolas e, sobretudo, servidores que estão ligados a esta causa e a apoiam.

Por isso, seria sensato podermos retirar, nesta reunião, todos os nomes em relação aos quais vocês estão pedindo indiciamento. Seria sensato que fizessem isso, mas não vão fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está concluído seu tempo, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, tenho muito orgulho de ser ruralista. Antes ser apoiado pelos ruralistas do que ser apoiado pelos “lavajatos”!

Sr. Presidente, nós somos contra o DVS. Somos favoráveis ao relatório do Relator, somos pela manutenção. Votamos “sim” e recomendamos a todos da base que votem “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Orientação de bancada.

Como vota a bancada do PMDB?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O PMDB vota “sim” e pede a toda a base que vote “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Coloquem na tela que toda a base está votando “sim”.

Como vota o Partido dos Trabalhadores?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O Partido dos Trabalhadores vota a favor do destaque. O destaque sugere que se retirem os indiciamentos. Os indiciamentos têm a marca e o cheiro do poder econômico, têm a marca e o cheiro



daqueles que querem grandes nacos de terra. Os indiciamentos excluem de forma deliberada e criminosa todos aqueles que nitidamente têm envolvimentos com a Justiça e com a ilicitude. Mas mantêm a APA, antropólogos. Mantêm antropólogos por quê? Porque simplesmente fizeram laudos e reconheceram, do ponto de vista técnico, os territórios indígenas e quilombolas. Mantêm o CIMI por quê? Porque o CIMI atua em defesa dos povos indígenas.

Portanto, esses indiciamentos representam a mesma lógica do colonizador que busca capturar os corpos, capturar as vontades e determinar que o País lhe pertence e que as cercas são mais importantes...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concluído.

Tem a palavra o Deputado Moisés Diniz.

O SR. DEPUTADO MOISÉS DINIZ - O PCdoB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O PCdoB vota “não”.

Como vota a Deputada Eliziane Gama?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O PT vota “não”.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O PPS vota “não” também, Presidente, sobretudo porque houve dois pesos e duas medidas nesta Comissão. Na verdade, a CPI criminaliza os defensores das comunidades tradicionais do Brasil, indiciando padres, indiciando entidades, indiciando Procuradores, indiciando pessoas de bem. Passam a largos passos os que têm trabalhado incessantemente para o massacre das comunidades indígenas.

Eu fico perguntando ao Relator sobre a sua coragem. Não tem vergonha desse relatório? Esse relatório é uma vergonha. Há claramente dois pesos e duas medidas.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Ordem do Dia. Começou a Ordem do Dia.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Demonstra sobretudo que não tem nenhum tipo de sensibilidade com o razoável quando apresenta os indiciamentos esdrúxulos que foram apresentados nesse relatório.

Para amenizar, Presidente, vamos votar “não”, a fim de que o destaque possa ser admitido.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Começou a Ordem do Dia, Sr. Presidente. A reunião não pode continuar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está em processo de votação.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Orientação da Minoria.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Começou a Ordem do Dia, Presidente. Começou a Ordem do Dia. Não começou o processo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não precisa fazer argumentação. Eu conheço o Regimento, graças a Deus.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não parece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu repilo as suas argumentações porque elas não têm valor algum para mim, absolutamente nenhum.

A reunião está suspensa...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Grande imparcialidade.

O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A reunião está suspensa. Ela começará rigorosamente de onde terminou, para votação do segundo destaque.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Senhoras e senhores, em virtude da exigência da bancada de oposição de que só votaria as emendas parlamentares às medidas provisórias caso não realizássemos a reunião hoje, nós acabamos fazendo um acordo. Apresentou-se pedido de vista para se fazer um acordo. Então, nós não teremos reunião. Vamos encerrar a presente reunião e convidá-los para participar da reunião da próxima terça-feira.

Declaro reaberta a reunião.

Diante da continuidade da Ordem do Dia no plenário, informo que vou encerrar a presente reunião. Antes, porém, convoco a próxima reunião para terça-feira da próxima semana, dia 23, em horário e plenário a serem definidos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.